



# #VERSUS imagem



MARIANA MOYSÉS

Mariana Moysés, Vitografia, 2021  
42 x 47 cm.



Em março de 2020, quando o mundo inteiro mergulhou na pandemia de COVID-19, evento mais dramático para a Humanidade desde a Segunda Guerra Mundial, não foram poucos os que acreditaram que para as universidades públicas brasileiras a noite que se aproximava seria ainda mais escura. Em meio a problemas estruturais graves por conta dos cortes de recursos que há anos estrangula essas instituições, como poderiam sobreviver diante de uma crise dessa envergadura? Como conseguiriam dar assistência a seus alunos e manter em algum nível o ensino e a produção científica? Como fariam para manter suas instalações e seus insumos? Tantas foram as perguntas inicialmente sem respostas, que muitos chegaram a pensar que a era do ensino público universitário de qualidade no Brasil chegara a seus estertores, e que tudo seria diferente em um futuro não muito distante.

Erraram. A capacidade e a velocidade de reação da comunidade universitária em todo o Brasil, e em particular na UFRJ, certamente farão parte no futuro de estudos sobre gestão de crise e sobre capacidade de resistência. Em pouco tempo, as áreas ligadas à Saúde nas universidades públicas não apenas se ergueram, como se tornaram as grandes condutoras dos rumos que o país deveria tomar em meio à maior crise

sanitária em um século. Mas não foi só isso, o que já seria o bastante. Todas as áreas de conhecimento se adaptaram com impressionante rapidez ao ensino remoto, a complexa gestão universitária ganhou novas regras e também se adaptou, a produção científica e a extensão percorreram o mesmo caminho e ganharam novos impulsos. Claro que não faltaram dificuldades e dúvidas durante todo esse caminho, mas as universidades públicas continuaram produzindo, formando profissionais e cidadãos, e mostrando para toda a sociedade que são e continuarão sendo os faróis da Ciência no Brasil.

Dois anos depois, em meio ao início do retorno presencial de todas as atividades, ao reencontro real com colegas e alunos que só víamos nos quadradinhos dos aplicativos de reuniões e de aulas, ao vermos as salas de aulas novamente lotadas, os laboratórios em pleno funcionamento, os cafés abertos, mesmo sabendo que a pandemia ainda não acabou, apesar de termos superado seus momentos mais difíceis, podemos afirmar — não mais com as dúvidas daquele março de aflição, que as universidades públicas brasileiras viveram, sim, essa longa noite, e perderam muitos para essa doença terrível, mas resistiram, se fortaleceram, e na linha do horizonte já é azul da manhã.

**Leonardo Valente**  
Diretor do IRID

Denise Pires de Carvalho

**Reitora**

Carlos Frederico Leão Rocha

**Vice-Reitor**

Flávio Alves Martins

**Decano**

Antonio Licha

**Vice-decano**

Alessandra Monteiro

**Superintendente do CCJE**

Thais de Souza Andrade

**Chefe de Gabinete****Coordenadores do CCJE**

Esther Tweek e Italo Pedrosa (Coordenação Acadêmica em Pós-Graduação);

Junya Rodrigues Barletta (Coordenação Acadêmica em Graduação);

Sandra Maria Becker Tavares (Coordenação Acadêmica em Extensão e Pesquisa);

Vinicius Simas Pereira Fernandes (Coordenação de Comunicação e Tecnologia da Informação);

Waldelice Maria Silva de Souza (Coordenação de Atividades Culturais);

Zenildo Ferreira de Oliveira (Coordenação Acadêmica em Planejamento e Projetos de Pesquisa).

**COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS****Revista Versus****Conselho Editorial**

Eduardo Bastian (IE); Eliane Ribeiro Pereira (FACC);

Margarida Gutiérrez (COPPEAD); Mauro Osório (FND);

Josiane Alcântara (Biblioteca Eugênio Gudin); João

Pedro Nogueira Abdo (Discente - FND); Leonardo

Valente (IRD); Maria Luiza Busse (ABI - Associação Brasileira de Imprensa/Comunidade externa); Renata

Bastos (IPPUR).

**Editor**

Antonio Licha

**Editor Executivo**

Renata Bastos da Silva

**Jornalista**

Elisa Monteiro

**Diagramação e arte**

Beatriz Braga

**Projeto Gráfico**

Beatriz Braga, Elisa Monteiro e Júlia Barreto

**Pesquisa**

Antonio Licha, Beatriz Braga, Elisa Monteiro,

Gabrielle Dias, Josiane Alcântara, Júlia Barreto,

Leticia Maia, Mariana Oliveira e Renata Bastos da

Silva.

**Revisão**

Jorgelina Rivera (Agência Rivera de Consultoria em

Comunicação).

**Bolsistas:**

Beatriz Braga (PIBIAC - PR1); Gabrielle Dias

(Desenvolvimento acadêmico - CCJE); Leticia Maia

(Desenvolvimento acadêmico - CCJE).

**Extensionistas:**

Júlia Barreto (Produção Editorial); Mariana Oliveira

(Produção Editorial); Bernardo Ribeiro Marques (Artes

Visuais - Gravura) e João Felipe Rocha (Ciência da

Computação)

**Colaboradores da Edição**

Adolfo Lachtermacher, Adriana Marques, Adriana

Norbert Gomes de Araújo, Alípio Catão, Ana Luisa

Copie, Anna Maria de Castro, Antonio Bokel, Antonio

Licha, Antônio Novoa, Carlos Henrique Ferreira Jr.,

Dalia Majmon, Diogo Costa, Elida Graziane, Elizabeth

Accioly, Fania Fridman, Flávia Guerra, Geisa Ketti,

Isabela Coimbra, João Felipe Cury, João Sanchez,

Julia Figueredo, Juliana Cristina da Silva Ignácio, Leila

Dahia, Lígia Bahia, Livia Macieira, Lujane Amorim,

Marcelo Macêdo, Margarida Gutierrez, Maria Lidia Valdivia,

Mariana Barbosa, Mariana Cecília Machado, Mariana

Bosboa, Mariana Moyses, Mateu Velasco, Mauro

Osório, Miriam Maia, Mychelle Araújo, Onésio Meirelles,

Otto Drumond, Pablo De Las Torres, Spinelli Fonseca,

Paula Meilo, Pedro Sanchez, Ricardo José de Azevedo

Marinho, Tereza Campello, Vinicius Wu.

**Fotos**

Fernando Souza / ADUFRJ, Marcelo Camargo / EBC,

Silvana Sá / ADUFRJ, Tânia Régio / Agência Brasil.

**Apoio Institucional**

ADUFRJ

**AdUFRJ**

Coordenação de Comunicação e Tecnologia da

Informação (CCJE/UFRJ).

Ação de Extensão Vida Pública - Os temas republica-

dos nos espaços escolares e de ensino. Estúdio Baren.

Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ

**Agradecimentos**

Nívele Belangieri (Gabinete da Secretária Municipal de

Niterói); Instituto de Nutrição Josué de Castro (UFRJ);

Geisa Keti, Onésio Meireles.

**Revista VERSUS**

Publicação semestral do Centro de Ciências Jurídicas e

Econômicas (CCJE)

Av. Pasteur, 250 - Fundos - Campus da Praia Vermelha

22290-240 - Urca, Rio de Janeiro/RJ

*Antonio Licha**Editor*

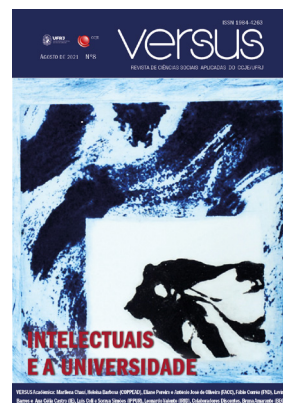
Há dois anos a Organização Mundial da Saúde declarava o início da pandemia da Covid-19, mas a maioria dos países ainda está aprendendo a conviver com o vírus. Como toda grande crise, a pandemia é também uma oportunidade de aprendizagem. Tivemos que viver num mundo diferente e estranho tentando refletir sobre os desafios que se apresentavam.

Neste número da Revista Versus fazemos, a partir de fatos e dados, um pequeno balanço desses desafios e das suas consequências. Apresentamos temas e vozes diferentes, mas nosso fio condutor é mostrar as várias facetas de nossa realidade durante a pandemia. Tratamos de aspectos gerais da educação e de alguns temas específicos, como a gestão escolar e as crianças refugiadas. Em saúde analisamos os legados para a saúde brasileira e a atuação do

sistema de saúde do Rio de Janeiro. Prestamos uma homenagem a Josué de Castro, dada a importância da fome nas pandemias. Outro homenageado é Zé Ketti, destacando as vozes e lideranças do samba. Apresentamos também as ações desenvolvidas sobre Covid-19 por grupos de trabalho que atuam no CCJE. Na Versus Acadêmica o tema central dos artigos são as diferentes realidades sob a pandemia. Por último, destacamos uma seção especial com um conto de quarentena.

Manifestamos nossa solidariedade às vítimas da Covid-19 no Brasil e no mundo e aos profissionais da saúde que lutam na linha de frente. Todos teremos histórias para contar como testemunhas dos eventos vividos. Convidamos vocês a lerem os artigos, que constituem um registro histórico deste período, e a refletirem sobre os desafios vividos.

CONHEÇA A **VERSUS:**  
VERSUS.CCJE.UFRJ.BR



EDIÇÃO ANTERIOR

# SUMÁRIO EDIÇÃO Nº9

A Educação é uma viagem  
para outros mundos

Redação

6

Financiamento da Educação  
durante a pandemia

Élida Graziane Pinnto

13

O desafio de integrar a criança  
refugiada na Escola Pública

Flávia Guerra, Maria Lídia Mattos e Mariana Perillo

15

O bom professor:  
Versus entrevista Vinícius Wu

Redação

18

O legado depois da onda  
do Ômicron

Lígia Bahia

22

Crise estrutural e Pandemia

Mauro Osório

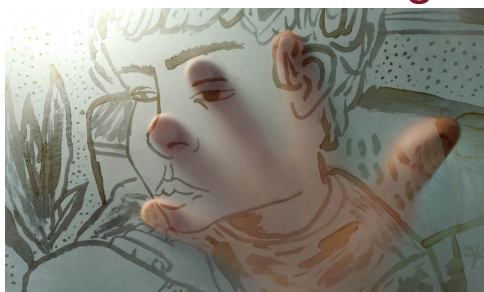
29

Josué de Castro: O legado do  
cidadão do mundo contra fome

Letícia Maia

31

#VERSUSimagem



Fania Fridman  
Carlos Henrique Ferreira  
Paula Mello  
Leila Dahia  
Isabela Carlim  
Margarida Gutierrez  
Antonio Licha  
João Felipe Cury  
Sandra Becker  
Danielle Silva  
Maria Cecília Machado  
Júlia Figueredo

VERSUS  
ACADÊMICA

93

100 anos de Zé Ketí:  
A voz do povo

Josiane Alcântara

101

CCJE e o GT COVID

Gabrielle Dias

106

Tempos Interessantes

Maria Luiza Busse

39

114

Como contar nossa história e  
trauma comum no contexto  
da COVID-19

Renata Bastos da Silva



**ANTONIO  
NÓVOA—**



**—EDUCAÇÃO**

# A EDUCAÇÃO É UMA VIAGEM PARA OUTROS MUNDOS

---

REDAÇÃO

Um dos maiores especialistas internacionais em Educação, António Nóvoa também se notabilizou em Política Educacional, História da Educação e em Educação Comparada e no território que chamamos História da Formação Docente. É autor de referência nos estudos a respeito das políticas educacionais, especialmente a última desenvolvida coletivamente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura da Comissão de Educação (UNESCO, 2021). É um dos maiores conhecedores do repertório da educação, tendo reconhecimento internacional e hoje é, nesse sentido, uma voz fundamental no debate educacional contemporâneo, abordando aspectos acerca da organização histórica e da atualidade da

escola e o aprofundamento da sua crise ocasionada pela pandemia. Sua obra confere maior historicidade à educação e introduz a comparação nos estudos históricos educacionais. Ele preocupa-se em desenvolver trabalhos de pesquisa e políticas públicas voltadas para a conexão entre as diversas dimensões espaciais da educação e o seu nexos planetário. A inventividade de seu trabalho tem sido reconhecida pelo impacto de sua obra em termos internacionais. Nesta instigante entrevista Nóvoa faz uma avaliação do percurso da educação imediatamente antes do início da pandemia até o momento e oferece-nos um convite a caminharmos juntos pela educação num traçado compartilhado com vistas ao futuro.

**VERSUS:** A Revista tem como tema o segundo ano pandêmico, já sendo lançada no terceiro ano pandêmico; então, a educação mundial, não só no Brasil, já antes do contexto pandêmico revelava a sua insuficiência, portanto, poderá a educação contribuir para a luta final contra o covid-19?

**PROFESSOR ANTÔNIO NÓVOA:** A educação tem de mudar muito. Estamos a viver a maior experimentação caótica, desorganizada na história da educação. Nunca houve tantas mudanças na educação como nos últimos três anos, mas foram mudanças caóticas, totalmente desestruturadas. A pandemia tornou mais evidente a urgência de mudanças na área da educação. Precisamos de construir uma nova realidade escolar. Na UNESCO, acabamos de publicar um relatório, o terceiro sobre os futuros da educação, no qual chamamos a atenção para a necessidade de um novo contrato social da educação, isto é, uma nova relação entre a escola e a sociedade e uma nova maneira de organizar o trabalho escolar.

**VERSUS:** Então essa visão que acaba recordando e recuperando Rousseau, que vocês estão propondo é perfeitamente compreensível. E se, hipotético, a economia não concordar com essa movimentação e ela querer, no caso do campo dela, estabelecer uma relação diferenciada em querer ditar o caminho que vocês estão colocando, então está em um contexto de conflito.

**NÓVOA:** Muita gente fala da “morte da escola”, da necessidade de substituir os professores por dispositivos digitais, através de aprendizagens ubí-

quas, isto é que se fazem em todos os lugares, em todos os tempos, etc. Outros, como é o meu caso, procuram valorizar a ideia do *comum*, a ideia de que a escola tem de ser o espaço para o trabalho em comum. **O comum é aquilo que nos junta em nossa diversidade**, o que implica a valorização do encontro humano, das interdependências, pela noção de que a educação. A educação não é apenas um bem dimensão individual, implica sempre uma relação com os outros. Aprendemos uns com os outros, e não sozinhos.

Precisamos que a escola se reorganize em função da evolução do mundo do trabalho, das mudanças demográficas, das alterações climáticas, isto é, em função de um conjunto de mudanças em curso nas nossas sociedades. Estas mudanças têm impactos profundos na organização da economia e da sociedade, e a escola tem de encontrar respostas adequadas. Não é possível pensar a escola sem construirmos uma nova relação com o mundo do trabalho, com as questões digitais, demográficas, planetárias e, obviamente, econômicas. O que eu quero dizer é que a renovação da escola resulta de um movimento produzido no seu interior, mas resulta também de uma inevitável adaptação às realidades *externas*. No entanto, é necessário assegurar, sempre, que a escola não perde a sua identidade enquanto lugar público e comum onde se realiza um trabalho de educação mútua.

**VERSUS:** Ao menos nas escolas com menos recursos, os professores já revelavam as dificuldades que os alunos tiveram para acompanhar as aulas remotas. Então, nós temos uma geração perdida, ou melhor, que se afasta da escola sem volta?



**NÓVOA:** Há muitas crianças e jovens que abandonaram a escola durante a pandemia. É uma tragédia mundial. Na Unesco, calculamos que várias dezenas de milhões de crianças e de jovens não vão voltar à escola. Antes da pandemia, havia 250 milhões de crianças e de jovens que não iam à escola, e esse número vai aumentar, porque a **pandemia trouxe mais desigualdades e dificuldades em ter acesso à escola**. Mas eu não falaria de geração perdida em termos globais. É um problema que vai afetar dezenas de milhões de crianças, mas a maioria das crianças está desejava de voltar à escola, de reencontrar os seus colegas e os seus professores.

Mas a escola sente hoje, mais do que nunca, a necessidade de se transformar, o que tenho vindo a designar por “metamorfose da escola”, a mudança da forma da escola.

No novo contrato social, proposto pela UNESCO, a escola do “um” vai passar a ser a escola dos “vários”: em vez de uma sala de aula, um professor, uma turma, uma disciplina, uma lição, uma hora... teremos vários espaços, vários professores, várias turmas de alunos, várias disciplinas, várias atividades, vários tempos... tudo num trabalho colaborativo, feito em conjunto. Esta mudança de forma vai implicar também o digital? Sim, a nova geração é uma geração digital, e seria absurdo desperdiçar as possibilidades do digital. Mas nem tudo vai ser digital, e os professores não podem ser substituídos pelo

digital. Os professores são insubstituíveis, porque **não há relação educativa sem dimensão humana**.

A relação humana é central para educar uma criança ou um jovem. Nada impede que essa relação seja enriquecida pelas dimensões digitais, mas uma coisa é dizer que a relação é enriquecida pelos dispositivos digitais, e outra coisa, muito diferente, é dizer que ela pode ser substituída pelos dispositivos digitais.

**VERSUS:** Então é a sua posição, nós entendemos isso, mas em termos globais a lógica com relação a toda dinâmica produtiva é cada vez mais poupadora de mão de obra, o que, consequentemente, não têm a locação para aqueles que passam pelo sistema educacional no volume que nós temos, quero dizer, o número. Por isso quando você falou aqui uma coisa muito importante, e durís-

sim, que é a perda de uma quantidade gigante de milhões de crianças, algo impactante. Então, não sabemos como isso está acontecendo dentro da Unesco no grupo de vocês. Gostaríamos de saber, se puder, claro.

**NÓVOA:** Há duas questões importantes. A palavra together (juntos) é a ideia forte do Relatório da UNESCO, *Repensar juntos os nossos futuros*. Depois, adotou-se o subtítulo “O novo contrato social da educação”. Há certamente muitas expectati-

## "AGORA, É A ESCOLA QUE SENTE UMA NECESSIDADE DE SE TRANSFORMAR"

vas e leituras diferentes. O relatório foi apresentado aos 193 países da Unesco. Não é possível um acordo entre todos, mas foi possível obter importantes consensos.

Sempre que recorremos à palavra “comum”, que é uma das palavras-chave do Relatório, colocamos sempre ao lado a palavra “público”. Vêm sempre juntas. O comum, para nós, é o alargamento ou o aprofundamento do público, e não a sua tomada pelas lógicas do privado ou do mercado. A educação é sempre apresentada como um projeto público e um bem comum. Inspirou-nos uma citação da Maxine Greene (1917-2014), uma extraordinária filósofa norte-americana, que fez parte das primeiras gerações feministas dos Estados Unidos da América, na década de 1960: “não consigo imaginar nenhum propósito coerente para a educação se alguma coisa *comum* não acontecer num espaço *público*”.

Maxine Greene junta as duas ideias – o comum e o público. Foi também nessa linha que construímos o Relatório. Obviamente, sabemos que muitas vezes o comum é tomado por interesses do mercado ou por interesses privados. Se alguém se apropriar de parte significativa de um bem comum, por exemplo, a água ou as terras comunitárias, esse bem fica mais escasso para os outros. É um problema que não se coloca na área da educação e do conhecimento. Se eu me apropriar de um determinado conhecimento, por exemplo, o teorema de Pitágoras ou a teoria da relatividade, esse conhecimento não deixa de estar disponível para os outros. O problema do *comum* ou dos **comuns** coloca-se de maneira diferente nas áreas da educação, da cultura e do conhecimento. Aqui, o que prevalece é a partilha.

A segunda questão é que não quisemos fazer

deste relatório um conjunto de instruções ou de recomendações, como é habitual. Queremos que o relatório seja, sobretudo, um convite para conversar e para agir coletivamente. Não pretendemos dizer o que se deve fazer, mas sim sistematizar um conjunto de ideias, a partir de uma consulta na qual participaram cerca de 1 milhão de pessoas no mundo. Com base nesta sistematização, queremos suscitar discussões e debates, experiências e iniciativas diversas. Como podemos partilhar experiências, construindo uma conversa estruturada uns com os outros? Agora, o que conta são as plataformas, o trabalho conjunto, a partilha, que a Unesco vai facilitar através de iniciativas várias, de encontros, de debates, de congressos, de apoio a experiências locais, com o envolvimento de educadores e de professores, etc. O objetivo é dar visibilidade e continuidade às ideias do relatório. Por isso, concluímos com um “convite para continuar”... Vamos ver como é que as comunidades educativas se mobilizam... ou não...

**VERSUS:** Como um dos recursos que foi usado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro foi oferecer exercícios domiciliares para seus alunos, durante esse período da pandemia, será que isso reforçou a ideia de ensino domiciliar, por isso a baixa procura às escolas mesmo depois de abertas?

**NÓVOA:** A educação domiciliar foi inevitável durante a pandemia. Não havia alternativa. O problema é saber se foi apenas uma situação temporária ou se esta tendência vai permanecer. É um debate em que se confrontam duas grandes tendências. Uma tendência advoga o progressivo de-

saparecimento da escola e a sua substituição pelas famílias, pelo digital, pelo ensino domiciliar. Não é a minha opção.

As famílias querem que as crianças vivam num ambiente protegido e que, num certo sentido, a escola seja uma espécie de prolongamento da família. São tendências são muito fortes, em todo mundo. O digital parece favorecer estas tendências, ao facilitar uma educação feita em casa. Os estudos sobre o funcionamento do cérebro também favorecem estas tendências, ao apontarem para uma “personalização” das aprendizagens. A ideia de que cada criança, de frente para uma tela, pode receber a educação de que precisa e fazer as suas aprendizagens de forma personalizada, atrai muito interesse e muitas expectativas. A junção destes dois discursos, o discurso conversador da proteção das crianças nos espaços familiares e o discurso inovador das tecnologias, tem dado origem a muitas ilusões perigosas.

É outra a minha opção e, por isso, afirmo e sublinho que a educação é um bem público e comum. A educação é o encontro com os outros que são diferentes de nós. O que

nos educa são as nossas diferenças, não as nossas semelhanças. Os meus pais educaram-me nas crenças e princípios católicos. É natural que o tenham feito. Mas sempre quiseram que a escola me educasse no conhecimento de todas as religiões, de todas as culturas, de todos os conhecimentos, de todos

os mundos. A escola não é um prolongamento da família, mas sim a instituição que nos põe em contato com os conhecimentos científicos, as diferentes culturas e maneiras de pensar, o conjunto das diversidades. É isso que nos educa. São as diferenças que nos instruem, não as semelhanças.

Quando falamos de educação, recorremos quase sempre a metáforas, como a metáfora do jardineiro (o professor é um jardineiro que cuida da planta que se desenvolve por ela própria) ou do escultor (o professor deve moldar os alunos). Para mim, a melhor metáfora da educação é a metáfora da viagem.

**A educação é uma viagem do conhecido para o desconhecido.** É uma viagem daquilo que conhecemos – a nossa família, as nossas crenças, as nossas religiões, a nossa comunidade – para o que ainda não conhecemos. É uma viagem para outros mundos. Sem viagem, não há educação.

**"O QUE NOS EDUCA SÃO AS NOSSAS DIFERENÇAS, NÃO É O QUE SE É IGUAL."**

**VERSUS:** Como você acabou de colocar que o relatório não teve o propósito de gerar dinâmica normativa, já que, na verdade é um convite para a luta, vamos debater, mas vamos ter que lutar, não será fácil essa luta. Pois tem muitas forças contrárias, e acho que essa percepção é interessante, mas, ao mesmo tempo muito desafiadora.

**NÓVOA:** O improvável, mas ainda possível, é a metamorfose. O mais provável, hoje, é haver uma fragmentação ou mesmo a extinção das esco-



las, uma segregação das universidades – substituídas pelas forças do mercado, pelas grandes indústrias globais da educação, pela “personalização” de aprendizagens digitalizadas. Isso é o mais provável, o improvável, mas ainda possível, é a metamorfose da escola, um novo contrato social da educação.

Pensar num novo contrato social é defender um novo modelo escolar, baseado em novos ambientes educativos, mais abertos e mais diversos. Mas é também construir uma nova relação, mais capilar, mais próxima e interdependente, entre a escola e a sociedade.

**Precisamos de pensar a educação como um direito humano**, tal como está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não só um direito nos termos consagrados no contrato social do século XIX, e que teve origem em muitas das constituições liberais, porque esse direito era dirigido, sobretudo, às crianças. É preciso alargar esse direito muito para além da idade escolar. É uma das grandes preocupações do relatório da UNESCO, sobretudo quando pensamos que a esperança média de vida vai passar para 100 anos, e muitos cientistas já falam que, dentro de pouco tempo, será ultrapassada esta fasquia. O que significa a educação para alguém com 70, 80, 90 ou 100 anos? O que significa a educação já não como preparação para o trabalho, mas como bem-estar? O que significa a educação como cultura? O que significa a educação do ponto de vista social e intergeracional? Tudo está a mudar nas nossas vidas, e a educação também.

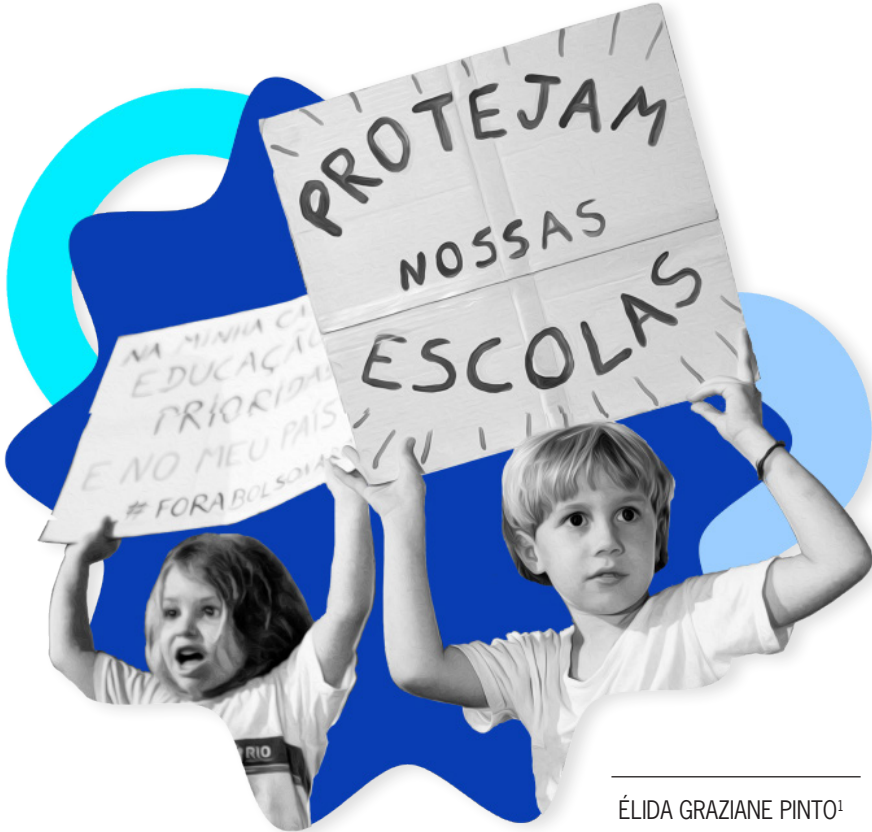
Quando falamos na necessidade de repensar o contrato social da educação, temos em mente o discurso do José Saramago, quando recebeu o prêmio Nobel da literatura do dia 10 de dezembro de

1998. José Saramago em seu pequeno discurso, em sua saudação, disse: “Neste dia, 10 de dezembro de 1998, celebram-se os 50 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quando penso nisso, e vejo o estado do mundo, digo para mim mesmo que há muita gente no mundo que não está a cumprir as suas responsabilidades, muitos países, muitas corporações, muitas instituições e muitos de nós, cidadãos, não estamos a cumprir as nossas responsabilidades perante os direitos humanos. Então, o que tenho para vos propor, é a assinatura de uma Declaração Universal dos Deveres Humanos, na qual cada dever seja espelho de um direito”. Espera-se de nós, de cada um de nós como cidadãos, a responsabilidade e o dever de nos batermos pelos Direitos Humanos. Num certo sentido, a filósofa Hannah Arendt já o tinha dito, quando afirmava haver um direito mais importante do que todos os outros: “o direito de ter direitos”. **O direito de ter direitos é provavelmente o mais importante de todos.** Direitos na educação. Direitos na cultura. Direitos de participação na sociedade. Direitos no trabalho. Tendo em conta a fragmentação a que estamos assistindo na sociedade, nas democracias, no trabalho e na cultura, vale a pena hoje recordar José Saramago e Hannah Arendt.

É com este espírito que escrevi o meu último livro, publicado este ano na Bahia, com o título *Escolas e Professores: Proteger, Transformar, Valorizar*. Proteger as escolas, sobretudo na sua dimensão pública e comum. Transformar as escolas, rompendo com a uniformidade do modelo escolar e instaurando um novo contrato social. Valorizar os professores e as suas iniciativas e experiências. Precisamos de liberdade para fazer e experimentar, abrindo assim novos futuros para a educação.

## Financiamento da Educação durante a pandemia

FOTO: FERNANDO SOUZA | ADFRJ / ARTE: BEATRIZ BRAGA



ÉLIDA GRAZIANE PINTO<sup>1</sup>

Desde março de 2020, os orçamentos públicos têm sido impactados pela pandemia da Covid-19 em âmbito internacional, donde emergiu como prioridade o custeio das dimensões sanitária, assistencial e econômica no seu enfrentamento.

A seara educacional foi preterida, a pretexto de distanciamento social, quando, a bem da verdade, deveria ter sido aprimorada para mitigar a crônica desigualdade de oportunidades que afeta as crianças e os jovens inscritos na etapa obrigatória de ensino. Eis a razão pela qual merecem registro, em especial, três eventos acerca do financiamento da

política pública de educação durante a crise sanitária da Covid, quais sejam:

**1)** Promulgação e ainda insuficiente regulamentação da Emenda nº 108, de 26 de agosto de 2020, que trata da constitucionalização em caráter permanente do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

**2)** Aprovação no Senado e tramitação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional nº 13/2021, que visa anistiar prefeitos e governadores que tiverem incorrido em déficit

de aplicação dos recursos vinculados à educação nos exercícios de 2020 e 2021, pretensamente mediante compensação diferida até 2023;

**3)** Parcelamento em três anos da quitação dos precatórios decorrentes de demandas relativas à complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), na forma do art. 4º da Emenda 114, de 16 de dezembro de 2021.

Em todos os eventos acima há a mesma tônica de formalmente prometer prioridade, mas, na prática, entregar postergação.

A Emenda 108/2020 completou seu primeiro ano de vigência, sem que tenha sido regulamentado, por exemplo, o §7º do art. 211 da Constituição, relativo à pactuação federativa de “condições adequadas de oferta” de ensino em aderência ao conceito de Custo Aluno Qualidade (CAQ), para fins de padrão mínimo de qualidade. O CAQ é um parâmetro extremamente sensível até para que sejam efetivamente implementadas as “*normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal*”, a que se refere o §9º do art. 212. Isso porque, sem noção clara de custos, não se controlam resultados.

É antiga, por sinal, a omissão em regulamentar o custo-aluno qualidade inicial (CAQi) e o custo-aluno qualidade (CAQ), a que se referem as estratégias 7.21 e 20.6 a 20.8 da Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), como já denunciado pelo Tribunal de Contas da União desde seu Acórdão 618/2014 e reiterado pelos Acórdãos 906/2015, 1897/2017, 717/2019 e 1656/2019.

Vale lembrar que a insuficiente complementação federal à sistemática de fundos para equalizar o custeio da educação básica tem como pano de fundo a pura e simples omissão da União em cumprir o artigo 206, VII e o artigo 214 da Constituição de 1988, bem como as citadas estratégias do PNE. Direta ou indiretamente, estamos envolvidos em uma repetição do debate sobre a insuficiente complementação federal ao extinto Fundef (1996-2006, em consonância com a EC 14/1996), já duramente refutada pelo STF nas Ações Cíveis Originárias n.ºs 648, 660, 669 e 700 (julgadas conjuntamente procedentes em 2017). Tais ações, aliás, é que deram causa aos precatórios parcelados na forma do art. 4º da Emenda 114/2021.

O problema dessa estratégia de adiamento é que ela tem sido usada, recorrente e primordialmente, para negar efetividade aos direitos sociais e até mesmo para permitir o falseamento do financiamento de tais direitos. Essa, por sinal, é a finalidade tanto da Emenda 114/2021 em relação ao parcelamento dos precatórios federais do extinto Fundef, quanto da PEC 13/2021, no que concerne ao adiamento até 2023 da quitação dos déficits educacionais verificados durante a pandemia.

Em suma, o financiamento da educação tem sido preterido historicamente e, ainda que pontuais avanços sejam conquistados no plano normativo, sua execução pragmática não está assegurada, tendência essa que, durante a pandemia, se manteve.

*1. Doutora em Direito Administrativo pela UFMG, com estudos pós-doutorais em Administração pela EBAPE-FGV/RJ. Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Professora da FGV/SP.*





# EDUCAÇÃO, MIGRAÇÃO E PANDEMIA

# O desafio de integrar a criança refugiada à Escola Pública

FLAVIA GUERRA CAVALCANTI<sup>1</sup>, MARIA LIDIA MATTOS VALDIVIA<sup>2</sup> E MARIANA PERILLO VELLOSO BARBOSA<sup>3</sup>

Nosso projeto com crianças refugiadas começou exatamente no dia em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a pandemia da Sars-COV-19, em 11 de março de 2021. Estávamos eu, Flavia Guerra, e a professora Renata Bastos na sede<sup>4</sup> do IRID, na Praia Vermelha, entrevistando os candidatos às duas bolsas, que o projeto “Vida Pública: como os temas republicanos impactam a integração de crianças refugiadas nos espaços escolares e de ensino do Estado” acabara de ganhar do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), quando veio o anúncio da OMS que mudaria as condições nas quais nosso projeto seria desenvolvido.

O objetivo de nossa extensão era ir às escolas do Estado do Rio para interagir com a comunidade escolar no acolhimento de crianças refugiadas. Com a decretação da pandemia – e o consequente fechamento das escolas - nossas visitas tiveram de ser substituídas por encontros remotos para leitura de

textos sobre migrações e documentos do Ministério da Educação sobre as orientações para o magistério durante a pandemia.

A partir das conversas com duas professoras de escolas municipais, Jaspe Marques de Mattos (Escola Capistrano de Abreu) e Cátia Simone Pereira de Sousa<sup>5</sup> (Escola Adalgiza Nery), pudemos conhecer as dificuldades colocadas pela pandemia<sup>6</sup> para o processo de aprendizagem das crianças refugiadas. Em 2021, a Secretaria Municipal de Educação criou o aplicativo de ensino remoto “Rio Educa em Casa” disponibilizando ferramentas para o ensino remoto sem resolver as disparidades de aprendizado entre os alunos pois nem todos contavam com as tecnologias adequadas para acessar as aulas.

No entanto, as dificuldades não se resumiram à precariedade da infraestrutura. O espaço escolar constitui-se como um todo que engloba a sociabilidade, a saúde e o aprendizado. Num primeiro mo-

1 Professora do Curso de Relações Internacionais.

2 Graduanda e Extensionista do Curso de Relações Internacionais.

3 Graduanda e Extensionista do Curso Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES).

4 Professora do curso Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES).

5 Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Capistrano de Abreu (Horto).

6 Diretora Adjunta da Escola Municipal Adalgiza Nery (Santa Cruz).

mento, a interrupção das aulas acarretou também a suspensão das refeições das crianças, o que provocou uma situação de insegurança alimentar para aqueles que tinham na refeição escolar a sua única fonte de nutrição. As refeições foram restabelecidas posteriormente (2020), com a distribuição de cestas básicas e cartão alimentação para as famílias.

Ambas as escolas citadas contam com alunos refugiados e já possuíam, antes mesmo do início da pandemia, um projeto de acolhimento desses alunos. No caso da Escola Municipal Adalgisa Nery, localizada em Santa Cruz, duas crianças venezuelanas refugiadas - um menino de 12 anos, e sua irmã de 14 anos. A suspensão das aulas significou um atraso no processo de adaptação dos irmãos à escola e à língua portuguesa, promovido pelo contato social com crianças da mesma faixa etária. Na Escola Capistrano de Abreu, no Horto, a criança venezuelana refugiada de 8 anos chamada Jaspe relata que os professores recorreram à literatura infantil para criar um espaço de acolhimento: “Optamos por aproximá-los da comunidade escolar por meio de uma roda de leitura do livro ‘Uma casa no mundo’, de Daniela Chindler e Juliana Portenoy, que trata de migrantes que moram no Brasil. Conversamos sobre a memória desses outros lugares. Os alunos refugiados também puderam falar sobre o seu país para os demais”.

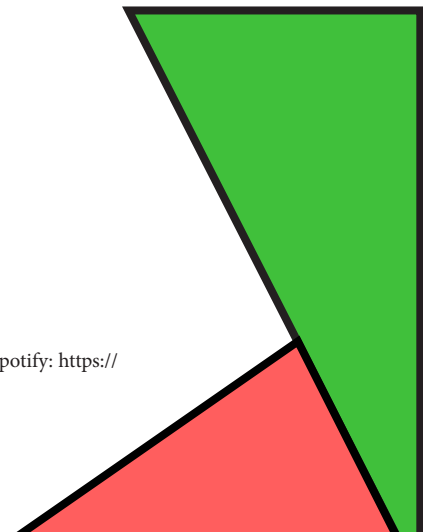
Apesar das duas escolas estarem situadas em bairros com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) discrepantes, as dificuldades apontadas pelas professoras foram similares: falta de acesso à tecnologia, perda da refeição diária na primeira fase da pandemia e esgarçamento dos laços socioafetivos.

Para as crianças refugiadas, estes obstáculos tornaram-se ainda mais perversos, pois significaram a perda de contato com a língua e a cultura do país receptor. Neste momento, aguardamos a finalização de um convênio entre a UFRJ e a Secretaria Municipal de Educação para obtermos a autorização necessária à visita das escolas e participação nos projetos de acolhimento das crianças refugiadas que já vêm sendo realizados na Escola

Capistrano de Abreu e na Escola Adalgisa Nery. Paralelamente, aguardamos o estabelecimento de outro convênio, desta vez com o Colégio Pedro II, para a mesma finalidade.

Finalmente, em função do momento pandêmico, atuamos de forma *online* com a produção de uma série de *podcasts* que aborda as temáticas do “Guia para guia para pais e educadores sobre integração de crianças e adolescentes refugiadas nas escolas”, uma iniciativa da Acnur com apoio do Ministério da Educação. A série se divide em três *podcasts* de curta duração e discute a questão da educação para migrantes de forma acessível<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Os podcasts podem ser acessados por meio do perfil do grupo de extensão “Vida Pública” no Spotify: <https://open.spotify.com/show/6e2d5NgNCOD27YNcXwaan5?si=fb47571fe8854eb6>



# O BOM PROFESSOR: VERSUS ENTREVISTA VINÍCIUS WU

REDAÇÃO

FOTO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI / ILUSTRAÇÕES: BERNARDO MARQUES



Vinícius Wu é um nome técnico unânime entre os políticos. Prêmios da Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em projetos de Governo Eletrônico (E-Gov), o historiador egresso de nossa UFRJ tem participado

ativamente da área da educação; por exemplo, recentemente foi Secretário de Educação de Niterói — município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 515 mil habitantes — e esteve à frente da construção de uma série de projetos educacionais da gestão do prefeito Axel Graef, a exemplo do Educação XXI. Além disso, um eterno professor apaixonado pelo ofício de ensinar. Wu é filho da escola pública, negro e vindo da periferia. Na política, um gestor público de bastidores, mas de participação ativa na construção do bem social desde quando participa no espaço no poder público como aconteceu com Tarso Genro no governo do Rio Grande do Sul. Ainda no âmbito político, é um crítico ao atual momento do país. Wu pede discernimento aos colegas que congregam com ideias contrárias às suas. Ao mesmo tempo, pede dias melhores e livres do negacionismo, tão maléfico para a gestão da pandemia que ainda nos acompanha. Para a Revista Versus, Wu concedeu uma aula em formato de entrevista, a qual oferecemos trechos abaixo, como todo bom professor.



**VERSUS:** A situação gripal, as variantes do coronavírus e as demais mazelas agregadas ou não impõem a pergunta: qual a postura pública da escola municipal em Niterói, como viver tudo isso se a escola é de tempo integral ou é uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI)?

**VINÍCIUS WU:** Bom, eu acho que em relação a esse debate nós precisamos recuperar um pouco o que tem sido a experiência desenvolvida pela educação pública no Brasil e também, claro, tentando se aproximar daquilo que tem sido desenvolvido por outras cidades e países no mundo. Uma vez que as soluções que têm sido buscadas em nível global, elas têm se mostrado muito válidas de uma maneira em geral, independente da particularidade de cada cidade e de cada região. O repertório com o qual o poder público tem agido tem sido compartilhado e experimentado com relativo sucesso pelas diferen-

tes realidades locais e com relação ao debate sobre a educação não tem sido diferente. Ou seja, à luz dessa experiência concreta dessa pandemia vivida no país e em outras partes do mundo que nós poderemos buscar respostas para o problema complexo que envolve múltiplas dimensões da atuação do poder público. No caso da educação, o que nós temos percebido é que há, de fato, após 2 anos de pandemia, uma percepção generalizada de que houve um excesso de cautela em relação ao funcionamento das escolas e da educação como um todo em função, inclusive, do desconhecimento que nós todos tínhamos em relação a dinâmica da dimensão do coronavírus.

Especificamente na cidade de Niterói, nós, escutamos as autoridades sanitárias. Mas, respondendo então, objetivamente, a pergunta, a nossa pretensão como gestores públicos é, sim, de uma retomada plena da educação em 2022.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI

**Nova realidade. Em sala de aula, professores e alunos se adaptam as restrições contra a COVID-19**

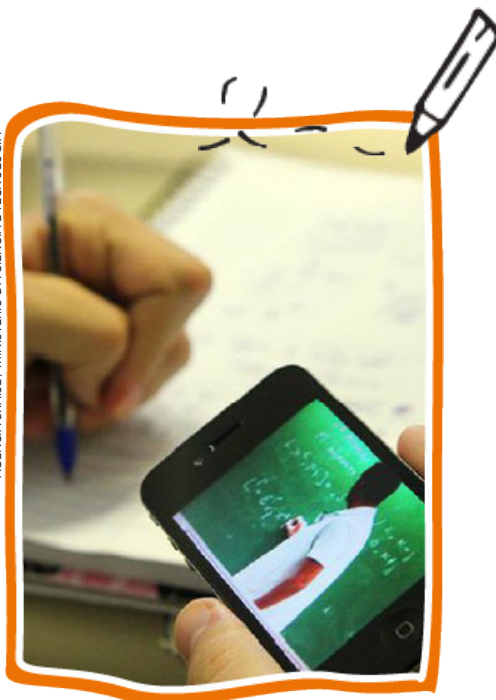


**VERSUS:** A questão da dimensão lúdica da educação, essas atividades se fazem sem o envolvimento, que a pandemia colocou e não poderia ser diferente, dos familiares e das crianças. Então, na verdade, é um acúmulo de forças que aconteceu envolvendo a escola, a família ou quem mais pudesse ter a convivência com a criança para essa criação. Um dos nossos desafios é tornar e fazer outras formas da disponibilização da educação com esse esforço coletivo, não o esforço só da escola, mas, de todos nós. Outra questão é a dos repasses do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), por conta da situação esdrúxula e recorrente do repesamento que recebe, eufemisticamente, a expressão de contingenciamento, e o gritante abono à docência diante da ausência de auxílios e de recursos ao corpo discente. O que dizer sobre isso?

**WU:** Bom, há uma reflexão que precisa ser feita pelo país relativa à negligência que nós, enquanto sociedade brasileira, operamos em relação à educação neste ano de pandemia. No ano de 2020, em especial, a educação ficou fora do debate político, houve pouquíssima atenção por parte dos gestores, dos agentes políticos e, é claro, por parte principalmente do próprio governo federal e do Ministério da Educação, que deveria ter sido um grande articulador de políticas educacionais e construtor de soluções para apoiar os estados e municípios na garantia do direito da educação.

Então, nós passamos um ano de grandes ausências. Ausências em relação a políticas, por exemplo, de inclusão digital, políticas em relação à minimização dos efeitos da pandemia e de apoio, também,

AGÊNCIA BRASIL / MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



## Mesmo com a falta de recursos, o EAD ganhou espaço na pandemia

aos educadores e educadoras que tiveram que se virar para manter suas atividades pedagógicas, manter vínculos, enfim. A ação dos educadores brasileiros no ano de 2020 foi extremamente criativa, penosa, e ela se deu, praticamente, a não contar com quase nenhum apoio parte das instâncias governamentais, em geral.

Em 2021, o debate, de uma certa maneira, teve mais visibilidade e, também, por conta de uma organização de fora para dentro, movimentos da sociedade, e de alguns gestores em planos mais locais que foram pautando a necessidade de nós pensarmos a educação nesse cenário de pandemia. As soluções que foram sendo encontradas, algumas mais outras menos duvidosas, sem nenhuma instância governamental articuladora que pudesse orientar e evitar que erros fossem cometidos, que já foram experimentados por diferentes cidades e re-



alidades, e que não tiveram um compartilhamento. Os gestores tiveram que se virar ao longo do tempo nesse ano, e a falta de articulação e de coordenação também se refletiu no financiamento. Muitos municípios voltam agora com a recepção de recursos do FUNDEB, que foram deixados contingenciados e distribuídos de uma maneira totalmente aleatória para efeito de cumprimento daquilo que dispõe a Constituição Federal, e isso se tornou também um grande problema, porque muitos municípios estão recebendo repasses em grande volume há poucas semanas do final de 2021.

Ou seja, toda uma estratégia que poderia ter sido pensada ao longo do ano de 2021. O uso racional, escalonado, desses recursos estão sendo feitos repasses que inviabilizam qualquer tipo de planejamento de política pública. E que na verdade, também, expressa um pouco o que foi a postura do Governo Federal ao longo de toda a pandemia em relação à educação. Nós estamos enfrentando essas dificuldades que dizem respeito à falta de uma agenda pública nacional, de uma articulação dos órgãos que compõem o sistema de educação, mesmo em relação às políticas que dizem respeito ao ensino médio, ao ensino estadual.

**VERSUS:** Existe algo de muito nítido que a pandemia revelou, pelo menos a maioria dos estudantes e educadores está resignado no relatório “Imaginando os nossos futuros — um novo contrato social de ensino” da UNESCO. O ensino remoto não funciona nem de perto como substituto do presencial, não devemos nem cair no equívoco de aproximar essa situação ao conceito de ensino híbrido, são coisas totalmente distintas.

**WU:** Então, a nossa propensão é buscar o máximo de alinhamento com as políticas que estão sendo desenvolvidas, não só no Brasil, mas no mundo para enfrentar esse contexto. Fica um grande aprendizado da pandemia que todas as negligências realizadas historicamente aqui no Brasil elas cobram um preço muito caro. Nesse caso da pandemia, a ausência de políticas sólidas, principalmente nas escolas municipais, mostra que já estamos em risco de uma evasão escolar sem precedentes no Brasil, o abandono da escola, não só da escola, mas da universidade, hoje em dia, vai prejudicar significativamente o desenvolvimento educacional do país em função da ausência de estratégias dentro da oferta tecnológica possibilitasse nós enfrentarmos de uma maneira diferente da qual nós enfrentamos.

Nós temos imensos desafios pela frente, mas eu acho que o determinante é exatamente construir a afirmação de uma agenda nacional para a educação brasileira que considere a necessidade, inclusive, de ampliação dos investimentos e da integração federativa para a construção de soluções para os próximos anos. Além disso, essa dimensão importante de uma afirmação da escola como um território de afirmação de outros direitos, direito a cidade, direito a cultura.







# O LEGADO DEPOIS DA ONDA DO ÔMICRON

LÍGIA BAHIA

Manifestações de apreço à ciência e ao Sistema Único de Saúde (SUS), que estiveram na linha de frente das interpretações, recomendações e atendimento aos pacientes estão presentes em um cotidiano que se arrasta há mais de dois anos. Ao invés das notícias sobre as deficiências assistenciais da rede pública e universidades públicas consideradas custosas e ineficientes. O sinal de mais foi acrescentado na frente das instituições de pesquisa e na palavra SUS, no contexto das respostas equivocadas e omissões do governo federal para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Ciência e SUS

tornaram-se heróis embora o país tenha perdido mais de 620 mil pessoas, se tornando o primeiro lugar em número acumulado de óbitos por habitante.

O reconhecimento dos méritos de uma política pública universal e suas ações objetivas e especialmente pelo trabalho de pesquisadores e profissionais de saúde ocorreu em diversos países. Em tese, bons sistemas saúde, com base científica tecnologia adequada, seriam capazes de interpor barreiras efetivas para proteger vidas da população. Experiências bem-sucedidas de supressão de casos covid-19 ocorreram em países asiáticos e na Austrália e Nova

Zelandia<sup>1</sup>, evidenciando a importância das estratégias populacionais. Reino Unido, Itália, França e mesmo Alemanha, apesar da adoção de políticas de contenção da transmissão distintas, apresentaram altas taxas de mortalidade. O país que mais gasta com saúde no mundo, os EUA, acumula o maior número de mortes. Sob este critério, evitar mortes, tradicionais sistemas universais de saúde europeus e o orientado pelo mercado, na América do Norte, teriam sido reprovados.<sup>2</sup>

Entretanto, em países com governos bem avaliados ou não, os sistemas públicos de saúde receberam elogios. Um apoio amplo, inclusive à declaração de profissionais de saúde “não queremos só aplausos” em diversas línguas<sup>3</sup>, expressando a necessidade de condições adequadas de trabalho, desde equipamentos de proteção individual, remuneração ajustada à sobrecarga laboral, equipes completas e oferta adequada de leitos, equipamentos e medicamentos.

No Brasil, apesar da magnitude dos desfechos letais, houve uma mudança radical em direção a um status positivo do SUS. Sob o fogo cruzado dos debates sobre lockdown e testagem versus políticas menos radicais de fechamento de atividades econômicas, o atendimento aos pacientes, exigente de organização de serviços e dedicação de médicos, enfermeiros, que foram junto com pacientes idosos os primeiros a morrer causou enorme comoção. Foi estabelecida uma linha divisória entre os governos e as instituições públicas de saúde.

A admiração pelo SUS contou, desde o início, com a adesão de lideranças de todos os matizes políticos. As polêmicas se concentraram em torno da magnitude da pandemia, funcionamento das ativi-

dades econômicas, medicamentos e vacinas. O que mudou foi a extensão consenso sobre as virtudes do SUS para a mídia tradicional. A experiência com a Covid-19 transformou o SUS em talismã nacional. A expressão “se não fosse o SUS seria muito pior” passou a ser pronunciada como agradecimento e respeito. A saúde pública de mazela se tornou solução. A valorização do SUS tal como ocorreu em países com sistemas públicos universais veio acompanhada pela conscientização sobre a relevância da ciência e fragilidade da base tecnológica e produtiva setorial.

Falta de testes, oxímetros, cilindros de oxigênio, aventais, máscaras cirúrgicas, leitos de CTI e profissionais de saúde que evidenciaram a forte dependência de importações de itens estratégicos e incompetências administrativas trouxeram à tona desafios antigos que se somaram à competição nos processos de aquisição de insumos favoráveis aos compradores privados.<sup>4</sup> O SUS **exibiu** mais insuficiências do que os sistemas de saúde de países ricos. A rede capilarizada e potencialmente capaz de realizar ações de vigilância epidemiológica nos territórios permaneceu desmobilizada e o atendimento a casos graves tem sido perpassado por atos nobres e angústia e desespero de pacientes, familiares e responsáveis pelo atendimento.

Portanto, o SUS e a ciência tornaram-se heróis trágicos: as tentativas de proteção alcançaram resultados insuficientes. Suas imensas e extensas falhas assistenciais, antes objeto de críticas sobre problemas de acesso e qualidade das ações da rede pública, cederam vez a crônicas emotivas das batalhas pela vida. As glórias nacionais, no entanto, não tiveram as mesmas consequências daquelas outorgadas



FERNANDO SOUZA / ADUFRJ



### **Enfermeira durante a vacinação drive-thru da UFRJ no Sambódromo**

a outros sistemas nacionais de saúde. Experiências da pandemia estimularam mudanças nas políticas de fortalecimento científico e sistemas de saúde em diversos países.<sup>5</sup> Mais recursos orçamentários destinados às áreas, valorização de profissionais de saúde e intensificação das conexões entre instituições de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias constituem pontos de uma agenda básica e quase consensual. No Brasil, as marcas “Mais Ciência e Mais SUS” ficaram no ar e têm sido aspergidas por movimentos sociais, mídia comercial e alternativa, mas sem contrapartidas objetivas em fóruns político-partidários e governamentais. Não é preciso ir longe para constatar que ao invés de incremento, o orçamento para 2022 prevê cortes de gastos para saúde e universidades.

### **ERROS E OMISSÕES**

Desde quando foram iniciados os primeiros esforços para conhecer o processo de transmissão do covid-19, estudiosos brasileiros de diferentes áreas de conhecimento alertaram as autoridades públicas sobre a necessidade de mobilizar vigorosamente políticas, programas e ações para o enfrentamento da pandemia. Contudo, as políticas públicas permeadas por erros e omissões e seus trágicos desdobramentos sanitários, políticos e econômicos traram o país para o epicentro da pandemia em função de respostas tardias e insuficientes à prevenção de casos e óbitos. A indisposição, hesitação e recusa para conter e monitorar a infecção rompeu com boas tradições de vigilância epidemiológica, medidas preventivas e preparação de cuidados aos

pacientes graves desenvolvidas nacionalmente ao longo de décadas.

Decisões atravessadas pelo descaso com o controle de portos, aeroportos e fronteiras, funcionamento de atividades econômicas e apoio financeiro a indivíduos e empresas foram incorretas e ambíguas. Faltaram insumos estratégicos para a saúde e as lacunas na oferta de recursos assistenciais não foram supridas e atualmente há escassez de vacinas. Medidas de proteção populacional e individual foram substituídas por ataques à ciência e às experiências históricas. A legislação promulgada em fevereiro de 2020 autorizou o governo a mobilizar recursos existentes e ampliou o orçamento público. No entanto, leitos privados e a readequação da capacidade instalada para a produção de insumos, tais como testes e máscaras de maior qualidade e menor custo e orçamentários, não foram devidamente mobilizados.

Estratégias de bloqueio da disseminação do vírus se tornaram indisponíveis pela conjugação de quatro ordens de fatores: a minimização da magnitude da pandemia e descrédito nas orientações científicas; adoção de programa oficial para “tratamento precoce” (uso de medicamentos ineficazes) enganoso<sup>6</sup>; políticas insuficientes e intermitentes de auxílio pecuniário emergencial e demora para a expansão da capacidade instalada de leitos de terapia intensiva; descontinuidades administrativas e péssima gestão financeira no Ministério da Saúde e inação de comitês de crise. A banalização das mortes e das sequelas causadas pela doença e a difusão da ideia de que faleceriam apenas idosos ou pacientes com comorbidades, ou quem não tivesse acesso ao “tratamento precoce” sintetiza a recusa ao en-



FERNANDO SOUZA / ADUFRI

### **Diferentes formas de protesto foram vistas durante a vacinação**

frentamento da Covid-19.<sup>7</sup> Em nome da “saúde da economia”, o governo federal se tornou cúmplice de mortes que poderiam ter sido evitadas e não logrou reverter a recessão econômica. Essa escolha política nos conduziu para uma situação na qual não tivemos políticas efetivas contra a covid-19, nem melhorias nas taxas de emprego e renda.

### **MORTES EVITÁVEIS, RESPONSABILIDADES ATRIBUÍVEIS**

Em situações de crises sanitárias, a responsabilidade de evitar mortes na pandemia compete aos governos nacionais. No Brasil, a recusa às orientações para mitigar casos e mortes impediu poupar



vidas. Aproximadamente 120 mil mortes, entre as que ocorreram até o final de março de 2021, poderiam ter sido evitadas por medidas de controle, baseadas em ações de isolamento social e vigilância epidemiológica<sup>8</sup>. As mortes em excesso foram mais elevadas em homens na faixa etária entre 20 a 59 anos, negros e indígenas.<sup>9</sup>

Profissionais de saúde, trabalhadores expostos a ambientes com ar rarefeito e aglomerações, pessoas vivendo em instituições asilares e prisionais, povos indígenas, quilombolas (comunidades remanescentes da escravidão) e ribeirinhos (povos que vivem à margem de rios com difícil acesso a serviços de saúde) e habitantes de favelas e periferias e morbidades prévias deveriam ter sido prioritariamente protegidas.

O país atravessa uma pandemia há mais dois anos sem implementar as ações necessárias para enfrentar a disseminação do novo coronavírus, agora com o domínio da cepa Ômicron. O desprezo do governo pelas vidas impediu realizar campanhas sanitárias informativas, mobilizar a solidariedade social (convocação de movimentos sociais, igrejas, empresas, mídias e instituições de ensino e pesquisa), prover máscaras de boa qualidade, testes para rastreamento e aquisição tempestiva de vacinas.

Outro contingente significativo de mortes evitáveis, embora também de difícil dimensionamento, são aquelas que poderiam não ter ocorrido pela efetiva atuação da rede básica de serviços de saúde, ou seja, incluindo testes, monitoramento de casos, providências para autoisolamento e referenciamento ágil para hospitais de qualidade. O acesso a testes para detecção de casos e contatos, que deveriam permanecer isolados para buscar reduzir o poten-

cial de transmissão tem sido rarefeito e desigual em termos de raça/cor e renda, uma inversão entre necessidades e obtenção de cuidados inadmissível, especialmente durante uma pandemia. Haveria ainda a possibilidade de poupar vidas de pacientes hospitalizados. Mais de 20 mil pessoas morreram, em 2020, em unidades de atendimento pré-hospitalar ou emergências na rede pública, não conseguiram ter acesso a leitos de terapia intensiva. Seria imprudente ter um cálculo preciso de quantas vidas seriam salvas se essas pessoas tivessem acesso a hospitais e unidades de terapia intensiva. Mas é importante afirmar que as informações sugerem retenção do acesso e que as mortes em instalações de urgência e emergência não foram igualmente distribuídas. Ocorreram óbitos especialmente na população que buscou a rede pública, integrada por uma maior proporção de negros e pessoas com menor status de renda e possivelmente mais vulneráveis.

## SALVAR VIDAS E REGENERAR O MUNDO EM QUE VIVEMOS

A chamada urgente é para salvar vidas mediante uma dupla estratégia: vacinação e adesão a medidas de saúde pública de proteção da infecção. Ninguém está seguro até que todos estejam seguros. O Presidente da República, que continua estimulando aglomerações, não se vacinou e retirou a máscara de uma criança, encarna o estado de coisas inconstitucional na política pública de saúde brasileira. Diversas iniciativas, solicitam: garantir a alocação do maior volume possível de recursos para o SUS, imposição de realização de testes na população em condições de suspeita de infecção por Covid-19, distribuição gratuita de máscaras PFF-2; levanta-

mento e divulgação de dados estatísticos sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação; e a criação de uma central nacional de regulação unificada de leitos públicos e privados em unidades de tratamento intensivo.

Em contrapartida, a mensagem do governo federal “temos que aprender a viver com o vírus” se cristalizou com slogans conectados com o afã da abertura indiscriminada de atividades econômicas. Vacinas e medidas de saúde pública altamente eficazes viabilizam a possibilidade de não naturalizarmos a convivência com a Covid-19, uma infecção de múltiplos órgãos com consequências de longo prazo (longo Covid) para muitos, incluindo crianças. Historicamente, optamos por não conviver com infecções virais graves, como poliomielite e sarampo, e temos estratégias nacionais e regionais para eliminar essas infecções.

Limitar a disseminação de Covid-19 o mais rápido possível é a melhor defesa contra o surgimento contínuo de variantes mais infecciosas. O potencial do país para debater, formular e implementar estratégias efetivas de saúde pública foi boicotado e encontra-se objetivamente ameaçado. Não levar a ciência em consideração, agredir cientistas e mesmo ridicularizar as possibilidades de realizar ações de cuidados à saúde minaram as bases para o enfrentamento de ameaças da saúde pública. A certeza de que o Brasil ter evitado milhares de morte em experiências históricas anteriores. A maioria dos países estão transformando seus sistemas de saúde, dotando-os de recursos humanos, materiais e financeiros para proteger suas populações de riscos à saúde. Mas o Brasil, ainda está às voltas com ondas sucessivas de crises. Crise econômica, crise

política, desastres ambientais e aumento da miséria. Depois da Omicron encontraremos um legado de perda, angústia e marginalização. Para uma parcela da população, o futuro aberto está bloqueado pela intensificação das desigualdades e racismo. Precisamos desenvolver políticas de saúde que contribuam para o sentimento de pertencimento igualitário e emancipado no mundo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Skegg DC, Hill PC. Defining covid-19 elimination. *bmj*. 2021 Jul 15;37.
2. López Cabello A. Pandemic momentum for health systems financialisation: Underthecloaksof Universal Health Coverage. *Global Public Health*. 2021 Apr 28:1-2.
3. De Caro W. Urgentinvestment in nursing: if not now, when?. *Professioniinfermieristiche*. 2021 Aug 18;74(2):64-5.
4. David Williams O, Yung KC, Grépin KA. The failureofprivatehealthservices: COVID-19 induced crises in low-and-middle-income country (LMIC) health systems. *Global Public Health*. 2021 Jan 19:1-4.
5. Sagan et al. Health systems resilience during COVID-19: Lessons for buildingbackbetter. *Health Policy Series 56*. EuropeanObservatoryon Health Systems and Policies. 11 November 2021
6. Vinetz JM. Lackofefficacyofhydroxychloroquine in covid-19. *bmj*. May 19;369, 2020.
7. CEPEDISA (Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário), Faculdade de Saúde Pública da USP. A linha do tempo da estratégia federal da disseminação da covid-19. Atualizado mediante solicitação da Comissão Parlamentar de Inquérito, por meio do Ofício 57/2021-CPIPANDEMIA. 28 de maio de 2021.
8. Alerta Covid. Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil. Estudo apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia em 23 de junho de 2021.
9. Santos, A. M. dos et al. Excess deaths from all causes andby COVID-19 in Brazil in 2020. *Revista De Saúde Pública*, 55, 71, 2021





# Crise estrutural e pandemia

---

MAURO OSÓRIO<sup>1</sup>

A partir dos anos 1970, com a consolidação da transferência da Capital Federal para Brasília, o Estado do Rio de Janeiro-ERJ entra em um círculo vicioso socioeconômico do qual ainda não conseguiu sair. Entre 1970 e 2019, o ERJ perdeu 37,6% de participação no PIB nacional (IBGE).



Com o início da crise política e econômica no país, em 2015, o ERJ aprofundou sua crise estrutural. Por exemplo, entre 2014 e 2020, perdeu 18,8% do total de seus empregos formais, contra uma perda no país de 6,7%, sofrendo a maior perda entre os estados.

Assim, o ERJ entra na pandemia em situação de particular fragilidade. Enquanto 32,2% da sua população precisou, em 2020, do auxílio emergencial do Governo Federal, no Sudeste e no total do país esse percentual foi de respectivamente 28,9% e 31,6%. Em seis municípios fluminenses mais de 45,0% da população precisou do auxílio emergencial. No município de Búzios, esse percentual chegou a 59,0% (Portal da Transparência/Governo Federal e IBGE).

A crise estrutural no ERJ também traz uma situação de fragilidade aos dados de infraestrutura e na área social, atingindo principalmente a periferia metropolitana do Rio (todos os municípios da RMRJ, excetuando a cidade do Rio). No Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal-IFDM/Saúde para o ano de 2016 (últimos dados disponíveis), dos 66 municípios da periferia metropolitana das capitais de estados do Sul e Sudeste do país com mais de cem mil habitantes, não existe nenhum município da periferia da RMRJ entre os 20 primeiros colocados no ranking. Já entre os 20 piores colocados, 12 são da periferia da RMRJ.

No cenário atual de pandemia, o ERJ e a maioria de seus municípios não aparecem bem na cobertura vacinal contra a Covid-19. Em 02/03/2022, 69,4% da população do ERJ recebeu a segunda dose ou a dose única, estando na 15ª posição entre os estados (Consórcio de Veículos de Imprensa). Entre

os 92 municípios do ERJ, 52 tinham uma cobertura vacinal inferior à média do estado, sendo que 8 tinham menos que a metade de sua população vacinada - incluindo grandes municípios da Baixada Fluminense, como Belford Roxo, Queimados e São João de Meriti (Vacinômetro SUS).

Os dados acima evidenciam que, em uma estratégia para tirar o ERJ de seu longo círculo vicioso e colocá-lo em um círculo virtuoso, a política pública de saúde deve ter papel central.

### *1. Professor Associado da FND/UFRJ*





TUDO QUE NÓS TEM É NÓS  
ENCICIDA

# Josué de Castro

O legado do cidadão do mundo contra a fome

LETÍCIA DA PAZ MAIA

*Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida,  
uma contingência irremovível como a morte?*

*Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?*

Geopolítica da Fome, 1951.

Josué de Castro

Quando comer se torna um privilégio é possível entender as palavras de Carolina Maria de Jesus: “quem inventou a fome são os que comem”. A doutora honoris causa da UFRJ, escritora e catadora de papéis sentiu no estômago a dor do prato vazio, como expresso no livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada (1960). Alguns anos antes, em 1946, Josué de Castro publicava Geografia da Fome, obra de referência mundial que revelou a fome como um problema cronicamente histórico, social e político, afastando-o das usuais associações a um fenômeno natural ou biológico e propondo caminhos para enfrentá-lo. Depois do Brasil sair do Mapa da Fome da FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) pela primeira vez na história em 2014, com menos de 5% da população em estado de insegurança ali-

mentar grave, o país passou a integrá-lo novamente em 2018 e em 2020 foram registrados 55,2% dos brasileiros vivendo sob algum grau de insegurança alimentar, segundo os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da ONU. O fantasma da falta do que comer assombra novamente Carolinas e Josués do século XXI que, tão atuais quanto no século passado, exigem que a fome seja encarada de frente - e pra ontem.

O reencontro com os escritos de Josué de Castro na atualidade não é particularmente especial apenas devido à comemoração dos 75 anos de publicação do Geografia da Fome, que ocorreu em 2021, mas também configura-se como um refúgio onde se pode encontrar algum horizonte para um Brasil que morre de fome. Há quase um século, um brasi-



leiro já traçava os caminhos pelos quais poderíamos escapar desse precipício a nível global. A pergunta que fica é: por que ainda estamos despencando nele?

Este texto é dedicado a Josué de Castro e seu legado ao combate à fome no mundo.

Josué Apolônio de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908 no Recife, lugar em que observou a fome de perto desde a infância. Na década de 1930, já como médico, publicou *Alimentação e Raça*, O problema da alimentação no Brasil e o Inquérito Sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Recife, obras que denunciavam o cruzamento entre desigualdades históricas e interpretações falaciosas sobre as origens da fome como fator responsável por sustentar e mascarar o problema como um tabu e, portanto, intocável.

Aos 28 anos Josué iniciou sua carreira como Professor Titular de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e, desde então, teve uma extensa lista de célebres publicações como *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* (1937), *Geografia Humana* (1939), *Geografia da Fome* (1946), *Geopolítica da Fome* (1951), *Homens e caranguejos* (1967), *El hambre: problema universal* (1969), dentre outras. Estas obras marcaram a literatura científica mundial ao estudarem as causas e as consequências da insegurança alimentar, propondo uma ligação íntima com o subdesenvol-

vimento e as injustiças históricas, políticas, sociais, raciais, econômicas e ambientais. Josué provocou uma mudança de chave: só é possível acabar com a fome ao admiti-la enquanto estado não-natural, assim, da mesma forma que é possível construí-la, é possível destruí-la.

“Josué de certa forma desvendou esse debate da fome, trouxe o tema para a agenda. Ele mesmo fala que descobriu a fome que, na verdade, é secular, milenar, mas é um fenômeno diferenciado a cada momento político. Não existe justificativa para a fome, não é um fenômeno natural ou biológico, como ele

dizia. A contribuição dele é fenomenal nesse sentido”, pontua a professora Tereza Campello, titular da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Faculdade de Saúde Pública da USP e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em entrevista para esta matéria. Campello destaca que a maior inovação

## **"NÃO EXISTE JUSTIFICATIVA PARA FOME, NÃO É UM FENÔMENO NATURAL OU BIOLÓGICO..."**

científica de Castro foi abordar o problema como um fenômeno político; além disso, metodologicamente foi inovador ao mobilizar a Geografia como lente de análise ao “mostrar que é preciso olhar para o território, não adianta fazer uma discussão etérea, você tem que baixar no território e tentar entender, compreender esse fenômeno. Poderíamos ter aproveitado o que Josué nos trouxe e ter enfrentado o fenômeno da fome no Brasil. E o mundo também”, comenta a professora.

Um dos pilares desse enfrentamento, para Josué de Castro, são as políticas públicas. Em sua linha de análise, é preciso ter estratégia e agir politicamente sobre as manifestações da fome em suas dinâmicas territoriais, ambientais, sociais e culturais específicas, levando em consideração o diálogo com o cenário macro de disponibilidade, produção e distribuição de alimentos. Dessa forma, é possível atacá-la por meio de esforços do Estado que pressuam a alimentação como um direito à vida.

Nesse sentido, Josué atuou em movimentos à sua época pelo estabelecimento do salário mínimo nacional para a subsistência dos trabalhadores, reivindicação que foi conquistada em 1940 por meio de Decreto-Lei, e pela criação dos Restaurantes Populares. Durante a década de 1940 trabalhou na fundação dos Arquivos Brasileiros de Nutrição e da Sociedade Brasileira de Alimentação, assumiu como professor de Nutrição no curso de Sanitaristas do Departamento Nacional de Saúde e como

diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) - transformado em 1945 na Comissão Nacional de Alimentação (CNA) - cargo que Josué de Castro ocupou até 1954.

Devido a sua trajetória e contribuições no combate à insegurança alimentar, foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO e pôde expandir suas ações por todo o mundo. A partir de 1955, buscou na política institucional brasileira caminhos para avançar nessa agenda no país, foi deputado federal de Pernambuco em 1955 e 1959 e, ao sair da presidência da FAO em 1957, fundou a Associação Mundial de Luta Contra Fome (ASCOFAM).

A conciliação entre a teoria e a prática é fundamental ao se pensar uma questão que é responsável diretamente pela morte de milhões de pessoas ao redor do planeta todos os anos. Quem tem fome, tem urgência de ação. Josué de Castro exemplificou essa postura durante toda sua carreira como médico, geógrafo, político, intelectual público, professor



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

**População na fila do Restaurante Cidadão, atual Restaurante Popular, no Rio de Janeiro**



e ativista. Nas palavras de Tereza Campello: “Josué dizia: é com políticas públicas que enfrentamos esse fenômeno que não é natural, é um fenômeno econômico e político. O argumento de que a fome sempre foi assim é histórico”.

Traçando um paralelo com a atualidade, observamos a recorrência de recentes associações entre o índice elevado de desnutrição no Brasil e a pandemia do Covid-19, que atingiu o planeta com crises sanitárias e econômicas desde fins de 2019. Para a professora Elizabeth Accioly, diretora do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da UFRJ, em entrevista à Versus “a obra de Josué vem sendo muito revisitada desde que a pandemia se instalou uma vez que, à sua época, ele já denunciava a fome como um problema relacionado ao modelo político-econômico das nações que sofriam desse flagelo e que não se podia responsabilizar fatores naturais como sendo os determinantes principais da fome. Essa máxima de Josué nos auxilia a entender a atual situação. Trazendo sua obra para a contemporaneidade, podemos dizer que a crise sanitária intensificou um problema já preexistente”.

**"PODEMOS DIZER QUE  
A CRISE SANITÁRIA  
INTENSIFICOU  
UM PROBLEMA JÁ  
PREEXISTENTE."**

Ao desenharmos uma linha do tempo, observamos que houve uma melhora significativa na segurança alimentar no Brasil por um período de aproximadamente uma década, entre 2004 e 2014, ano que saímos do Mapa da Fome da FAO/ONU. Accioly atribui tal feito às políticas públicas governamentais implementadas no período, que reconheciam o direito humano à alimentação e à segurança alimentar, como o Programa Fome Zero (2003), o Bolsa Família (2004), o Guia Alimentar da População Brasileira (2006), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2006), o Mais Alimentos (2008), a inserção da alimentação como direito social na Constituição Federal (2010), dentre outras políticas sociais e econômicas de enfrentamento à desnutrição no país. “O que se verificou após esse período foi uma piora nas condições de segurança alimentar da população, antes mesmo da pandemia que, quando chegou, foi um fator agravante, mas não o principal. O desmantelamento de políticas de garantia à alimentação adequada somada à crise econômica que já identificamos desde 2015 são determinantes para o quadro de insegurança que vemos hoje”, destaca a professora. Além disso, pontua que o avanço do agronegócio, da mineração, do desmatamento, da industrialização da alimentação, dos conflitos agrários e dos crimes ambientais no Brasil agravam o cenário.

Em 2021 foi realizado o Seminário Geografia da Fome: 75 anos depois - Novos e velhos dilemas, um espaço de reconhecimento e oportunidade de interlocução entre as contribuições de Josué e a de pesquisadores de distintas áreas sobre o presente e o futuro da alimentação no Brasil e no mundo. Ao longo de quatro dias de evento foram debatidos te-

mas como: “as interseccionalidades entre gênero, raça, idade, território e as nuances da má nutrição”; “implicações do modelo de desenvolvimento agroindustrial nas principais crises ambientais globais – mudanças climáticas, perda da biodiversidade, disponibilidade hídrica – e na persistência da pobreza e das desigualdades no meio rural”; “sistema de produção e consumo de alimentos vigente, desigual e excludente, responsável pela convivência e pelo acirramento de três pandemias: a pandemia da fome, a da obesidade e a das mudanças climáticas (uma sindemia)”; “governos, produtores rurais, indústria de alimentos, consumidores: quais responsabilidades e mudanças de postura podem ser adotadas, contribuindo com sistemas alimentares mais sustentáveis?”; “como as desigualdades se somam e se retroalimentam na explicação dos flagelos da pobreza e da fome como fenômenos políticos, sociais e econômicos no Brasil de hoje e no Brasil que virá?” e “perspectivas e construção de uma narrativa para um Brasil sem fome, sem miséria e com menor desigualdade”. Campello comenta que os resultados do Seminário foram positivos tanto como homenagem a Josué de Castro quanto como ambiente propositivo para enfrentar a agenda da fome no Brasil. Accioly também destaca os recorrentes tributos promovidos pela UFRJ às efemérides de seu primeiro diretor do Instituto de Nutrição, que em 2021 também comemorou 75 anos, como forma de fortalecimento de sua memória e legado.

Elaborar perspectivas de futuro que vislumbrem o fim da fome implica em considerar ações que Josué de Castro já propunha e que, quando aplicadas na experiência brasileira, deram resultados



## Livro "Fome: Um Tema Proibido"

positivos significativos. “O maior absurdo de nossa sociedade é termos deixado morrer centenas de milhões de indivíduos de fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de produção e que dispõe de recursos técnicos adequados à realização desse aumento. (...) Não podemos viver num mundo partilhado por 2/3 que não comem e, tendo consciência das causas de sua fome, se revoltam, e 1/3 que come bem – às vezes demais – mas que já não dorme com medo da revolta dos 2/3 que não comem”, as palavras de Josué de Castro soam mais atuais do que nunca, ainda que ele estivesse se referindo ao mundo do século passado no livro Fome: um tema proibido.

A atemporalidade de suas contribuições foi reconhecida: concorreu três vezes ao Prêmio Nobel, em 1954 foi indicado ao Nobel de Medicina e em 1963 e 1970 ao Nobel da Paz. Recebeu o Franklin Delano Roosevelt, da Academia de Ciências Políticas dos Estados Unidos em 1952 e o Prêmio Internacional

da Paz, pelo Conselho Mundial da Paz, em 1954. No ano de 1962 foi convidado para ser embaixador do Brasil na ONU e foi contemplado com honrarias e prêmios em vários países, inclusive com a carteira de Cidadão do Mundo.

Josué de Castro - Cidadão do Mundo é o título de um dos documentários mais difundidos sobre a vida e o legado do médico e geógrafo que impactou o planeta. Lançado em 1994, o filme foi dirigido por Silvio Tendler e produzido por Adolfo Lachtermacher que, em entrevista para a Versus, define que o ponto de partida para a produção da obra foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como Eco-92 ou Rio 92. O produtor afirma que, em meio aos debates sobre a situação socioambiental do mundo, o nome de Josué de Castro era incontornável e junto à sua família foi lançado um projeto para o fortalecimento de sua memória no Brasil. “Josué teve seus direitos políticos cassados por 10 anos a partir do golpe militar de 1964 e foi exilado na França. Lá atuou como professor e foi bastante reconhecido, entretanto, ele tinha a vontade de voltar para o Brasil, o que nunca conseguiu. Josué morreu em 1973, em Paris, aguardando seu passaporte chegar para voltar ao país natal. Seu nome e sua obra dificilmente circulavam por aqui devido a censura, porém na década de 1990 surgiu a oportunidade de voltar a falar sobre ele, no documentário abordamos bastante essa questão”, comenta.

Nas últimas décadas, a memória e a produção de Josué ecoam sob diferentes signos e significados, como um clássico que sempre tem o que dizer. Hoje seu nome está em escolas, cátedras universi-

tárias, institutos, músicas, peças artísticas, entre outras homenagens. Sob o ponto de vista da cultura e da arte, Adolfo expressa que, ao produzir o filme *Ciclo dos caranguejos* (1994), inspirado no conto homônimo presente no livro de ficção *Homens e Caranguejos*, procurou se aproximar da metáfora literária que Castro propunha: “como já havíamos falado da biografia de Josué no outro filme, a ideia era mostrar um pouco do olhar dele. Fomos para Recife a fim de fazer uma abordagem comparativa da perspectiva do jovem Josué da década de 1930 com a situação ao final do século e como esses dois tempos se comunicavam. Em seu livro, Castro observou que os restos de alimentos da população recifense muitas vezes eram largados nos rios e chegavam até os manguezais, as pessoas que lá viviam se alimentavam, junto aos caranguejos, desses restos e desses animais que, por sua vez, em um processo de retroalimentação, comiam os restos dos humanos, completando o “ciclo do caranguejo””.

A provocativa imagem do homem-caranguejo marcou a cena das artes em outras expressões de peso, como o espetáculo de dança *Cão sem Plumas* da Companhia de Dança Deborah Colker e o movimento mangubeat liderado por Chico Science, por exemplo. A perspectiva literária-artística é parte da construção do pensamento de Josué de Castro, que dedicou sua principal obra à Rachel de Queiroz e a José Américo de Almeida, escritores da fome no Brasil. Esse artifício revela uma abordagem ímpar da fome não apenas como um problema artificialmente moldado política e socioeconomicamente, mas também como uma dor palpável e injustiça inaceitável. “O povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos

até que fiquem limpos como um copo e com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a do corpo de seus filhos. São duzentos mil indivíduos, duzentos mil cidadãos feitos de carne de caranguejos. O que o organismo rejeita volta como detrito para a lama do mangue para virar caranguejo outra vez. Nesta aparente placidez do charco desenrola-se trágico e silencioso o ciclo do caranguejo. O ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos todos atolados na lama” (CASTRO, 1967, p. 28-9).

Desde as análises geográficas e sociológicas, até o ativismo político e a veia literária, Josué de Castro e sua obra são incontornáveis ao pensarmos um projeto de país que parte da perspectiva do seu chão, da lama, para construir um futuro socialmente justo e livre da fome, a pior de todas as doenças. Para isso, é preciso oportunizar que as pessoas e os saberes dos povos originários, quilombolas, ribeirinhos, favelados, de rua, da floresta, dos mangues e dos sertões, aqueles que sentem na pele os flagelos da má nutrição, desnutrição e destruição ambiental, sejam postos no centro do debate e das decisões aliados ao conhecimento científico. Pensar em tecnologias e maneiras de driblar a miséria e a “monotonia ali-

mentar”, conceito elaborado por Castro, é pressupor o fim das monoculturas agrícolas e de pensamento, o fim do agronegócio, da lógica de produtividade industrial sem limite, do lucro sobre a dignidade humana, é entender que é preciso voltar à terra, ao seu ritmo e sua diversidade. Assim, é possível elaborar políticas públicas eficazes que garantam o equilíbrio ambiental e humano, rompendo a falsa hierarquização imposta pelo capitalismo moderno. A concentração de renda e terra, apontadas por Josué como uma das grandes causas da fome, nos levarão ao fim que precisamos adiar através da demarcação de terras indígenas e tradicionais, da reforma agrária, de políticas voltadas para o fomento à agroecologia, à agricultura familiar, à recuperação de áreas degradadas e das águas, ao saneamento básico, à assistência social, à educação ambiental e segurança alimentar, ao combate às mudanças climáticas e aos crimes ambientais, além de um compromisso com o direito à qualidade de vida das pessoas e do planeta.

O legado de Josué de Castro reverbera e aponta caminhos. Que possamos aprender a andar por eles, sem voltar atrás.

*Encontrei o cidadão do mundo no manguezal da beira do rio - Josué!*

Chico Science & Nação Zumbi, O Cidadão do Mundo, 1994.

*Ô Josué, nunca vi tamanha desgraça  
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça  
Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola  
La passando uma velha e pegou a minha cenoura  
Aê minha véia, deixa a cenoura aqui  
Com a barriga vazia não consigo dormir  
E com o bucho mais cheio, comecei a pensar  
Que eu me organizando posso desorganizar!*

Chico Science & Nação Zumbi, Da lama ao caos, 1996.



**Josué de Castro**





## #VERSUSimagem

PEDRO SÁNCHEZ<sup>1</sup>

Em março de 2020, impossibilitado de frequentar seu ateliê, João Sánchez lançou mão dos materiais que tinha em sua casa e iniciou uma pesquisa em busca de meios alternativos de impressão que o levou ao desenvolvimento da técnica que ele veio a chamar de "vitrografia". Desde 2011, após retornar de uma vivência de 5 anos em Madri, João criou e vem atuando no Estúdio Baren, onde recebe artistas atuantes nos mais variados meios e desenvolve,

em parceria com estes, edições de obras gráficas. "Durante o período de restrição da mobilidade, fiquei sem acesso ao meu ateliê, às ferramentas e equipamentos. Todos os projetos foram interrompidos ou cancelados e a falta de perspectiva se apoderou de todos. Tratei então de continuar meu trabalho de investigação com os escassos materiais que tinha à mão", conta o artista.

A vitrografia é uma vertente alternativa da tra-



dicional litografia criada pelo suíço Aloys Senefelder em 1798 e que, ao longo do século seguinte, popularizou-se em todos os continentes como uma técnica moderna, ágil, extremante versátil e economicamente interessante de reprodução de imagens<sup>2</sup>. Nas palavras de Walter Benjamin, no seu ainda impactante artigo, *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, esse procedimento "permitiu às artes gráficas pela primeira vez colocar no mercado suas produções não somente em massa, como já acontecia antes, mas também sob a forma de criações sempre novas"<sup>3</sup>.

Enquanto João Sánchez obtinha seus primeiros resultados positivos em suas experimentações nas placas de vidro granitado, testando diversos materiais para obter uma imagem capaz de ser entintada com tinta a base de óleo e tornar a matriz hidrófila, ou seja, receptiva à água, passando a convidar artistas para testarem e expandirem os limites do procedimento, em agosto daquele primeiro ano de pandemia, iniciava-se finalmente o período letivo na UFRJ. No momento em que toda a comunidade universitária começava a encarar o desafio de adaptar-se a uma nova realidade — isolada e remota—, Ana Luisa Cople, artista visual e professora substituta responsável pelas disciplinas de litografia do curso de Artes Visuais — Gravura da Escola de Belas Artes, interpretava esse desafio em sua própria realidade: como reproduzir as condições de trabalho criativas e pedagógicas encontradas nos ateliês e laboratórios da universidade dentro de casa — a sua e a de seus estudantes?

A resposta veio com uma pesquisa coletiva, levada adiante ao longo dos períodos letivos subsequentes. Partindo da obra da artista-pesquisadora Emilie Aizier, com quem entrou em contato, e fundamentando-se na cultura DIY ("do it yourself"), Ana Luisa e suas turmas desenvolveram a técnica da "litografia de cozinha", ou "kitchen lithography", um conjunto de procedimentos alternativos, de guerrilha, que se fundamentam no mesmo princípio bicentenário e revolucionário da litografia, obtendo imagens multiplicáveis a partir de materiais como papel alumínio, Coca-Cola, vinagre, sabão de coco e ferramentas manufaturadas a partir de rolos de espuma, manoplas de bicicleta e cabides de roupa. "Dadas as circunstâncias de uma disciplina prática cujo pensamento é desenvolvido a partir de experiência em ateliê, buscamos alternativas de criação gráfica com materiais e recursos passíveis de obtenção no ambiente doméstico", relata.

As imagens reunidas na Galeria da edição número 9 da Revista Versus, além de reproduzirem obras elaboradas por artistas colaboradores do Estúdio Baren e estudantes da EBA, apresentam etapas do processo criativo das pesquisas desenvolvidas por João Sánchez e Ana Luisa Cople diante do desafio do isolamento trazido pela pandemia. Revelam também que isso que demos o nome de arte é — sempre foi — não apenas uma atividade coletiva, fruto da ação colaborativa de uma série de agentes, como também uma ação simbólica, capaz de mudar a realidade do mundo e de nós mesmos.

1 Professor Associado do curso de Artes Visuais – Gravura da Escola de Belas Artes

2 O procedimento desenvolvido por Senefelder revolucionou a história das técnicas de reprodução imagética ao apresentar a gravação química, planar, como alternativa à gravação física da matriz. Utilizou a pedra calcária, mas também chapas de zinco e, logo, de alumínio, como suporte e fundamentava-se na incompatibilidade entre água e gordura.

3 BENJAMIN, Walter, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANTONIO BOKEL



Antonio Bokel, Vitografia desenvolvida no Estúdio Baren, 2021. 97 x 65 cm





Mateu Velasco, Vitografia desenvolvida  
no Estúdio Baren, 2021. 80 x 50 cm

Matriz, Vitografia do Estúdio  
Baren, 2021.



JOÃO SÁNCHEZ



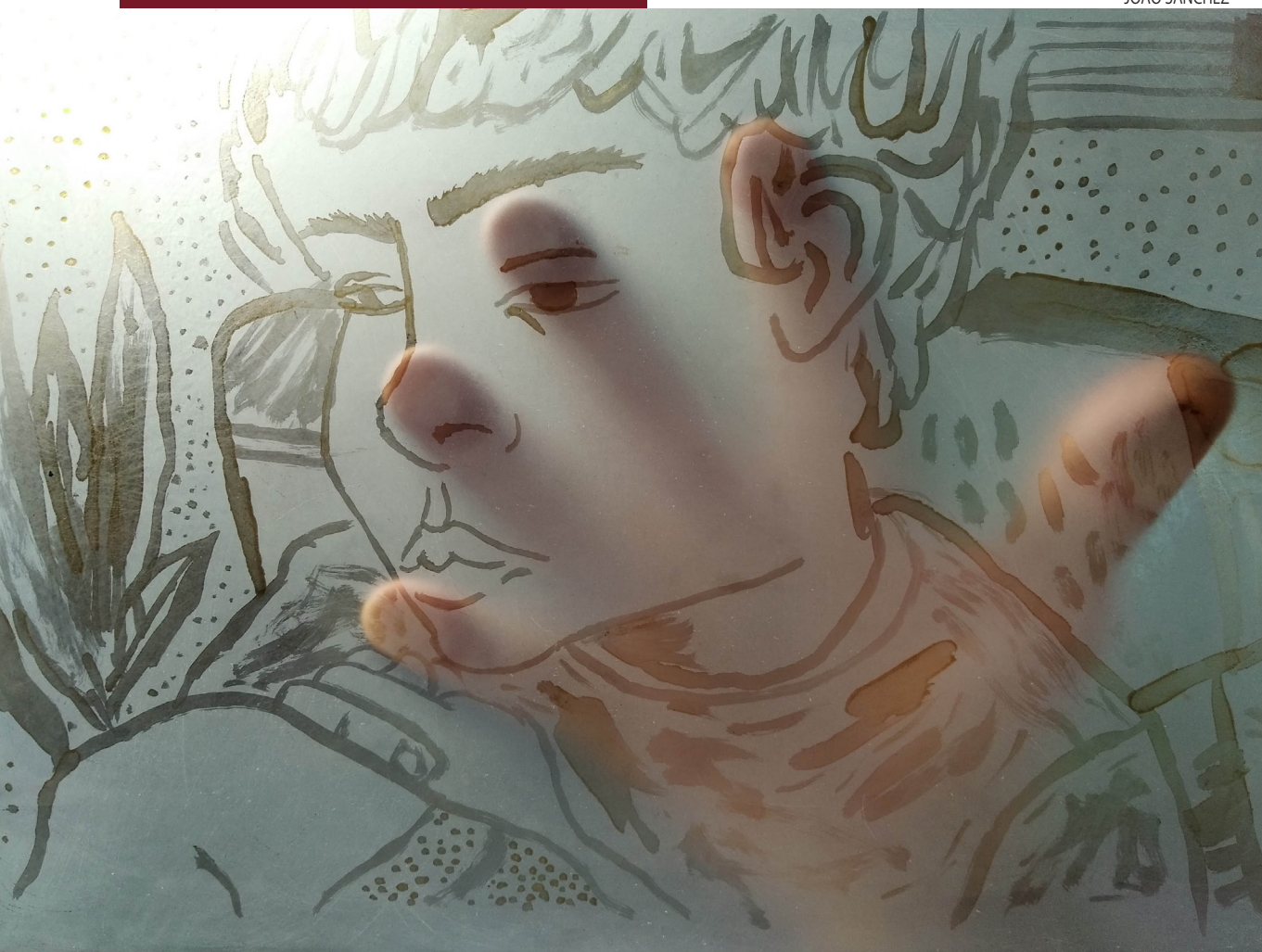


MARCELO MACEDO

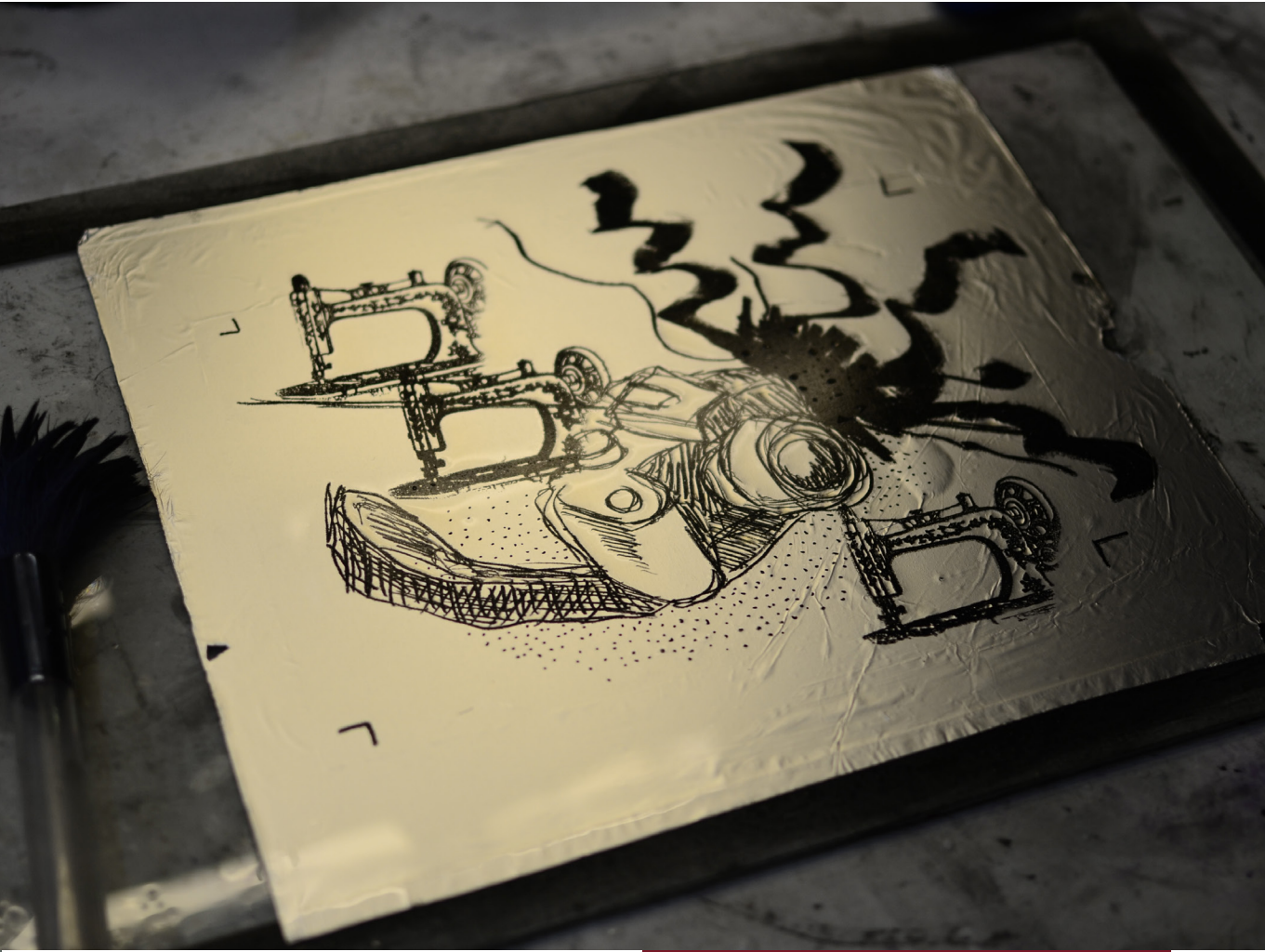
Marcelo Macedo, Vitografia desenvolvida  
no Estúdio Baren, 2021. XX x XX cm

Matriz, Vitografia do Estúdio  
Baren, 2021.

JOÃO SÁNCHEZ







Ana Luiza Cople, Litografia de cozinha, 2021. 30 x 20 cm



Luiane Amorim, Litografia de cozinha, 2021. 30 x 20 cm





Otto Drumond, Litografia de cozinha, 2021. 30 x 20 cm



LÍVIA MACIEIRA

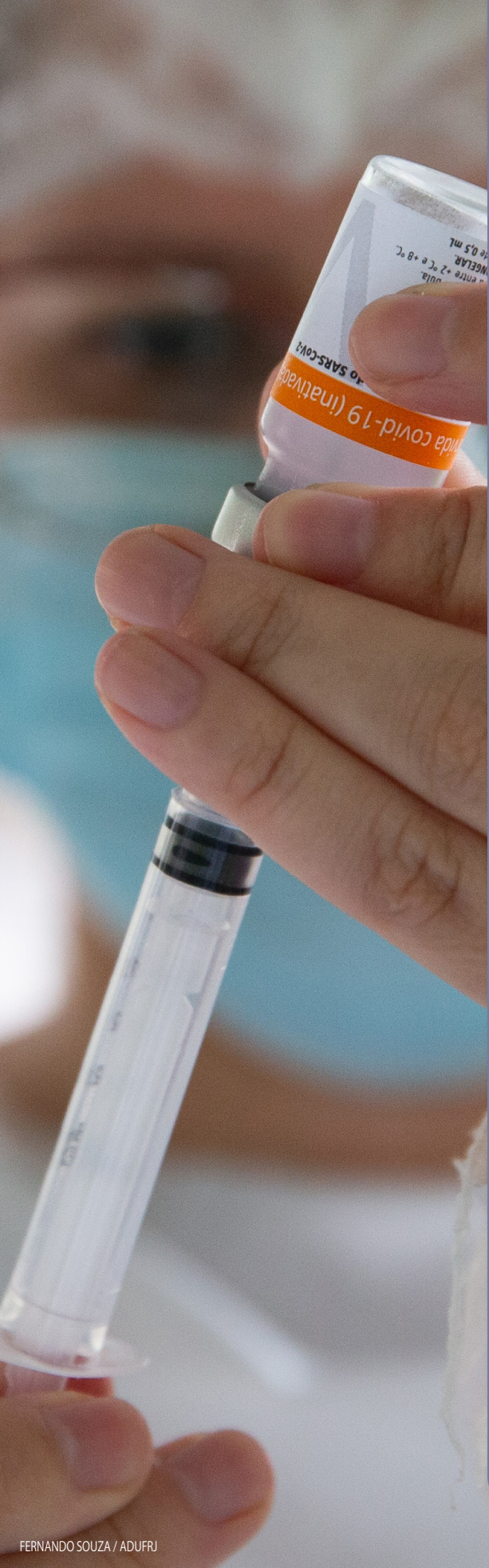
Livia Macieira, Litografia de cozinha,  
2021. 30 x 20 cm





Ana Luiza Cople, Litografia de cozinha, 2021. 30 x 20 cm





**O controle das epidemias na cidade carioca no século XIX**

Fania Fridman

Carlos Henrique Ferreira

**Pág. 52**

**As bibliotecas na pandemia: sobrevivência e criatividade**

Paula Mello

Leila Dahia

**Pág. 58**

**Por mais ciência nos tribunais: a atuação do GREAT durante a pandemia**

Isabela Coimbra Carlim

**Pág. 65**

**Reflexos da pandemia no financiamento do déficit fiscal brasileiro**

Margarida Gutierrez

Antonio Licha

**Pág. 68**

**Covid-19, meio ambiente e políticas públicas: reflexões para o pós-pandemia**

João Felipe Cury

**Pág. 71**

**Curricularização, pandemia e a internacionalização da Extensão**

Sandra Becker

Danielle Costa da Silva

**Pág. 74**

**A FACC e a Pandemia da COVID-19: vivências e aprendizados**

Maria Cecília Chaves

**Pág. 77**

**Não há tristeza que possa suportar tanta alegria**

Júlia Arruda Figueredo

**Pág. 84**

**VERSUS**  
ACADÊMICA



# O controle das epidemias na cidade carioca no século XIX<sup>1</sup>

Fania Fridman<sup>2</sup>  
Carlos Henrique Carvalho Ferreira Jr.<sup>3</sup>

Ao longo da história da cidade e, sobretudo no século XIX, epidemias de proporções consideráveis assolaram o Rio de Janeiro. A repercussão dos danos causados e a preocupação com a saúde da população tornaram as enfermidades objeto de estudo e de ação e, como até hoje, de disputa político-ideológica no Estado. Resgatamos aqui duas linhas de pensamento que se entrelaçam e que propuseram erradicar ou mitigar os efeitos das recorrentes moléstias. A primeira delas, está nas proposições dos socialistas românticos, militantes presentes na cidade desde a década de 1840. A segunda delineia-se a partir do trabalho do médico José Pereira Rego, personagem que veio a ocupar importantes cargos influenciando as ações públicas no enfrentamento das doenças.

Com a comparação das propostas e medidas implementadas no Rio de Janeiro no período compreendido entre as décadas 1850 e 1860, apontamos para as nuances das perspectivas adotadas pelas duas vertentes. O arrolamento encontra-se baseado em publicações representativas dos ideais do socialismo romântico editadas no período de acordo com Fridman (2017) e na recuperação das ideias do 2.º Barão do Lavradio (Rego, 1872).

## Socialismo romântico à brasileira da década 1840 aos anos 1860

No segundo quartel do Oitocentos, a modernidade na Europa ensejou a crítica de socialistas à civilização capitalista. Tratava-se de uma evocação ao tempo pré-capitalista e a um futuro com progresso político e econômico. Este socialismo

1 Este artigo é uma versão de nosso trabalho publicado em uma coletânea (Almico; Goodwin Jr.; Saraiva, 2020) reunindo reflexões sobre economia, história e pandemias elaboradas no contexto das medidas de isolamento impostas para conter a pandemia de COVID-19.

2 Professora titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. e-mail: fania@ippur.ufrj.br

3 Doutor em Planejamento Urbano e Regional, advogado e pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. e-mail: carloshenrique@alu.ufc.br

teve seu sentido conferido pelo movimento romântico (Lowy; Sayre, 2015). Seus militantes argumentavam que além de avanços civilizatórios a modernidade trazia sofrimento.

Um de seus mais importantes pensadores foi Charles Fourier que, em sua crítica ao capitalismo, apontava a cidade industrial como epicentro das graves dificuldades sociais. Recomendava sua extinção e a organização de falanstérios. Seu discípulo dileto, Victor Considerant, pregava um socialismo para superar as precárias condições de vida das populações urbanas realizando o cristianismo através da “verdadeira higiene” com a eliminação do lixo, dos cafés e das casas de jogos aliada à limpeza das ruas, ao conforto e à estética. O cristianismo incluiria também a abolição da escravatura. Entre os socialistas românticos estava Pierre Leroux que fundou e dirigiu o *LeGlobe*, órgão dos sainsimonianos, no qual militava pela não sujeição das mulheres aos homens, dos estrangeiros aos nacionais e dos proletários aos burgueses.

Os seus seguidores no Brasil propuseram ações para transformação social na cidade carioca em meados do século XIX. Face às epidemias, uma constante que assumia contornos dramáticos com as elevadas taxas de mortalidade, sugeriam medidas de “higiene” para mitigar os efeitos das doenças.

Uma característica importante deste pensamento encontrava-se na escala das intervenções: a reestruturação total das cidades em um “plano de conjunto”, inaugurando a perspectiva de harmonizar o território levando em conta as demandas da população. Por exemplo, *O Globo*, órgão de representação dos simpatizantes socialistas, trazia a recomendação de um “plano de organização para as vilas que (os novos habitantes) devem povoar” antes da implementação da política de imigração (*O Globo*, 13/10/1844, p. 2). O jornal manifestava-se contra a escravidão, e a favor do descanso aos domingos e da igualdade entre mulheres e homens.

Nossas cidades insalubres, nossas aldeias, nossas vilas serão substituídas pelas salubres e suntuosas moradas discutidas pelo gênio de Fourier. Este palácio fornecerá todo o necessário e ainda o ar, a água pura, a luz, o calor, conforme o gosto de cada um [...] (*O Globo*, 13/10/1844, pp.3-4).

*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, editado desde agosto de 1845 pelo médico francês Benoit Mure era uma gazeta que se manifestava a favor do fim da escravidão, da demarcação das terras indígenas, da conservação (com reformas) da monarquia constitucional para a estabilidade política, e da homeopatia

4 Chegado ao Rio de Janeiro após a fracassada experiência do Falanstério de Saí, considerada a primeira experiência socialista romântica no país.

em favor dos despossuídos. No primeiro número, o socialismo foi interpretado como “introdução de novidade no progresso universal [...] quer na parte moral, quer na material, [...] seu fim é ensinar aos homens a se amarem uns aos outros” (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 01/08/1845 apud Rodrigues, 1996, p.3) mantendo o que houvesse de bom e melhorando o insuficiente.

Mure em conjunto com Manuel Gaspar de Siqueira Rego, João Vicente Martins e Edmond Tiberghien, declarados “discípulos veneradores de Fourier”, abriram em 1844 o primeiro dispensário homeopático. No ano seguinte fundaram o Instituto Homeopático do Brasil, cujo periódico, *O Hahnemannista*, defendia além da homeopatia, preceitos como banhos, ar puro, casas construídas acima do nível do solo, expostas ao vento leste e com aberturas para entrada da luz (O *Hahnemannista*, 17/09/1846, pp.1-2). Em fevereiro de 1850, quando a epidemia da febre amarela assolava a cidade, João Vicente Martins se dirigiu à Câmara dos Deputados oferecendo medicamentos homeopáticos para tratamento dos males que afligiam a população e propondo a criação de hospitais onde estes pudessem ser administrados. Chegou a ser ameaçado de deportação por sua crítica à medicina alopática e insistência na adoção da homeopatia (Dicionário histórico biográ-

fico das Ciências da Saúde no Brasil).

*A Nova Minerva* além de apoiar e veicular os benefícios da homeopatia, posicionava-se criticamente quanto ao uso de violência contra os indivíduos no controle das epidemias. Essa prática baseava-se na ideia de que os pobres eram responsáveis por sua condição e pela sujeira em que viviam, propiciando a propagação de moléstias. A folha considerava ser dever do Estado socorrer o “homem laborioso” estabelecendo uma junta de caridade e beneficência em cada freguesia da cidade.

De outras publicações extraímos denúncias das más condições sanitárias e de medidas a tomar. Como exemplos, *O Compilador* (17/05/1852) trazia que a situação da cidade “não é infelizmente qual seria de desejar” e o semanário *A Abelha* apontava para a necessidade de fiscalização dos estabelecimentos industriais

## Polícia e intervenção em José Pereira Rego

José Pereira Rego, o segundo Barão do Lavradio, médico e importante agente público, no seu *Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870* levanta os dados das enfermidades surgidas na urbe e critica as ações implantadas. Neste inventário (ver tabela abaixo), das 40 epidemias, 22 ocorreram na década de 1850 e outras 18 no decênio seguinte.

1851 - 1860			1861 - 1870		
Anos	Mortes	Doença prevalente*	Anos	Mortes	Doença prevalente*
1851	8.809	febre amarela	1861	8.586	febre amarela
1852	9.727	febre amarela	1862	8.612	“catarrães”
1853	8.535	febre amarela	1863	8.645	sarampo
1854	7.507	variola/sarampo	1864	8.159	“catarraes”
1855	11.180	cólera-morbo	1865	9.600	“catarraes”
1856	8.085	(sem indicação)	1866	8.695	disenteria
1857	8.944	febre amarela	1867	9.030	cólera-morbo
1858	9.721	febre amarela	1868	8.414	“moléstias do aparelho cérebro-espinhal”
1859	9.389	febre amarela	1869	8.688	febre amarela
1860	11.018	“catarraes”	1870	10.214	febre amarela
Total	92.915**		Total	88.643	

Observações: Tabela elaborada a partir da pág. 172 de Rego (1872) e demais dados contidos na obra.

\*As doenças inseridas nesta coluna referem-se àquelas consideradas como causas prevalentes das mortes no respectivo ano; \*\*No original há um erro de impressão, pois a soma indicada é 92.955.

A febre amarela e o cólera-morbo eram as que mais vitimavam a população, mas a varíola, diarreia, difteria, tuberculose, sarampo e as gripes também afligiam a população. Comparando os dois decênios, Rego afirmou que a mortalidade era elevada decorrente dos “miasmas”, “mal tempo”, más condições sanitárias e do comércio de escravos que propagavam as moléstias. Denunciava a falta de uma polícia sanitária para barrar a importação de “elementos patogênicos” da Costa da África e culpava também os hábitos alimentares da população mais pobre, como o abuso no consumo de pinhões, amendoins, “o célebre angu com dendê”, pimenta da Índia e da Costa da África e camarões (Rego, 1872, p. 181).

Ainda que melhoramentos tivessem sido verificados nas décadas de 1850 e 1860, culpava a falta de “execução metódica” das obras, tanto públicas como particulares. Apesar da Câmara ordenar o aterro dos mangues e baixios, como aqueles da Cidade Nova, as “imundícias” eram cobertas apenas com um palmo de camada de terra. “Desmoralizada” para fazer valer a lei, aquela assembleia tampouco exigia o cumprimento de regras para aterros particulares quando da abertura de ruas.

Os cortiços podiam ser comparados a “verdadeiras pocilgas”. Para alojar imigrantes, sua construção sempre nos “lugares mais insalubres” e as habitações



“mais pareciam ranchos para guardar animais”(Rego, idem, p. 201). No rol das más práticas, também difundiu a lerdiza na execução das valas que, abandonadas por muito tempo, logo enchiam-se de água podre, excrementos e lixo lançados pela população. Entre os pontos positivos, destacou o fim dos enterros nas igrejas e o hospital de quarentena extramuros que traria segurança para a tripulação dos navios mercantes estrangeiros. Incluiu ainda o estabelecimento das repartições de saúde e da polícia sanitária voltadas ao controle da atividade médica e às posturas relativas à “higiene”.

O barão de Lavradio, quando vereador (1865-1868), redigiu um projeto de posturas para uniformizar a arquitetura das casas, cujos modelos seriam fornecidos pela Câmara, e para impedir a construção de cortiços na Cidade Velha. Apesar de arquivado, tornou-se uma das bases do Relatório da Junta de Higiene Pública na sua presidência (1864-1881). Esta instituição baseava-se no primado da relação direta entre insalubridade das habitações, imundície do meio ambiente, inexistência de redes de água potável, de esgoto e de coleta regular de lixo, desnutrição e as doenças. Associando as carências de toda a sorte com sujeira e enfermidade, responsabilizava os indivíduos pelas calamidades, justificando assim a fiscalização das condições sanitárias de cada

localidade e as atuações violentas contra os pobres.

Rego também divisava a necessidade de melhoramentos para a cidade, entretanto compreendia que, excluída a execução das redes de água e esgotos, era papel dos particulares edificarem prédios conforme as diretrizes normativas. Elogiava a ocupação dos morros como o de Santa Teresa, com boas casas e ruas calçadas além de “esgotos apropriados”. No entanto, noticiava os problemas de alagamento que essas mesmas ocupações começavam a causar, por exemplo, nas ruas do Catete, dos Arcos e do Rezende.

### Para concluir

É possível divisar nas duas linhas de pensamento -uma expressa pelo socialismo romântico e aquela representada pela figura de José Pereira Rego - que ambas defendiam a necessidade de intervenções estruturais na cidade e da adoção de medidas de higiene além do tratamento dos doentes. As diferenças estão na sua abordagem dos problemas.

Os socialistas românticos propugnavam pela construção de uma sociedade mais justa, igualitária e republicana, sem escravos, com intervenções através da formulação de um “plano de conjunto” para a cidade. Reconhecendo que as classes trabalhadoras não tinham condições de superar sozinhas a pobreza e as más condições sanitárias das moradias e lo-

cais de trabalho, requeriam ações mais contundentes das autoridades.

Ante ao insucesso das intervenções oficiais, a reação dos agentes do Estado representados pela figura do Barão de Lavradio, previa o reforço do que hoje é entendido como poder de polícia em suas duas acepções: a polícia administrativa, voltada à regulação das atividades de particulares, e a polícia judiciária, repressora de práticas criminosas. Rego via, na inépcia das autoridades em fazer cumprir as posturas, o principal problema. Cobrava o respeito à ordem pública prescrita pelos representantes do governo, desrespeitada até mesmo pela Câmara Municipal. Os particulares e a população em geral também eram alvo de suas queixas. Ele defendia que os empreendimentos e as práticas sociais deveriam ser enquadrados nos preceitos recomendados pelas polícias sanitária e administrativa.

As duas perspectivas traçam um paralelo importante com as dificuldades atuais em lidar com a Covid-19. Ainda persistem as disparidades sociais e espaciais na cidade carioca que contribuem para o agravamento dos efeitos da pandemia. Os mais pobres, com suas frágeis moradias situadas em locais sem instalações sanitárias adequadas, continuam com baixos salários, péssimas condições de trabalho e alijados do acesso a um sistema de saúde adequado, um agravante para a preven-

ção contra o contágio e para a preservação da vida.

## Referências

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <[www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br)> acesso em: 12 nov 2016.

Fridman, Fania. Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.12, agosto 2017.

Fridman, Fania; Ferreira Jr., Carlos H. Epidemias e ordem pública: a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. In Almico, Rita; Goodwin Jr., James; Saraiva, Luiz. Na saúde e na doença. História, crises e epidemias. Reflexões da História Econômica na época da Covid-19. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

Lowy, Michel.; Sayre, Robert. Revolta e melancolia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015 [1992].

Rego, José Pereira. Esboço Histórico das Epidemias que tem grassado na Cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872.

Rodrigues, E. Pequena história da imprensa social no Brasil. Comunicação Comunitária, 1996. Disponível em: <[www.portalgens.com.br/comcom/textos.htm](http://www.portalgens.com.br/comcom/textos.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2012.

## Fontes consultadas

### Biblioteca Nacional

Periódico microfilmado: O Hahnemannista (1846) - PR-SUR 00750;

Hemeroteca Digital: Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. A Nova Minerva (1845-1847); O Globo (1852-1854); O Compilador (1852-1853); A Abelha (1856).

# As bibliotecas na pandemia: sobrevivência e criatividade

Paula Mello<sup>1</sup>  
Leila Dahia<sup>2</sup>

As bibliotecas universitárias são fundamentais para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Cumprem o seu papel acadêmico oferecendo à UFRJ locais de aprendizagem, acolhimento, cultura e cidadania. A pandemia de Covid-19 provocou alterações radicais no funcionamento das bibliotecas do mundo inteiro e na UFRJ não foi diferente. Tradicionalmente presenciais, passaram a incrementar e a desenvolver serviços e produtos digitais além de utilizar meios de comunicação na internet para manter o vínculo com as comunidades que atendem.



O primeiro instrumento orientador para as bibliotecas foi escrito em maio de 2020: um Guia com orientações e protocolos para cuidados pessoais com acervo, ambientes de trabalho e recomendações para um possível retorno presencial baseado em documentos publicados em Portugal, Inglaterra e Estados Unidos

1 Coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação - SiBI/UFRJ

2 Diretora da Divisão de Desenvolvimento de Bibliotecas - DDB/SiBI/UFRJ

3 MELLO, Paula Maria Abrantes Cotta de. **Orientações gerais para a reabertura das Bibliotecas da UFRJ**. 2020. Documento revisado pelas bibliotecas integrantes do SiBI. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1rxZN-DG\\_GRT3hISD-wV-k\\_tGtcr4yuQRU/view](https://drive.google.com/file/d/1rxZN-DG_GRT3hISD-wV-k_tGtcr4yuQRU/view). Acesso em: 23 fev. 2022.

4 Grupo de Trabalho Multidisciplinar para Enfrentamento à Pandemia de COVID-19 da UFRJ



por associações de bibliotecas. Com suas variações, altos e baixos, o documento digital tem sido atualizado e faz parte do repositório de documentos sobre protocolos da UFRJ, criado pelo GT Pós-pandemia.

No exterior também achavam que seria algo passageiro, porém prolongou-se, fazendo com que as instituições se organizassem para manterem-se ativas. A UFRJ foi protagonista e dinâmica formando grupos de especialistas para estudos permanentes sobre a Covid<sup>4</sup>, e grupos de trabalho pós pandemia na produção de documentos com base científica que foram e ainda são norteadores de conduta. Além disso, haviam sucessivos ofícios e normativas que o governo federal enviava à Universidade que nos moviam a debater e estabelecer as regras internas.<sup>5</sup>

Com os serviços presenciais suspensos, rapidamente, o Sistema de Bibliotecas e Informação - SiBI e a maioria das bibliotecas atentaram para a necessidade de manter o vínculo com seus usuários, uma vez que as aulas estavam suspensas. Já seria por demais penoso aos alunos não terem acesso aos acervos, então teríamos que ser criativos e ágeis. A Base Minerva,

catálogo coletivo das bibliotecas da UFRJ, manteve um alto índice de consultas.

#### BASE MINERVA

ANO	Consulta Online
2016	3.741.593
2017	3.749.194
2018	3.562.236
2019	3.312.875
2020	1.323.037
2021	1.234.058

Fonte: UFRJ/SIBI/DDB/BAGER 2016-2021

O Pantheon<sup>6</sup>, repositório institucional da UFRJ tornou-se uma importante fonte de pesquisa contabilizando 828.414 visualizações em 2020 e **837.474** visualizações em 2021. (Fonte: UFRJ/SIBI/DDB/BAGER 2020)

Durante 2020 houve um grande investimento do pessoal em qualificação e aquisição de competências no uso de softwares, produção de conteúdo na internet, elaboração e manutenção de sites e podcasts - que seriam as ferramentas de comunicação na internet. Também foram realizados cerca de **1.085** cursos e eventos pertinentes em 2021, que podem ser ob-

5 UFRJ. (org.). **Plano de contingência para enfrentamento da pandemia de covid-19 no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2021. Aprovação e ativação do Plano de Contingência: Denise Pires de Carvalho e Carlos Frederico Leão Rocha; Coordenação Técnica: Alexandre Barbosa de Oliveira. Disponível em: [https://prefeitura.ufrj.br/images/\\_prefeitura/Plano\\_de\\_Contingencia\\_COVID-19\\_-\\_UFRJ\\_-\\_v\\_1.4.pdf](https://prefeitura.ufrj.br/images/_prefeitura/Plano_de_Contingencia_COVID-19_-_UFRJ_-_v_1.4.pdf). Acesso em: 23 fev. 2022.

6 "O Pantheon, repositório institucional da UFRJ, tem o objetivo de coletar, preservar e divulgar a produção acadêmica digital da universidade. São os ativos do repositório, além de teses e dissertações da UFRJ, Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização, artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos por professores, pesquisadores, funcionários administrativos e alunos de mestrado e doutorado." UFRJ/SiBI (org.). Pantheon. 2021. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/524-pantheon-repositorio-institucional-da-ufrj>. Acesso em: 23 fev. 2022.

servados no quadro a seguir, incluindo 2016 com a finalidade de mostrar o que todos constataram: a participação remota sem deslocamentos, e na maioria das vezes sem custos, facilitou a realização dos cursos e eventos aumentando consideravelmente a audiência.

Participação em Congressos, Seminários, Palestras, Lives, Webinar etc. na UFRJ e em outras instituições ONLINE		
Ano	Nº Servidores	Nº Eventos
2020	86	2.078
2019	181	180
2018	130	213
2017	122	192
2016	162	301

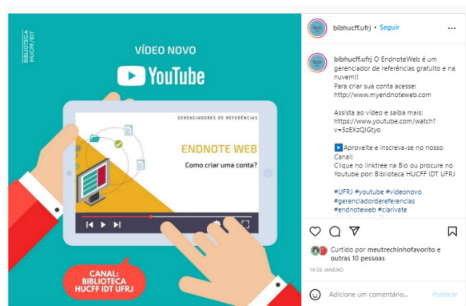
Fonte: UFRJ/SiBi/DDB/BAGER 2020

Com as bibliotecas funcionando remotamente, foi necessário suspender temporariamente o serviço de empréstimo domiciliar e as devoluções agendadas no período. Foram mantidos os serviços de pesquisa, normalização, nada consta, entre outros. A análise estatística das atividades mostrou que em 2020 o número de atendimentos ao usuário de forma remota foi de 37.352 e em 2021, com a grande maioria das equipes bibliotecárias capacitadas nas ferramentas de telecomunicação, passou para **113.852**. As atividades podem ser consultadas em <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/gestao-de->

[dados-menu/sibi-em-numeros-menu](#)

Os canais de comunicação utilizados foram WhatsApp, e-mail, Twitter, Facebook e Instagram. A pesquisa bibliográfica, a catalogação, a inserção de documentos no Pantheon, a qualificação dos registros na Base Minerva, foram os serviços técnicos mais praticados pelas bibliotecas. A atividade remota foi incrementada e incorporou-se às boas práticas.





Foi difícil manter a motivação dos profissionais diante da situação mundial que nos encontrávamos, ao ritmo da pandemia e suas graves consequências, das dores sofridas com perdas de pessoas próximas, pela própria experiência com a doença e o forçado isolamento social.

O Programa realizado anualmente pelo SiBI, denominado Mapeamento de Competências e desenvolvido pela Divisão de Desenvolvimento de Bibliotecas, DDB, foi muito útil porque ali estão registrados sugestões, anseios, projetos de todos os servidores das bibliotecas. Uma das atividades sugeridas e motivadoras foram as Rodas de Conversa<sup>7</sup> onde pudemos tratar de temas de interesse atuais além de convidar colegas do SiBI e profissionais de outras instituições para uma enriquecedora troca de conhecimento.



7 Transmissão online através do canal do Forum de Ciência e Cultura no Youtube: <https://www.youtube.com/c/F%3C3%B3rumdeCi%3C3%AAnCIAeCulturadaUFRJ/videos>.

Em 2022 será lançada a terceira edição no formato híbrido. Em 2020 e 2021 foram realizadas 9 Rodas de Conversa eletrônicas, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos por professores, pesquisadores, funcionários administrativos e alunos de mestrado e doutorado.” UFRJ/SiBI (org.). Pantheon. 2021. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/524-pantheon-repositorio-institucional-da-ufrj>. Acesso em: 23 fev. 2022.

Como política de desenvolvimento de coleções na pandemia, decidiu-se priorizar a aquisição de livros eletrônicos, no modelo de assinatura perpétua - apesar das dificuldades orçamentárias atuais da UFRJ - pois a instituição organizou-se para realizar aulas remotas sob plataforma EaD, acrescidas a outros recursos ofertados pela internet como o Google Meet. Essa assinatura contempla livros eletrônicos citados em bibliografias de cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo para a oferta de títulos em português, ainda limitados no mercado nacional. Foi realizada ampla divulgação dos títulos e cada biblioteca passou a orientar seus usuários. Essa aquisição é somada ao acervo eletrônico existente, apresentando uma coleção de 35.742 livros eletrônicos na UFRJ.

O SiBI iniciou a aquisição de livros eletrônicos em 2007, ação protagonista no cenário das bibliotecas universitárias brasileiras, seguindo na política de incrementar as coleções digitais, limitada apenas pelas restrições orçamentárias. A UFRJ incorpora o uso efetivo dessas coleções no ensino e na pesquisa, atualizando suas bibliografias básicas e introduzindo essa modalidade bibliográfica em suas atividades didáticas e de pesquisa. Houve uma flexibilização do MEC/INEP que permitiu a inclusão de livros digitais nas

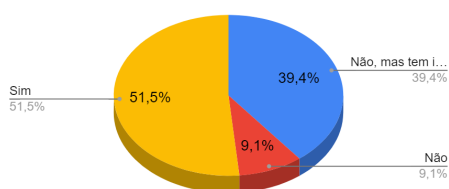
bibliografias das disciplinas. Neste contexto, surgem as exigências de habilidades e competência informacional dos profissionais das bibliotecas além da necessidade de capacitar alunos e professores para usarem adequadamente os recursos das plataformas, que são muitos e apresentam muitas diferenças entre si.

Nesse período, a DDB em parceria com o Centro Referencial do SiBI, fizeram um levantamento para o BAGER, Base de Dados Gerenciais do SiBI<sup>8</sup>, com o objetivo de identificar o status das bibliotecas em relação ao uso de mídias e recursos de comunicação da internet.

Resumidamente, os resultados demonstraram o seguinte panorama:

## CANAIS DE COMUNICAÇÃO DIGITAIS

A biblioteca tem um site ?



Algumas bibliotecas não têm suporte na unidade para desenvolver um site e tampouco equipe suficiente para mantê-lo. Outras, que correspondem a 39,4% do conjunto, têm as informações da biblioteca inseridas no Menu do site da unidade.

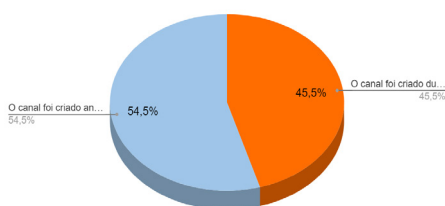
8 Mecanismo de coleta de dados estatísticos sobre as 44 bibliotecas e 1 centro de documentação da UFRJ, atualizado semestralmente, tornando-se estratégico na gestão do SiBI.



## YOUTUBE

A criação de canais no Youtube tem sido fundamental para as bibliotecas realizarem treinamentos, divulgar tutoriais, entrevistas e lives. Algumas unidades e centros também compartilham seus canais com as bibliotecas.

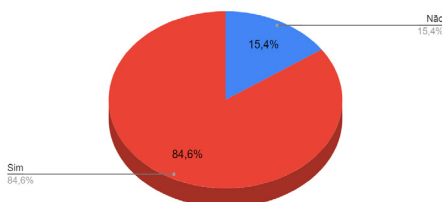
Sobre a criação do canal



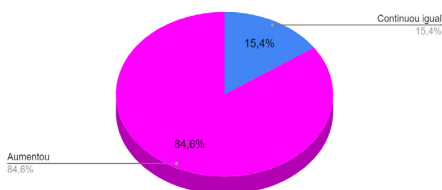
## INSTAGRAM

O Instagram já é utilizado pela maioria das bibliotecas. Tem sido um aliado eficiente na comunicação.

Sua biblioteca possui perfil no Instagram?



Durante a pandemia, a quantidade de publicações nos perfis das mídias sociais da sua biblioteca :



Esse resultado foi importante para comprovar que as mídias sociais e canais na internet são eficientes, como ferramentas definitivamente incorporadas às boas práticas das bibliotecas.

Estamos trabalhando no modelo híbrido mas com muita esperança na volta plena ao presencial, ao retorno da comunidade acadêmica aos campi, às bibliotecas. Há diferentes cenários, experiências e práticas que estão sendo construídas pelas bibliotecas para a retomada de serviços, ações e programações culturais. O conhecimento sobre a instituição, sobre o ensino e a pesquisa desenvolvidos na UFRJ são fundamentais para o planejamento que objetiva eficiência e eficácia, as bibliotecas sendo pró-ativas, vislumbrando cenários potenciais e traçando estratégias para aperfeiçoar os serviços de informação. A liderança do bibliotecário é indispensável para essa articulação, mapeamento de problemas e definição das melhores resoluções.

## REFERÊNCIAS

(COVID-19), Grupo de Trabalho Sobre O Pós-Pandemia Coronavirus Disease 19; FÁRIA, Maria de Fátima Bruno de (org.). Diretrizes para o retorno gradativo presencial na UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. 57 p. Disponível em: <https://www.iq.ufrj.br/arquivos/2021/11/Diretrizes-para-o-retorno-gradativo-presencial-na-UFRJ.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GRUPO DE TRABALHO PARA PLANEJAMENTO DO RETORNO GRADUAL DAS ATIVIDADES DIDÁTICAS PRÁTICAS. Universidade Federal do Rio de Janeiro (org.). Orientações para Elaboração do Pla-

no de Retorno Gradual: de atividades didáticas práticas na graduação. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.iq.ufrj.br/noticias/q/plano-de-retorno-atividades-didaticas-praticas-graduacao/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MELLO, Paula Maria Abrantes Cotta de. Orientações gerais para a reabertura das Bibliotecas da UFRJ. 2020. Documento revisado pelas bibliotecas integrantes do SiBI. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1rxZNDG\\_GRT3hISD-wV-k\\_tGtr4yuQRU/view](https://drive.google.com/file/d/1rxZNDG_GRT3hISD-wV-k_tGtr4yuQRU/view). Acesso em: 23 fev. 2022.

UFRJ. (org.). Plano de contingência: para enfrentamento da pandemia de covid-19 no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2021. Aprovação e ativação do Plano de Contingência: Denise Pires de Carvalho e Carlos Frederico Leão Rocha; Coordenação Técnica: Alexandre Barbosa de Oliveira. Disponível em: [https://prefeitura.ufrj.br/images/\\_prefeitura/Plano\\_de\\_Contingencia\\_COVID-19\\_-\\_UFRJ\\_-\\_v\\_1.4.pdf](https://prefeitura.ufrj.br/images/_prefeitura/Plano_de_Contingencia_COVID-19_-_UFRJ_-_v_1.4.pdf). Acesso em: 23 fev. 2022.

# Por mais ciência nos tribunais: a atuação do GREAT durante a pandemia

Isabela Coimbra Carlim<sup>1</sup>

O Grupo de Pesquisa sobre Epistemologia Aplicada aos Tribunais (GREAT), ligado ao Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD-UFRJ), liderado por Rachel Herdy<sup>2</sup> e Janaína Matida<sup>3</sup>, estuda o diálogo entre a ciência e o direito. Seus pesquisadores buscam oferecer uma contribuição à prática do direito que leve a sério os avanços do conhecimento científico. O grupo buscou investigar, com um olhar crítico durante a pandemia da COVID-19, como o mundo do direito trata a ciência no momento que ela mais

se mostra como instrumento primordial para o presente e futuro da vida humana, enquanto uma onda do pensamento negacionista científico emerge no mundo. A análise do grupo sobre a pandemia teve dois principais objetos: o sistema penal e a atuação do Supremo Tribunal Federal.

Nesse contexto, Rachel Herdy e Janaína Matida defenderam<sup>4</sup> a importância de autoridades - judiciário, legislativo e executivo - buscarem orientações nas opiniões de *experts*. Quando trata-se de decisões judiciais no cenário de pandemia,

1 Graduada em direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Bolsista PIBIC vinculada ao Grupo de Pesquisa sobre Epistemologia Aplicada aos Tribunais (GREAT) e pesquisadora no Instituto Ensaio Aberto.

2 É Professora do Departamento de Teoria do Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ) e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). Doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É co-líder do GREAT (Grupo de Pesquisa sobre Epistemologia Aplicada aos Tribunais), na UFRJ.

3 É Professora da Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado, Chile. Doutora pela Universitat de Girona, Espanha, tese "sobresaliente cum laude". Mestre e graduada em Direito pela PUC-Rio. É co-líder do GREAT (Grupo de Pesquisa sobre Epistemologia Aplicada aos Tribunais), na UFRJ. É consultora do projeto Prova sob Suspeita, do IDDD.

4 Em "O tribunal é lugar de ciência também", artigo publicado no site Consultor Jurídico (Conjur), na coluna limite penal, em 3 de abril de 2020. Acesso em <https://www.conjur.com.br/2020-abr-03/limite-penal-tribunal-lugar-ciencia-tambem>



"o que se deve exigir da parte dos nossos juízes é que enfrentem de forma responsável o argumento técnico oferecido pelos especialistas", sem adotar uma postura de deferência cega. Os juízes devem se guiar por critérios de admissibilidade, tendo cuidado com as muitas formas de pseudociências. No artigo em questão, as autoras analisam a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347 - na qual o sistema penitenciário foi reconhecido como "estado de coisas inconstitucional" e a importância de se levar a sério o vasto conjunto de fatos. Janaína Matida, ainda sobre o cenário do agravamento do "estado de coisas inconstitucional", causado pela pandemia, escreveu sobre a necessidade de se dar fim à seletividade probatória<sup>5</sup>. O texto começa com cenas do cotidiano de isolamento social, descrevendo a rotina de dois juízes fictícios que reiteradamente denegam pedidos de *habeas corpus* que tenham como fundamento o avanço da Covid-19. Matida faz um recorte de três decisões que dizem respeito a indivíduos com alguma comorbidade, as quais denegam o pedido com base em uma "suposta insuficiência probatória". Nas decisões, "Os Pacien-

tes com câncer e HIV teriam falhado na demonstração de que as suas unidades prisionais não ofereceriam tratamento suficiente à manutenção de sua saúde, enquanto o Paciente com as comorbidades não teria demonstrado o incremento do risco de contágio por Covid-19, caso fosse mantida a sua custódia".

Diante disso, a autora justifica os equívocos em matéria probatória a partir dos conceitos de inferências probatórias epistêmicas e inferências probatórias normativas<sup>6</sup>. "O argumento central de Matida afirma que a Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — que recomenda a adoção de medidas preventivas à propagação da Covid-19 nos estabelecimentos prisionais e socioeducativos — deveria causar um constrangimento normativo no raciocínio dos magistrados. Logo, conclui, "erra o juiz que não a observa."<sup>7</sup>

Já em relação ao auxílio da opinião dos especialistas, um importante indicador de expertise é a existência de consenso científico. Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o agente público que basear sua escolha política em consenso de entidade técnica ou científi-

5 Em "É preciso se dar fim à seletividade probatória", artigo publicado no site Consultor Jurídico (Conjur), na coluna limite penal, em 17 de julho de 2020.

6 Ambos conceitos são conceitos centrais nas discussões do GREAT, a partir do artigo escrito por Rachel Herdy e Janaína Matida, 'As Inferências Probatórias: Compromissos Epistêmicos, Normativos e Interpretativos', considerado fundador da linha teórica trabalhada pelo grupo.

7 HERDY, R. A recomendação de uma instituição normativa serve para quê?. Artigo publicado no site Consultor Jurídico, na coluna limite penal, em 31 de julho de 2020. No artigo, Herdy comenta as críticas à publicação de Matida, à luz da teoria do direito e da teoria da decisão judicial sobre a obrigatoriedade normativa da resolução do CNJ e o problema do não-consenso científico sobre as orientações da resolução.

ca, nacional ou internacionalmente reconhecida, não pode ser responsabilizado por eventuais danos causados no contexto da pandemia da COVID-19, Rachel Herdy traçou uma reflexão crítica sobre a suficiência do critério do consenso científico e as condições de sua obtenção. Segundo Herdy, "acreditamos no consenso formado por um grupo de *experts* porque acreditamos na qualidade do processo de deliberação". Assim sendo, o STF poderia ter inserido como critério de aferição da qualidade do consenso científico uma série de perguntas relevantes que servem como bons indicadores de expertise, as quais questionam, por exemplo, o enfrentamento de opiniões divergentes àquela consensuada, a revisão por pares ou se existe alguma razão para acreditar que a opinião esteja enviesada.

Herdy defende que a crítica que se deve fazer à decisão do Supremo é a suposição de que a suficiência para aferir o erro grosseiro do agente público possa ser pensada de forma atomística, como se um único elemento - o consenso científico - pudesse cumprir esta função probatória. Quase um ano depois, em outro artigo, Herdy concluiu<sup>8</sup> que o precedente estabelecido pelo STF pode beneficiar negacionistas, uma vez que a principal entidade médica do país, o Conselho Federal de Medicina (CFM), mantém orientação

na qual se permite a prescrição de medicamentos ineficazes, como a cloroquina e a hidroxicloroquina.

A última publicação<sup>9</sup> de Herdy com o tema da pandemia foi sobre a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, a qual suspendeu decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) sobre decreto estadual que alterava a ordem da vacinação contra a Covid-19, pela falta de motivação técnica e científica da medida. Mais uma vez o STF reforça a importância do uso de evidências científicas para elaboração de políticas públicas, contudo, uma análise mais detida da decisão sugere que a relação entre o tribunal e a ciência ainda é problemática, uma vez que o próprio ministro fez uso de fontes jornalísticas de baixa fiabilidade epistêmica para fundamentar a decisão.

As publicações das pesquisadoras Rachel Herdy e Janaína Matida sobre a pandemia refletem o esforço e a seriedade das análises do GREAT. O grupo ainda é composto por nove pesquisadores da graduação, do mestrado e do doutorado, além de uma bolsista do programa PIBIC-UFRJ. Além do tema da pandemia, os membros do GREAT discutem e produzem frequentemente sobre o papel da ciência no direito, sobre injustiças epistêmicas e direito probatório.

8 Em "Precedente do STF pode beneficiar negacionistas", artigo publicado no site JOTA em 31/05/2021 e no sítio eletrônico da revista *Questão de Ciência* em 01/06/2021.

9 HERDY, R. 'Lewandowski e suas fontes científicas'

# Reflexos da pandemia no financiamento do déficit fiscal brasileiro

Margarida Gutierrez  
Antonio Licha

A pandemia da Covid-19 provocou uma resposta forte em política fiscal pelo governo brasileiro. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2020), o impacto fiscal da pandemia em 2020 foi de 7,5% do PIB, considerando reduções temporárias de impostos e aumento de gastos.<sup>1</sup> Os estímulos fiscais brasileiros superaram a média dos países emergentes (que foi de 4,3% do PIB em 2020) alcançando a média dos avançados (7,1% do PIB). Embora o pacote fiscal, associado a abrangentes medidas de cunho monetário e cambial, tivera papel fundamental na sustentação do nível de atividade e manutenção do emprego e da renda das famílias em 2020 (o PIB sofreu uma contração de apenas 4,1%, muito inferior à da maior parte dos países), houve um brutal

agravamento do desequilíbrio fiscal: a dívida bruta do governo central (como proporção do PIB) passou de 74% em 2019 para 89% em 2020.

A elevada necessidade de financiamento no setor público, o aumento da dívida pública e as incertezas em relação aos rumos da política fiscal em 2021 provocaram um aumento da aversão ao risco e da preferência pela liquidez dos agentes econômicos a partir do mês de março de 2020. Por exemplo, o *spread* do swap Pré-DI de 10 anos e 1 ano aumentou de março até outubro de 2020 de 2,5% para 5%. Nesse mesmo período, a dívida bruta de Governo Geral, a vencer em até 12 meses, passou de 30 para 40% do PIB. Ainda que a partir de outubro de 2020 esses indicadores começaram a cair, nos

<sup>1</sup> A resposta de política econômica brasileira acompanhou o realizado pela maioria dos países. Para uma síntese das respostas de política em diversos países, ver International Monetary Fund (2020).



meses de novembro e dezembro o risco e a iliquidez ainda estavam num patamar elevado.

Para garantir seu financiamento, o Tesouro Nacional recorreu aos recursos da sua Conta Única no Banco Central do Brasil. O uso dessa conta implicou na expansão da base monetária e o Banco Central do Brasil precisou esterilizar parte dessa expansão monetária para permitir que a taxa de juros Selic, estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), mantivesse a sua meta.<sup>2</sup> Por esse motivo, as operações compromissadas (que são a colocação de títulos públicos de curto prazo em poder do Banco Central com compromisso de recompra) expandiram-se rapidamente. De acordo com os dados apresentados pelo Banco Central do Brasil (2020), as operações compromissadas do Banco Central equivalem a 13,1% do PIB em dezembro de 2019, mas chegaram a 16,7% do PIB em dezembro de 2020.

Nem toda a expansão da base monetária foi esterilizada, pois houve um crescimento acentuado da base monetária em 2020 devido à expansão da demanda de moeda. Em especial, boa parte da população brasileira, receptora dos auxílios emergenciais e que não tem conta bancária, aumentou a demanda de papel moeda emitido.

Podemos resumir o argumento destacando que uma parte substancial da elevação das despesas públicas e das necessidades de rolagem da dívida pública foi financiada pela expansão da base monetária e das operações compromissadas realizadas pelo Banco Central. O montante de operações compromissadas colocadas dependeu da demanda de reservas por parte dos bancos e da demanda do público por papel moeda emitido. Como a demanda por reservas bancárias e por papel moeda emitido aumentou, o Banco Central precisou colocar menos operações esterilizadas para manter a taxa de juros Selic.

Ressaltemos que o encurtamento da dívida pública e o aumento das operações compromissadas tornaram o financiamento do setor público extremamente frágil às circunstâncias vigentes, não apenas por obrigar o Tesouro Nacional ir frequentemente a mercado, mas também porque facilitaram a migração de recursos nele aplicados para outros ativos (dólares e outros).

A contrapartida macroeconômica no aumento do déficit público foi uma elevação da poupança privada. Pires de Souza (2021) analisa e quantifica o comportamento do setor privado (financeiro e não financeiro) entre os meses de fevereiro e

<sup>2</sup> Esta expansão monetária, sem paralelo no passado recente da economia brasileira, levou a que o Banco Central do Brasil transferisse R\$ 375 bilhões para o Tesouro Nacional no mês de agosto de 2020, decorrente da valorização das reservas internacionais (efeito desvalorização cambial), e discutiu-se a possibilidade de transferir títulos do Tesouro Nacional para a carteira do Banco Central.

outubro de 2020 e mostra que aconteceu uma forte variação patrimonial. A riqueza financeira líquida do setor privado aumentou em 12,2% do PIB, quase que compensando a redução da riqueza líquida do setor público que foi -13,1 do PIB. Desta forma, quase todo o ajuste macroeconômico do déficit público brasileiro foi realizado através do setor privado doméstico.

Esse ajuste patrimonial, visto do ponto de vista macroeconômico, mostra que o setor privado aumentou a demanda de ativos financeiros e que parte desse aumento pode ser explicado pela demanda de operações compromissadas dos bancos comerciais. Os bancos, por sua vez, desenvolveram fundos lastreados nessas operações que foram oferecidos a seus clientes. O aumento da poupança privada foi a contraface da expansão fiscal e foi constituída pela demanda de ativos financeiros lastreados nas operações compromissadas dos bancos.

Concluindo, a Covid-19 afetou o financiamento do déficit fiscal brasileiro entre os meses de março e outubro de 2020. A especificidade do caso brasileiro foi o uso da Conta Única da União por parte do Tesouro Nacional e das operações compromissadas por parte do Banco Central do Brasil. O Banco Central do Brasil assumiu um papel importante no financiamento fiscal, porém apenas por-

que dispunha de um instrumento financeiro aceito pelos bancos. As operações compromissadas cumpriram um papel fundamental por serem ativos com risco baixo e liquidez elevada que permitiram ajustar os portfólios privados durante um período de estresse financeiro. Sem essas operações, o Banco Central do Brasil não esterilizaria adequadamente a expansão da base monetária gerada pelo uso da Conta Única, levando o aumento das reservas bancárias a reduzir a taxa de juros Selic. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil perderia o controle do processo inflacionário e fragilizaria o regime de metas de inflação. A credibilidade do Banco Central do Brasil permitiu fazer essa “travessia” sem provocar nenhuma ruptura nas condições financeiras brasileiras afetando apenas o tamanho, a estrutura e as taxas de juros da dívida pública.

## Referências bibliográficas

Banco Central do Brasil (2020), Cartas circulares divulgadas no período de março a agosto, vários números.

International Monetary Fund (2020), Policy Responses to Covid-19, in <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19>.

Pires de Souza, F.E. (2021), Panem et circenses: A propósito da Macroeconomia da pandemia, *Revista de Economia Política*, Vol. 41, Nº 2, abril-junho, pp. 236-253.

Secretaria do Tesouro Nacional (2020), *Transparência do COVID*, publicações de junho, julho e agosto.

# Covid-19, meio ambiente e políticas públicas: reflexões para o pós-pandemia

João Felipe Cury Marinho Mathias

## Pensando fora da caixa

A pandemia de SARS-CoV-2 (Covid-19) abriu uma janela de oportunidades para que economistas e outros cientistas sociais reflitam sobre as razões pelas quais chegamos até a essa crise e, principalmente, sobre o futuro que desejamos. As condições de vida foram alteradas a tal ponto que “pensar fora da caixa” tornou-se um exercício indispensável para entender a nova contemporaneidade.

Passado o falso dilema entre preservar vidas ou salvar a economia (pois não existe economia sem vida), é tempo para pensar na agenda para o futuro. Se para lidar com os problemas da pandemia foi necessário “pensar fora da caixa e fazer o que fosse preciso”, o que gerou um afastamento das soluções estabelecidas, hegemônicas e consolidadas, o passo para a reflexão sobre o que fazer no pós-pande-

mia não deve ser diferente: abandonar o *business as usual*.

Admitindo que o futuro pós-pandemia requeira novas formas de produção, distribuição de renda e padrões de consumo, abre-se espaço para a reflexão sobre um novo modelo desenvolvimento – sustentável – lastreado na transição em direção a uma economia socialmente inclusiva e ambientalmente adequada para o futuro pós-pandemia. Um modelo que lida com os problemas sociais (desigualdade e pobreza), ambientais (conservação, poluição e mudanças climáticas) e econômicos (emprego, renda e produto).

## Epidemias, Meio Ambiente e Governança Ambiental

Há epidemias que surgem como consequência da ação humana, particularmente associadas à degradação do meio



ambiente. Estudos recentes estimam que 31% dos surtos epidêmicos estavam ligados ao desmatamento, isto é, ligados à perda de *habitats* naturais e a redução da diversidade biológica (Young e Mathias, 2020).

A literatura também reconhece que os serviços ecossistêmicos são fundamentalmente necessários para a saúde humana. Nesse sentido as políticas públicas voltadas para a conservação do meio ambiente são essenciais, embora muitas vezes tenham sido desprestigiadas em termos orçamentários em seus principais órgãos executivos (ICMBio e IBAMA), o que pode ser visto, no caso do Brasil, no aumento do desmatamento nas áreas protegidas e unidades de conservação.

Para o sucesso das políticas públicas é essencial que haja uma boa governança ambiental. Problemas relacionados ao meio ambiente são, geralmente, associados às questões institucionais e de governança. Os problemas causados pela pandemia de Covid-19 e outros desastres do passado não são estritamente naturais, mas causados por ações humanas, incluindo políticas públicas equivocadas ou mal coordenadas.

## Um novo modelo de desenvolvimento

O que desejamos? A concepção de uma “transição socioambiental”, centra-

da nas metas associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidas pela Agenda 2030. Para isso, é fundamental que os programas de reconstrução econômica apresentem uma abordagem multidimensional que também contemple aspectos sociais (redução da pobreza, fome, doença, desigualdade de gênero, saúde) e ambientais (mudanças climáticas, poluição, conservação da biodiversidade). Isso requer coordenação de esforços e recursos públicos, privados e organizações sociais, através de abordagens inovativas para o desenho de incentivos, contratos e formas de regulação que vão além da dinâmica convencional de fomentar gastos e de políticas públicas (Young e Mathias, 2020).

A transição para uma economia sustentável não ocorre espontaneamente, mas precisa ser induzida por políticas públicas ativas e coordenadas pelo Estado com o setor empresarial e a sociedade civil. Envolve um enorme esforço fiscal e orçamentário, como nos casos em curso na Europa (*New Deal Europeu*) e nos EUA (*American Jobs Plan*). O caso europeu, mais avançado, traz uma inovação em relação ao financiamento do plano de retomada econômica: a emissão de títulos verdes (*green bonds*). Em outubro de 2021 a primeira emissão desses títulos de 15 anos teve elevada demanda e arrecadou 12 bilhões de euros, configurando

o maior lançamento de títulos verdes da história.

Essa transição para uma economia sustentável é possível? Sim. Mas exige uma mudança das prioridades políticas e dos paradigmas econômicos vigentes, tal como ensina os casos recentes na Europa e nos EUA.

### Referências

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MATHIAS, João Felipe Cury Marinho. Covid-19, meio ambiente e políticas públicas. São Paulo: Hucitec, 2020. Disponível para download gratuito na página: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/13400>

# Curricularização, pandemia e a internacionalização da Extensão

Sandra Maria Becker Tavares  
Danielle Costa da Silva

A linha do tempo da História do *Homo sapiens*, tem sinalizado que tempos excepcionais costumam ser largas portas de envolvimento entre os âmbitos público e privado. Isto posto, a emergência sanitária decorrente do vírus SARS-CoV-2, caracteriza uma excepcionalidade.

Em essência, a excepcionalidade suscita o caos social e a redução, ou total cerceamento, dos direitos civis. A COVID-19 provocou, de forma direta ou indireta, abruptas alterações dos hábitos, dos costumes, das tradições e das normas.

Assim sendo, pode-se afirmar que a pandemia exigiu a mudanças nos estilos de viver, incluindo os processos de ensino-aprendizagem, até então vigentes. Para se adaptarem à realidade, atores sociais em instâncias de decisão, deparam-

-se com três opções: a) aliar à atual sem rupturas expressivas; b) aliar à atual com rupturas expressivas; ou, c) excluir a realidade anterior e criar outra.

Feita a escolha, em algum momento da transição ou término da excepcionalidade, a decisão deverá ser analisada e avaliada como um fato histórico. Como afirma Santos (2021, p.15) “*os fatos estão todos aí... cabe a nós com que se tornem fatos históricos... para formar um novo sistema temporal...*”.

O primeiro fato se refere ao Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) que integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Sua finalidade consta no Artigo 2.º do seu Regimento: ... *abordagem integrada e multidisciplinar na área da Análise de Assuntos Interna-*

*cionais e Defesa, criar, desenvolver, fortalecer e difundir as atividades de pesquisa e de extensão reiterados nos desdobramentos do Artigo 3.º I- Difundir a reflexão acadêmica sobre Análise de Assuntos Internacionais e de Defesa, inclusive no ensino, na pesquisa e na extensão... reforçando ainda a orientação extensionista III- Oferecer atividades de extensão sobre temas pertinentes aos seus objetivos.*

Este texto busca registrar o fato histórico e responder se o período pandêmico repercutiu na curricularização da Extensão, no IRID mediante a análise de três dos seus Projetos de Extensão intitulados *Debates Pós-Coloniais e Decoloniais; Vida pública: como os temas republicanos impactam a integração de crianças refugiadas nos espaços escolares e de ensino do Estado; e, Migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil contemporâneo.*

Como fato, os decisores do IRID tiveram que somar à criação e à instalação de um Instituto com dois cursos de graduação (de temáticas internacionalistas) e adequações curriculares da Extensão, mais uma variante, a pandemia da COVID-19 com quarentena e rígidas medidas sanitárias.

Outro fato ocorria desde 2018, impactando o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão. Diz respeito à Resolução No 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC) que

através do Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as diretrizes para a Extensão instituindo *princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação de ensino superior...* assim como, a curricularização das atividades de extensão, ou seja, que 10% do total de qualquer currículo universitário, obrigatoriamente, devem contemplar a Extensão.

Essa norma veio ao encontro da equidade entre as atividades de ensino e de pesquisa, tradicionalmente sistematizadas no Brasil. Gadotti (2022), explica que as atividades de Extensão eram minimizadas nos currículos universitários, apesar de inseridas na Reforma Universitária de 1968; nos anos 60/70 reivindicadas pelos movimentos da sociedade civil; a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX); e, ainda, pela Constituição de 1988 que no seu artigo 207 prescreve a *indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.*

Os três Projetos do IRID, já mencionados, quando analisados sob os prismas curricularização x pandemia e correlacionados à internacionalização, indicaram que: no Projeto, é necessário prever algumas atividades extensionistas virtuais; procurar/ajustar a Plataforma à atividade;



ajuste de carga horária mesmo que altere partes do Projeto; instalação de equipes/estratégias para atendimento de demandas por meios eletrônicos; desenvolver atividades extensionistas remotas em outra(s) língua(s) e horários compatíveis; a curricularização da Extensão possibilita acessar as intrincadas redes de internacionalização como fizeram as áreas de ensino e da pesquisa; incremento da sistematização de parcerias internacionais.

## Considerações Finais

A pandemia afetou a curricularização da Extensão do IRID sendo incluída como agenda permanente dos Núcleos Docente-Estruturante (NDE) do IRID, pois alertou para a equidade do tripé universitário oportunizando expandir e fortalecer os laços dos extensionistas junto às organizações internacionais e instâncias superiores que promovem a internacionalização da Universidade.

## Referências

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808) Acesso em: 03 abril 2022

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf) Acesso em: 01 abril 2022

PROEX. Pró Reitoria de Extensão – UNILA (org.) Extensão e pandemia: relatos de extensionistas sobre suas ações no primeiro ano de Pandemia / PRO-

EX – UNILA (org.) Foz do Iguaçu: PROEX – UNILA, 2022. Disponível em: [https://portal.unila.edu.br/proex/copy\\_of\\_comunica\\_extensao/publicacoes-proex/copy\\_of\\_EbookExtensoePandemia\\_compressed.pdf](https://portal.unila.edu.br/proex/copy_of_comunica_extensao/publicacoes-proex/copy_of_EbookExtensoePandemia_compressed.pdf) Acesso em: 01 abril 2022

SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. 5ª edição, reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021

# A FACC e a Pandemia da COVID-19: vivências e aprendizados

Maria Cecília Machado

Como elaborar um relato idôneo acerca de um dos períodos mais difíceis pelo qual passamos nos últimos cem anos? Como não imputar aos colegas minha visão própria do que vivemos? Este é um desafio que espero poder transpor. Apesar dos quase dois anos de pandemia, ainda não acredito ter o distanciamento necessário para uma análise crítica adequada, que não esteja carregada de fatores como o medo, a política e mudanças no cotidiano advindas de medidas adotadas ao longo da pandemia.

A escolha foi destacar alguns momentos críticos vivenciados ao longo desse período.

O dia 11 de março de 2020 foi o primeiro desses dias marcantes. A Congregação da FACC se reuniu e muito se

discutiu sobre o avanço da doença na Europa e acerca de uma eventual suspensão das aulas, que, inicialmente, deveria se dar por apenas uns 15 dias, para achatar a curva de contágio. Lembrando disso hoje, penso: éramos felizes e não sabíamos. No dia 12 de março foi realizada a colação de grau presencial dos formandos da FACC de 2019/2. A última presencialmente em dois anos.

No dia 16 de março iniciamos o afastamento social e as atividades presenciais foram suspensas por um período, que hoje sabemos, ter perdurado dois anos.

O primeiro comunicado oficial da Direção da FACC foi enviado aos técnicos e docentes no dia 15 de março. Ainda com tão pouca definição sobre a situação, esse comunicado foi limitado a basicamente

ratificar as diretrizes de contingência no âmbito da UFRJ, as notas de nossa Reitoria e o comunicado emitido pela Decania do CCJE. As atividades presenciais foram suspensas por 15 dias, estabelecendo um esquema provisório de atendimento das situações emergenciais. A partir desse momento, muita insegurança, receios e indefinições tomaram conta não só da FACC, como de toda a Instituição e do próprio país.

A falta de uma perspectiva correta da gravidade da situação fez com que alguns de nossos docentes acreditassem que seria viável, de algum modo, lecionar nesse período de suspensão das atividades. Foram prontamente cerceados pela Direção. Inúmeras questões surgiam e é possível apontar uma situação particular: a angústia de parte dos técnicos, cujas atividades tinham natureza mais operacional no dia a dia. Como trabalhar à distância? No caso da FACC, parte desses servidores estava contemplada como grupo de risco, sendo de fato temerário permitir que realizassem atividades presenciais. Essa discussão sobre o trabalho remoto foi uma situação bastante desafiadora, mas felizmente superada por novas distribuições de atribuições.

Seguindo o mais precisamente possível a linha do tempo, é importante lembrar que no dia 17 de março de 2020, o MEC publicou uma portaria (Portaria 343, de

17 março de 2020) que autorizava, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais por aulas em meios digitais. Nessa mesma portaria, ainda constava a possibilidade de manutenção da suspensão das atividades acadêmicas. A vigência da portaria era de 30 dias, que poderiam ser prorrogados. Os colégios particulares rapidamente se adequaram à nova realidade e, em abril, já retomavam suas atividades de ensino no modelo remoto. As IES privadas e públicas, assim como as escolas municipais e estaduais, mantiveram suas atividades suspensas.

Impossível desassociar as dificuldades enfrentadas pela FACC das enfrentadas pela UFRJ. Como adotar um modelo remoto mediante um cenário com severa restrição orçamentária, falta de capacitação docente ao formato remoto e que, simultaneamente, não agravasse a já imensa desigualdade presente entre nossos discentes? Essa discussão tomou conta de nossa comunidade por muito tempo. Recuso-me a dizer que a pandemia nos trouxe algo positivo. O aprendizado que fomos, na nossa maioria, obrigados a adquirir num exíguo espaço de tempo poderia, e deveria, ter sido obtido sem que centenas de milhares de vidas fossem perdidas. Contudo, o aprendizado veio. Nesse aspecto a interação entre os docentes foi muito positiva. Como narradora que mantém-se imparcial, ousou afirmar que

talvez tenha sido o momento de maior cooperação que tenha presenciado na Universidade. Foi uma troca dinâmica, generosa, bonita de se se presenciar. Diversas iniciativas autônomas surgiram, vários colegas se dispuseram a ajudar, compartilhando suas experiências com o ensino à distância com os demais. Tenho certeza de que isso ajudou a muitos.

O período compreendido entre 16 de março e 13 de agosto de 2020 foi de muito trabalho. E retrabalho. Alguns problemas, devido à complexidade envolvida, geraram muita discussão. Impossível negar a forte resistência inicial que parte dos docentes manifestou mediante a possibilidade da adoção do ensino remoto. Outro grave obstáculo dizia respeito à padronização dos procedimentos que deveriam ser adotados para viabilizar o ensino remoto. Todos usariam a mesma plataforma? O nosso sistema suportaria um aumento tão substancial de demanda tão repentinamente? As aulas seriam síncronas? E as avaliações? Como garantir que todos os discentes possuíssem recursos para acessar as aulas? Além dessas questões que atingiram a todos, não apenas a FACC, também foi necessário definir como se daria o exercício e o controle das atividades profissionais de nossos servidores.

A portaria publicada no BOU de 4 de maio de 2020 (Portaria nº 3.188, de 4 de

maio de 2020) causou muita controvérsia. Em linhas gerais, a portaria estabelecia orientações quanto às medidas de proteção e organizava o Trabalho Remoto na UFRJ. As críticas feitas pelos sindicatos (ADUFRJ e Sintufrj) indicavam alguns elementos do texto que poderiam ocasionar prejuízos aos trabalhadores da UFRJ. Apontando para a uma solução que buscava o diálogo, a Reitora da UFRJ, prof<sup>a</sup> Denise Carvalho, decidiu suspender a portaria 3.188 sobre o trabalho remoto na universidade durante a pandemia.

Na FACC, apesar do clima de inquietude gerado pela portaria, foi possível encaminhar a situação de modo razoavelmente tranquilo. A Direção da FACC, na época exercida pela prof<sup>a</sup> Eliane Ribeiro, foi sempre muito transparente em seus direcionamentos e esteve constantemente aberta a ouvir todo seu corpo social. Tal posicionamento foi fundamental para possibilitar o bom clima na Unidade.

Em paralelo a essa situação institucional, não podemos perder o olhar sobre a situação em que o país mergulhava. Essa contextualização nos ajuda a entender algumas das razões do aprofundamento das dificuldades pelas quais passamos. Não era só a doença que assustava. Muitos já sentiam na pele as consequências da redução das atividades econômicas e do consequente desemprego. Embora ainda



estivéssemos longe do que seria um período muito mais severo, já enfrentávamos uma situação de enorme desgaste emocional. Apesar de nunca termos adotado um *lockdown* com ele maiúsculo, era inegável a sensação de esvaziamento em muitas regiões da cidade. Pessoas afastadas e isoladas de seus amigos e familiares e o que era ainda pior: a curva de casos e mortes continuava subindo. Embora matematicamente isso não chegasse a surpreender, todos tínhamos a ilusão de que poderíamos frear o avanço da doença. Uma pergunta já estava presente e não tinha resposta: e as nossas crianças e jovens? Como estariam reagindo ao ensino remoto? Ainda que poucos naquele momento usufríssem do ensino remoto, a preocupação com as consequências futuras já começava a emergir. Para os nossos alunos a pergunta era ainda mais cruel: como estariam se sentindo com a suspensão absoluta das aulas?

Finalmente, em agosto de 2020 a UFRJ iniciou suas atividades acadêmicas remotas com o início do período Letivo especial (PLE), cinco meses após a publicação da Portaria 343 pelo MEC. A Instituição inicialmente concebeu uma retomada gradual que contemplaria, a princípio, apenas os alunos concluintes. Essa decisão foi muito difícil. As pressões sofridas pela reitoria eram muito fortes. No âmbito da FACC, a opinião de muitos docentes, em

particular de nossos coordenadores de curso, era de que a escolha por esse grupo restrito era temerária. Como atender apenas aos concluintes? Dentre diversos empecilhos destaco dois: que disciplinas deveriam ser ofertadas? Afinal, só em um mundo perfeito os concluintes somente cursam as disciplinas correspondentes ao último período da grade curricular e essa definitivamente não era (e não é) a realidade de nossos alunos. Outro aspecto importante envolvia a dificuldade de como justificar aos demais estudantes que eles não seriam contemplados. Naquela ocasião já havia uma pressão muito grande pelo retorno às atividades (ainda que remotas) e todos os discentes demandavam pela volta. Após muito trabalho e discussão, a Instituição optou por contemplar a todos os discentes, embora muitos tenham ficado impedidos de estudar em função da reduzida oferta de vagas.

O PLE foi estabelecido pela Resolução CEG 03/2020. Os artigos 2º e 3º merecem uma ressalva por afirmarem que a adesão às atividades pedagógicas não presenciais teria caráter facultativo para o corpo docente e discente. Mais uma vez a Direção da FACC precisou apoiar com firmeza a condução dos trabalhos dos Departamentos. Apesar da rede de apoio criada para dar suporte aos docentes menos familiarizados com os meios de ensino digital, muitos não se sentiam confor-

táveis diante dessa nova modalidade. Um semestre com 12 semanas? Impossível! Além disso, havia os que simplesmente entendiam que isso não seria socialmente apropriado. Houve muitas reuniões, muita troca de ideias e, finalmente, nos foi viável ofertar praticamente o mesmo total de vagas do período 2020, pré pandemia. Uma vitória para os alunos e para a comunidade da FACC. Para os docentes foi uma oportunidade de começar a desmistificar suas crenças sobre a adoção da nova modalidade, agora imposta pela realidade da pandemia.

A experiência com o PLE não agradou a muitos. Talvez a crítica mais contundente seja a que questiona sua real necessidade. Ele caracterizou-se como um semestre especial que oficialmente faria parte do 2020/1. Quase como um adiantamento. Em 7 de outubro uma nova resolução CEG foi publicada dispondo sobre as regras de transição entre o PLE e o reinício do ano letivo de 2020. Muitos problemas operacionais surgiram. Inúmeros discentes tiveram dificuldade para compreender onde foram parar suas disciplinas cursadas no PLE. E o limite de 32 créditos? Por que considerar tal limite se de fato os créditos eram efetuados em momentos distintos do tempo? Seguindo uma possibilidade apresentada na Resolução, a Congregação da FACC tomou a decisão de permitir que o corpo discente

da Unidade pudesse ultrapassar este limite. Nossos coordenadores e nossa Secretaria Acadêmica trabalharam incansavelmente para esclarecer e atender os alunos. Nesse aspecto a FACC foi beneficiada por poder contar com o apoio de profissionais muito comprometidos, que conseguiram manter o foco e a disposição mesmo diante de elevada demanda.

Embora em nenhum momento os problemas tenham desaparecido, percorremos os meses com mais tranquilidade. Aparentemente, até os mais contundentes adversários do ensino remoto pareciam estar ficando mais confortáveis com a situação. Talvez até demais. Inegável que termos tido condição de exercer nossas atividades em casa, com segurança, com baixo nível de exposição ao vírus reduzido foi muito bom. Mas é inegável que nosso papel como educadores sofreu um impacto muito grande. Como narradora fiel que me proponho a ser, posso garantir que nas inúmeras discussões que participei, a preocupação expressa com os discentes não teve o protagonismo esperado. O incômodo com o fato de estarmos com as portas trancadas aos alunos há mais de um ano parecia não nortear as discussões. Como poderíamos propor alternativas que possibilitassem aos que precisassem ou desejassem frequentar nossos *campi*? Essa é uma questão que me acompanhou durante todo esse período.

Avançando um pouco mais no tempo, alcançamos o que, a meu ver, foi o início de uma fase crítica pela qual passamos e que trouxe diversos desdobramentos. Em julho de 2021, ocorreu o recebimento da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), que pedia à Justiça o retorno às aulas presenciais até 18/10 nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do Rio de Janeiro. Nesse momento o ensino fundamental I e II já haviam retornado ao formato presencial (parcialmente), os índices da pandemia já indicavam uma queda e o ritmo de vacinação finalmente parecia mais consistente. Contudo, a situação ainda era difícil e o retorno presencial, de fato, mantinha-se uma questão bastante delicada e polêmica. Nesta época, a situação acadêmica da UFRJ consistia em ministrar quase a totalidade de suas aulas remotamente, conforme as condições sanitárias permitidas, concomitante com a oferta de aulas presenciais de disciplinas práticas. A discussão no campo jurídico perdurou por um bom tempo, até que a Instituição optou pela retomada geral das atividades presenciais, desde que nos moldes preconizados pelo Comitê de Biossegurança da UFRJ, que manteve as condições de biossegurança bastante rígidas.

A reação dos docentes e técnicos da FACC foi bem heterogênea. Muitos já sinalizavam pelo esgotamento do mo-

delo e pelo desejo do retorno presencial, inclusive muitos que poderiam se beneficiar pela Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021. Outros tantos, por motivos sanitários ou políticos, ou mesmo por conveniência pessoal clamavam pelo não retorno. Havia bons argumentos de ambos os lados, mas a justiça nos exigia o retorno. A FACC, na medida do possível, cumpriu às exigências e elaborou um plano de retorno às atividades presenciais. Louvável a condução da Direção, neste momento já exercida pelo prof. Antônio José Barbosa, que soube conduzir a questão respeitando os diversos pontos de vista, sem perder de vista a necessidade do cumprimento da ordem judicial e da posterior opção adotada pela reitoria. Contudo, essa volta foi extremamente desafiadora. Com as restrições sanitárias, o que foi possível oferecer não atendeu às expectativas do corpo social da Unidade, que enxergou nesse retorno uma solução muito aquém da desejada. A FACC enfrentou inúmeros problemas operacionais nessa volta. Foi impossível o retorno ao Campus da Cidade Universitária, pois devido à falta de infraestrutura e de transportes, a Direção do prédio de Letras, onde são realizadas as atividades da FACC, não disponibilizou espaço físico. Por outro lado, O Campus da Praia Vermelha (PV) teve uma volta altamente prejudicada pelo esvaziamen-

to do Campus e a falta de segurança, que talvez tenha sido o pior fator. Os demais prédios da PV mantiveram-se fechados ou abriram por períodos muito restritos. Mesmo nos turnos da manhã e da tarde a movimentação de alunos era muito reduzida. O risco ao qual nosso corpo social ficou exposto nessa situação fez com que as atividades presenciais fossem descontinuadas após o recesso do final do ano.

A FACC teve um saldo positivo ao longo da pandemia. Conseguimos contornar os problemas mais críticos e saímos com a cabeça erguida ao fim desse processo, cientes do esforço de todos pela construção coletiva de soluções para cumprimento de nosso papel frente à sociedade. Não nos furtamos em discutir, avaliar e ponderar diversos aspectos e pontos de vista muitas vezes conflitantes para garantir que as decisões a serem tomadas fossem representativas do grupo.

Agora, desejamos continuar com nosso papel ativo na busca por melhores condições para que todos possam retomar com segurança e com qualidade suas atividades.



# Não há tristeza que possa suportar tanta alegria

Julia de Arruda Figueredo<sup>1</sup>

Em meio a discussão sobre “deve ter ou não carnaval” em um contexto que ainda podemos considerar pandêmico, o Rio de Janeiro revisita o passado: a Gripe Espanhola, de 1918, que foi a maior e mais mortal epidemia do Século XX. No Brasil, foi na ‘cidade maravilhosa’ que ela mostrou sua face mais terrível. Por outro lado, após amenizada sua devastação, também foi no Rio a festa mais intensa. No carnaval de fevereiro de 1919, os cariocas não se importaram com o vírus e decidiram ir às ruas brincar aquele que foi considerado, até então, o maior carnaval da história.

Durante o quarto ano da Primeira Guerra Mundial, a “Gripe Espanhola” surgiu infectando, de janeiro de 1918 a dezembro de 1920 - segundo estimativas - 500 milhões de pessoas; equivalente a

quase 1/4 da população mundial na época, matando de 20 a 50 milhões de pessoas, ultrapassando o resultado de quatro anos de guerra global ininterruptos.

Seu surgimento, apesar de ainda debatido, sabe-se que não se deu na Espanha, como ironicamente sugere seu nome. O termo se deu pela postura da Espanha na 1ª Guerra Mundial que, por ter sido um país neutro durante o conflito, não costumava censurar as notícias sobre a epidemia. Dessa forma, as primeiras informações que chegavam no Brasil sobre a “nova epidemia” vinham quase que exclusivamente da Espanha. Naturalmente, o termo “Gripe Espanhola” acabou se popularizando injustamente.

Enquanto na Europa “A Espanhola” se disseminava, no Rio de Janeiro - capital da República, as notícias chegavam aos

<sup>1</sup> Graduada em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> SCHWARCZ, Lilia M, e STARLING, Heloisa M: A bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil. Companhia das Letras, 1ª ed, São Paulo, 2020.

poucos pelos jornais. Contudo, todos amenizavam a doença, uma vez que não havia o conhecimento necessário sobre o vírus e que a gripe não iria sobreviver por muito tempo no Brasil por causa do clima tropical, temperaturas altas ou que dificilmente a doença chegaria aqui.

No dia 16 de setembro de 1918, depois de fazer paradas em Recife e Salvador, mesmo com a notificação que contava com os enfermos que apresentavam vários estágios da doença na sua tripulação, o navio Demerara recebeu autorização para desembarcar, e assim, a doença começou a se espalhar pelo Rio de Janeiro. Aos poucos, a cidade começava a adoecer.

Por falta de conhecimento dos gestores da época, não havia noção das proporções que a gripe poderia atingir. O diretor geral da Saúde Pública da capital “estava convencido que não havia motivos para intranquilidade”. Desta forma, não eram passadas informações suficientes para a população que mantinha sua rotina na capital. Não tardou para as pessoas começarem a passar mal, caírem doentes e morrer em questão de horas.

Era extremamente rápida a velocidade de contágio, o período de incubação era curto e o número de pessoas acometidas pela moléstia muito elevado, como também era o grau de letalidade. Os sinto-

mas, variados. Segundo Mota Rezende, de simples zoeiras nos ouvidos, surdez, cefaleias e hipertermias simples, a doença se desenvolvia apresentando sintomas como calafrios, hemorragias, urinas e vômitos sanguíneos, acompanhados por perturbações nos nervos cardíacos, infecções nos intestinos, pulmões e meninges, levando a vítima em poucas horas a sufocações, dores lancinantes, ao letargo, ao coma, à síncope e finalmente à morte<sup>3</sup>.

O número de gripados saltou de 440, no dia 10 de outubro, para cerca de 20 mil dois dias depois<sup>4</sup>. As primeiras mortes pela moléstia foram divulgadas apenas dia 13 de outubro, vinte e sete dias após da chegada do navio Demerara no porto carioca.

A situação no Rio de Janeiro era o caos. Faltavam leitos, remédios, médicos, hospitais para tratar os doentes mais graves e até comida. Os socorros, além de insuficientes, restringiam-se à população que habitava os centros urbanos, enquanto os subúrbios, morros e outras localidades periféricas sofriam imensa carência no atendimento mais básico.

Condicionada pela marcha sombria da epidemia, o Rio de Janeiro se tornou um cemitério a céu aberto de corpos largados nas ruas reformadas por Pereira Passos. A espanhola fez fenecer no Rio de Janeiro

3 MOTA, Rezende: Basites pulmonares. Arquivos brasileiros de Medicina. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Medicina, pp. 305-8, 191.

4 MEYER CL, Teixeira JR. A gripe epidêmica no Brazil e especialmente em São Paulo. São Paulo: Casa Duprat; 1920.

algo em torno de 15 mil pessoas, levando para o leito seiscentos mil cariocas, ou seja, cerca de 66% da população local<sup>5</sup>.

A população foi buscar maneiras alternativas de se tratar. Usavam com frequência aspirina, desinfetante do álcool ou do vinagre e reconheciam as vantagens no uso de máscara, no sentido de reduzir o risco de contaminação. A cloroquina já havia sido apontada como uma alternativa contra a gripe, entretanto, nenhuma autoridade de saúde aprovou a medicação, pois a mesma só era indicada para tratar malária, assim como hoje.

A situação instaurada pela epidemia de gripe espanhola foi encarada como fruto de negligência, descaso, incompetência administrativa do governo que não possuía estratégia alguma para lidar com as ameaças que intimidavam a nação, fatores amplamente explorados pelos jornais. A reação e a tensão populares espelhavam o fracasso do governo em persuadir as pessoas sobre a racionalidade de suas ações.

Apenas no dia 30 de setembro de 1918 começaram a ser instaurados os serviços de assistência domiciliar e socorros públicos. As mortes começaram a diminuir consideravelmente em novembro de

1918, com a curva natural de declínios das epidemias.

Aos poucos, a população começou a sair às ruas e voltar à rotina. O pico da gripe espanhola havia passado e com ela o medo da população. Ninguém dotava de certeza quando ou se a gripe espanhola iria retornar. Mas, enquanto ela não voltava, o carnaval de 1919 se aproximava, desencadeando, na população, a vontade de aproveitar a vida antes que fosse tarde demais.

Desde o começo de 1919, os jornais dedicaram páginas e mais páginas aos preparativos para a folia – o pré-carnaval já foi animado, com bailes nos principais clubes e blocos nas ruas da então capital federal. “Os cariocas caíram na farrá, comemorando o fato de que tinham sobrevivido ao fim do mundo”, conta o pesquisador da Fiocruz Ricardo dos Santos.

Além do fim da primeira grande onda da gripe, o início de 1919 celebrava também o encerramento da primeira guerra mundial e, por isso, motivos não faltavam para uma grande festa nas ruas cariocas. Nem a morte do presidente do país, Rodrigues Alves, que havia sido acometido pela gripe espanhola, comoveu os cariocas<sup>6</sup>.

5 GOULART, A. da C.: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

6 Até hoje existe o mito de que Rodrigues Alves morreu de gripe espanhola. Mas o presidente, segundo Schwarcz, tinha problemas cardíacos e respiratórios que já vinham há muito tempo. E sabe-se que a gripe matava em poucos dias após o início dos sintomas. Como o presidente contraiu a gripe em outubro e faleceu em janeiro, fica improvável que a morte seja por causa da doença. “Ao dizer que Alves morreu de gripe espanhola, cria-se a ideia de um herói que morreu junto de seu povo, e não que os brasileiros haviam eleito uma pessoa que já estava doente”, completa Schwarcz.

A população brincou e fez pouco da doença, e em 1º de março de 1919 o carnaval explode nas ruas da capital. Sem medo da doença, grande parte da população aproveitou os festejos contando com a omissão e nenhuma interferência do governo da época.

A gripe, inclusive, foi tema de marchinhas e carros alegóricos das Grandes Sociedades Carnavalescas, que é o mais próximo hoje do que é o desfile de Escolas de Samba. Os cariocas foram para as ruas celebrar uma possível vitória contra a influenza e à vida. “E se for o último carnaval da minha vida?”. Só restava festejar. E assim aconteceu o maior carnaval da história do Rio de Janeiro.

103 anos depois, a atual campeã do carnaval carioca, Unidos do Viradouro, contará mais sobre esse carnaval e afirma: “não há tristeza que possa suportar tanta alegria”. Esse será o enredo da escola de Niterói em 2022.

Os carnavalescos da Viradouro, Marcus Ferreira e Tarcísio Zenon, aceitaram compartilhar um pouco sobre como eles pretendem contar essa história na Sapucaí, que retrata uma realidade que, apesar de acontecida há 102 anos atrás, conversa diretamente com o nosso momento atual.

**Como surgiu a ideia de trazer essa história para um desfile de escola de samba?**

**TZ:** Assim que terminou o carnaval, a pandemia já estava entrando no Brasil e a gente começou a pensar algo que fosse importante pra esse momento, que trouxesse alguma mensagem saudável, que tivesse algum diálogo com a atualidade, então fomos em busca de algo que pudesse nutrir esse anseio das pessoas de passar por aquele momento difícil. E então a gente leu uma reportagem da Folha de São Paulo falando sobre o carnaval de 1919, que já tínhamos uma vaga ideia sobre, já que pra fazer carnaval precisa entender a história, mas a gente não sabia que era exatamente um carnaval pós-pandêmico e pós a primeira guerra mundial, e que esse carnaval tinha sido considerado o maior carnaval de todos os tempos. Isso foi o que mais nos estimulou, e até naquele momento nos trouxe um alento, que era um momento de comemorar. A gente tinha acabado de sair de um campeonato, que a gente não pôde comemorar da forma devida até hoje, então queria trazer uma mensagem que fosse saudável, que tivesse esse diálogo com a atualidade e que trouxesse uma esperança para o próximo carnaval, assim como há 103 anos atrás, quando o carioca conseguiu ressignificar e virar essa página.

**Como vocês pretendem retratar uma doença com efeitos tão duros e fortes, transformar o**



## desfile sem deixar pesado?

**TZ:** O nosso carnaval é datado em 1919, a gente não fala diretamente sobre a pandemia de gripe espanhola, nós estamos falando sobre o carnaval de 1919. Como se deu essa alegria? Como a sociedade, que os grupos carnavalescos, que os blocos, ressignificaram a doença? O carioca, pelo que a gente pesquisou, teve várias formas de significar isso. Por exemplo, na pandemia surgiu a caipirinha como um xarope e se tornou a maior bebida nos blocos e símbolo da cidade. A canja de galinha com homens vestidos de galinha nos blocos, brincando com essa coisa da canja ser curativa, então a gente foi por esse caminho jocoso, como foi em 1919. É importante falar que o nosso desfile vai tratar a alegria pós a dor, se sobrepondo a dor, assim como o título do enredo, que é retirado de uma marchinha do clube dos democráticos: “não há tristeza que possa suportar tanta alegria”. Foi dessa forma que o carioca foi pra esse carnaval – e que a gente acredita também que vá ser no próximo carnaval. Com certeza deve ter um bloco vestido de jacaré, então a gente acredita que o carioca vai conseguir ressignificar a dor e viver esse carnaval de maneira plena, celebrando a vida.

**Teve alguma descoberta muito interessante ou algo absolu-**

## tamente inesperado durante a pesquisa?

**TZ:** Tiveram algumas coisas que eu fiquei bem surpreso. A gente descobriu um personagem que não é conhecido pelo grande público, o Jamanta, que era um condutor ferroviário. Ele conduzia os corpos durante a pandemia, porque não existia um sistema de saúde, só casas de saúde, e era muito precário, não tinha muito acesso à informação, remédios específicos, vacina, nada e muitas pessoas morriam nas ruas. E esse condutor, Jamanta, levava os corpos para uma vala única. Ele conseguiu sobreviver à gripe e no carnaval ele repintou o bonde e conduzia os blocos e foliões pra praça da república. Eu acho isso um dos simbolismos que o carnaval tem. Ele repintou, ele deu uma nova vida, ele celebrou um novo momento com a função dele e com a energia de folião que ele também tinha.

## Qual foi a melhor parte de fazer esse Carnaval?

**TZ:** A melhor parte é essa resposta do público já no pré-carnaval. Sentimos desde o lançamento do enredo. A Viradouro é uma escola que tem essa veia emocional muito forte. Então ao decidir enredos a gente pensa muito que tem que ter um viés emocional, porque o viradoense gosta disso. E mais do que isso, você conse-

guir trazer uma mensagem de esperança, já no pré-carnaval, sentimos que a avenida vai entender o nosso recado. E ao falar de carnaval pós pandêmico, você consegue incluir a todos, ninguém conseguiu fugir dessa doença, ninguém conseguiu não viver essa doença, então é um tema que com certeza, de alguma forma, vai tocar o coração de cada um.

### **O que vocês acharam do samba escolhido? Quando escutaram pela primeira vez se sentia que seria ele?**

**MF:** Tivemos a primeira leva de sambas para a escola, mas houve uma dificuldade porque a Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA) estava naquela indecisão se iria ter o carnaval de 2021 ou não. Então o processo de feitura junto com os compositores foi muito rápido, porque estávamos no meio de uma pandemia, eles não estavam se encontrando, então muitos fizeram o samba pelo WhatsApp. E a gente sempre deixou claro pra eles que queríamos um samba emocional, que foi o tom que a gente usou na sinopse e no enredo. E recebemos exatamente o contrário, que foram sambas descrevendo a história do carnaval de 1919 que não era o que a gente pretendia. Ouvimos todos os sambas e, como não teve o carnaval, decidimos que teríamos tempo pra poder passar o sentimento que a gente queria empregar nos sambas. Veio uma segun-

da leva e quando os sambas voltaram, a maior parte conseguiu resolver aquilo sentimentalmente. E quando a gente ouviu o samba da parceria campeã não tivemos dúvidas, porque a gente se emocionou, sentimos exatamente o que a gente tinha pedido a eles, um samba emotivo, um samba que não fosse somente historicista, mas que mantivesse todos esses sentimentos que levaram esse carnaval a se tornar inesquecível. É claro que foi uma expertise nossa porque se fala de um sentimento que os cariocas viveram em 1919 e que são os mesmos que estamos tendo hoje. Como a gente vê que o samba está tocando muitas pessoas, apesar de ser um samba diferente, não temos dúvida que foi a melhor escolha para a escola.

Com a covid se relacionando diretamente com o tema, como vocês lidam com as possíveis críticas sobre "fazer festa" sobre um tema que, apesar de extremamente importante, naturalmente gera dor em tanta gente?

O título do enredo já começa com "não há tristeza", então o cuidado que a gente teve foi de não retratar a gripe espanhola, a gente não retrata a pandemia, a gente retrata a alegria que foi esse carnaval. Então o enredo ganha força nisso, nesse anseio esperançoso e motivador. A pandemia mudou a cabeça de todo mundo, então a gente tem esse cuidado de não criar fantasias que retratassem a gripe espanhola

## Como é preparar o carnaval em um contexto pandêmico?

**MF:** A gente sempre olha as coisas com um lado positivo e outro negativo. Positivo é que a gente teve um tempo além. E as vezes o processo criativo de uma escola é muito rápido, então a pandemia nos trouxe isso de bom. Mas o fator negativo é o fator psicológico. Tivemos que conversar com os profissionais, as vezes senti que eles não estavam bem, teve uma profissional nossa que produz flores com vários tipos de materiais que perdeu praticamente toda família de covid. Dois filhos, o esposo e a mãe. O fator emocional pesou e a gente sentiu que os profissionais estavam muito abalados. E a gente também não aguenta mais ver esse projeto (risos) a gente quer virar a página. Não só nós, mas todas as escolas querem vislumbrar o próximo carnaval, porque são quase dois anos e meio em cima de um projeto. Além disso não teve uma diversidade de materiais novos para fazer esse carnaval. A maioria da matéria prima é importada da China então, com a pandemia, esse laço comercial, pro carnaval, foi um pouco rompido. Então trabalhamos com muita coisa do almoxarifado e com o que a indústria do carnaval tinha em mãos. E a alta do dólar elevou o preço de tudo, fez com que a madeira, a fibra, a ferragem, aumentasse muito o valor. Então é um carnaval que a gente teve que fazer com o talento.

## Qual a contribuição da Viradouro nesse contexto pandêmico? (vocês fizeram as máscaras)

**MF:** A escola já faz um trabalho social grande na cidade de Niterói, mas com a pandemia, a escola, e outras agremiações também, fizeram Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como máscaras, envelopes cirúrgicos para a linha médica, distribuição de cestas básicas. E muitas pessoas da própria escola, que frequentam a quadra, precisavam de um apoio. A cidade do samba foi interditada e, quando a pandemia diminuiu a Viradouro foi a primeira escola a continuar o trabalho em um ateliê próximo, porque a preocupação da nossa presidência foi que aos poucos fosse empregando os profissionais, e conseguimos fazer isso a longo prazo.

## Como está a organização do grupo especial das escolas de samba junto às prefeituras de Niterói e do Rio?

**MF:** A cidade de Niterói abraça sempre a Viradouro, porque a Viradouro é um dos símbolos hoje da cidade de Niterói. Então a gente recebe essa verba da prefeitura, assim como outras escolas de outros municípios recebem. E no Rio de janeiro, esse ano, temos a graça de ter o prefeito Eduardo Paes que não só gosta da festa, mas entende a importância cultural

e econômica que as escolas promovem pra cidade, turismo, hotelaria, indústria, trabalhador informal. E ele ressuscitar o respeito cultural, para as escolas de samba, é o mais importante depois da gestão anterior que, além de não dar um suporte para as escolas, ele minimizou os sambistas e a cultura do carnaval, e independente do gestor que for assumir a cidade do rio, ele tem que o Rio de Janeiro é muito sustando pelo próprio carnaval das escolas de samba e desfiles de bloco.

### O que esperar do desfile da Viradouro?

**MF:** Muito beijo na boca, muito abraço, muita emoção (risos). Todos esses sentimentos que envolveram o carnaval de 1919 vão estar presentes, o reencontro com os familiares, a homenagem a linha médica. [...] apostamos muito no desfile, no samba, no enredo, nas fantasias, nas surpresas que vão ter durante o desfile, comissão de frente. Estamos levando muita fé e esperança que a Viradouro, além de disputar mais um título, vai emocionar.

**TZ:** A Viradouro pretende transportar os componentes e quem está na arquibancada para reviver essa catarse de alegria de 1919. E mais do que isso, ser também um grito de liberdade, um grito de passagem dessa pandemia para um novo momento. Sem se esquecer das pes-

soas que se foram com essa pandemia. O samba é muito delicado quando fala “que além do infinito o amor se renove”. Esse é o recado que a gente quer passar no final.





# 100 anos de Zé Keti: a voz do povo

JOSIANE ALCÂNTARA

*“Eu sou o samba  
A voz do morro sou eu mesmo sim senhor  
Quero mostrar ao mundo que tenho valor*

*Eu sou o rei dos terreiros”*

A voz do morro, 1955

Zé Keti

Verso presente na memória musical brasileira, certamente o leitor já deve ter se deparado com esta composição e outras tantas letras emblemáticas produzidas pelo compositor e cantor Zé Kéti, figura importante para história do samba carioca e para a música popular brasileira, cujo centenário foi comemorado em setembro de 2021.

Essa personagem era um indivíduo de circulação, foi um empreendedor, mediador no campo da cultura, comunicador, militante, articulador. Essas múltiplas dimensões da figura de Zé Kéti vão compor uma imagem para além de uma trajetória única, linear, restrita à sua atuação na música. Suas experiências artísticas e políticas eram mais amplas, cheias de camadas e baseadas na interação com indivíduos e espaços que, socialmente, eram consi-

derados apartados na dinâmica artístico-cultural do seu momento de atuação.

A proposta da Revista Versus é apresentar e homenagear esse sambista, e buscar dar contornos a uma trajetória tão rica, permeada de luta, negociação e resistências. Nossos guias para retratar Zé Kéti são os relatos de sua própria família, a partir de entrevistas que a equipe da revista Versus realizou com sua filha Geisa Kéti, herdeira e responsável pela preservação do legado do compositor, e seu genro, Onésio Meireles, biógrafo e escritor do livro Zé Kéti e suas andanças por aí (2018).

Para compor este texto, nos ajudam, também, Alípio Pereira do Carmo, historiador e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (UFRJ), e o professor e historiador Pablo de las Torres Spinelli.

José Flores de Jesus, mais conhecido como Zé Kéti — um encurtamento de Zé Quietto ou Zé Quietinho, apelidos de infância — nasceu em Inhaúma, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1921, e faleceu na mesma cidade em 14 de novembro de 1999.

A música fez parte do seu cotidiano familiar: seu pai tocava cavaquinho e seu avô era flautista e pianista, e as rodas de choro eram eventos frequentes na sua casa de infância. Com o falecimento do pai, em 1924, o adolescente Zé Quietinho foi morar com o avô, no bairro carioca de Bangu, porém sua vida esteve relacionada a diferentes bairros da região suburbana do Rio de Janeiro, ambiente presente em suas músicas. Conforme diz Geisa, Zé Kéti foi um suburbano “com muito orgulho”.

Zé Kéti estudou até o ensino primário e, no início da adolescência, trabalhou com venda de peixes e em uma fábrica de calçados. Aos 19 anos, ingressou no II Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, durante a Segunda Guerra Militar. Porém, como afirma em entrevista à Rádio Nacional, no final dos anos 1940, retorna àquela profissão que identificava como sendo a sua: no campo gráfico, cuja atuação era de ajudante de offset no setor de litografia.

Sua carreira musical se inicia no final dos anos



1930. Zé Kéti integrou a ala de compositores da Portela, escola de samba pela qual é recorrentemente associado — uma relação de altos e baixos, mas que não deixou de ser tratada como sua escola do coração. Ele, também, foi compositor do Grêmio Recreativo Escola União de Vaz Lobo e frequentava a Estação Primeira de Mangueira, local onde teve contato com figuras como Cartola. Como estratégia para divulgar as suas composições, ele passou a frequentar o Café Nice — estabelecimento que se situava na Avenida Rio Branco, entre as décadas de 1930 e 1940 — em busca de contatos com artistas famosos, já que este era o ponto de encontro da boemia carioca.

Seu primeiro grande sucesso foi o samba Amor de Passageiro (1951), em parceria com Jorge Abdala, gravado por Linda Batista. No entanto, sua carreira ganha projeção com a participação no filme Rio 40° (1955), filme do cineasta Nelson Pereira dos Santos (1928-2018), cuja música A Voz do Morro (1955) é melodia tema para a narrar o cotidiano de cinco jovens moradores de uma favela na periferia carioca. Essa relação entre Zé Kéti e Nelson Pereira dos Santos é lembrado por Geisa Kéti e Onésio Meireles como um momento importante na carreira de ambos. Segundo Meireles, Nelson tinha acabado de chegar ao Rio de Janeiro e Zé Kéti foi uma espécie de anfitrião para o jovem diretor paulista. O encontro, no antigo bar Vermelhinho, reuniu expectativas muito similares: ambos queriam um lugar ao sol, Nelson como cineasta e Zé Kéti como compositor. O filme, antes de ser lançado, foi censurado sob argumento de que o Rio de Janeiro nunca

1 ZÉ KETI. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. Disponível em: < <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa26387/ze-keti>>.

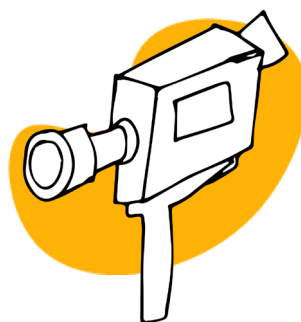
2 Zé Kéti: um repórter musical. Locução: Vidal Assis e Raquel Ricardo. Brasília: Empresa Brasileira de Comunicação, 04 set. 2021. Podcast. Disponível em: < <https://radios.ebc.com.br/especiais-radio-mec/ze-keti>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

tinha atingido os 40°C indicado no título da obra. Porém, como nos explica o professor e historiador Pablo Spinelli, a real razão era o incômodo dos grupos dirigentes pelo filme retratar o cotidiano do subúrbio e suas desigualdades sociais.

A relação de Zé Kéti com Nelson Pereira dos Santos — que posteriormente seria reconhecido como um dos fundadores do Cinema Novo — se estendeu na produção do filme *Rio Zona Norte* (1957), protagonizado pelo ator Grande Otelo (1913–1993), e que narra as adversidades da vida cotidiana do sambista carioca Espírito da Luz, em busca do reconhecimento dos seus direitos como compositor.

Estas experiências com o cinema e com o ambiente gráfico demonstram uma vocação comunicadora que atravessou, constantemente, a trajetória de Zé Kéti, não se restringindo àquela por via musical: Zé Kéti foi ator e assistente de câmera no cinema, atuou em rádios, na imprensa, no teatro. Em muitos momentos se intitulava um cronista musical, contando o que viu em suas andanças e interações pelo subúrbio do Rio de Janeiro. O morro, a cidade do Rio de Janeiro, o cotidiano das populações pobres são personagens frequentes em sua obra.

Para os entrevistados, Zé Kéti atingiu o auge da sua carreira entre as décadas de 1960 e 1970, sendo um dos principais interlocutores da música brasileira. Pablo Spinelli afirma que, neste período, Zé Kéti estabeleceu um diálogo entre gerações de sambistas. “Ele era um elemento aglutinador, era uma força que centralizava essa cultura pelas mais variadas regiões do Rio de Janeiro, especialmente da região suburbana, das periferias. E Zé Kéti tinha um papel de liderança e de organização de even-



tos de reconhecimento de artistas do passado e, ao mesmo tempo, dando a chance para novos artistas”. O papel de liderança de Zé Kéti é reafirmado por seu biógrafo, Onésio Meireles, indicando que Zé Kéti sempre procurou dar apoio e ajudar os demais sambistas e compositores de sua rede a encontrar o sucesso, e que a sua estratégia era buscar apoio ‘batendo em diferentes portas’: “Ao longo da vida dele, quando começou a lutar por isso [reconhecimento dos artistas], ele falava assim: ‘Bato em várias portas, muitas não vão abrir, mas vai ter uma que vai abrir’”.

E uma das estratégias se desenrolou em um local famoso: ZiCartola, restaurante criado por D. Zica e Cartola, que funcionou entre 1963–1965. Ali, Zé Kéti criou uma famosa roda de samba que contava com a presença de personalidades e intelectuais e, sobretudo, virou ambiente para a projeção de novos nomes de sambistas e compositores das regiões periféricas da cidade. Como articulador, Zé Kéti buscou estabelecer uma zona de contato entre o pessoal da Bossa Nova e o pessoal do Samba, a partir das seguintes estratégias. Primeiro, fez um acordo com Carlos Lyra, para que este o levasse a conhecer os principais nomes da Bossa Nova e ele, Zé Kéti, ficaria responsável por levar o cantor e compositor de Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, para conhecer os redutos de samba no subúrbio da cidade,



conforme conta Onésio Meireles. Segundo, buscou ampla divulgação, anunciando a roda de samba do ZiCartola nas rádios e em prospectos distribuídos nas ruas. Assim, neste restaurante começaram a circular figuras como Tom Jobim, Dorival Caymmi, o próprio Carlinhos Lira, Nara Leão, Roberto Menescal, Oduvaldo Viana Filho, Roberto Menescal, e os universitários vinculados à União Nacional de Estudantes.

Estar em movimento, em contato, criar pontes entre grupos e pessoas das artes foi uma marca na trajetória de Zé Kéti. Ele cruzava as fronteiras, negociava e criava estratégias para contornar as barreiras impostas aos músicos e compositores, especialmente aqueles de origem mais popular. A experiência do ZiCartola coloca em evidência essa figura articuladora que procurava estabelecer intercâmbios culturais. Segundo Geisa Kéti, esses intercâmbios, essa circulação, essas andanças pela cidade foram alimento para sua obra, e ao mesmo tempo, demonstram o papel de liderança que seu pai cumpriu, concomitante ao papel de artista:

*"Ele era um líder bem forte, porque ele ousava mesmo, se metia em tudo o que era buraco para conseguir conquistar as coisas, porque sabia das dificuldades do sambista. Ele sabia que algo precisava ser feito além de escrever e cantar. Escrever e cantar, só, não ia mudar praticamente muita coisa, então ele saiu lá de Oswaldo Cruz e começou vir para o Centro da Cidade para fazer aquele intercâmbio, falar com outras pessoas, pessoas que já cantavam nas rádios, pessoas bem-suce-*

*da para mostrar a qualidade dos compositores da Zona Norte. Mostrar que as pessoas de lá sabiam escrever, sabia fazer melodias e sabiam, também, cantar. E através desses que ele conheceu lá do café Nice, na Praça Tiradentes, no ponto dos compositores, na Cidade, ali havia uma circulação muito grande desses artistas – sempre se encontrando – uns procuravam as músicas e os outros compositores da Zona Norte e do subúrbio levavam as suas composições, suas músicas para oferecer e para nessa parceria também ganhar, como Pai Zé Kéti dizia, 'o pé-de-moleque e a cocada', para poder fazer a feira de domingo, pelo menos, para levar o leite para as crianças."*



**Ilustração inspirada na filha de Zé Kéti, Geisa Kéti**

Zé Kéti era uma personalidade no mundo musical e intelectual daquele momento, e usava o seu espaço para alçar novos nomes, amigos com quem atuava frequentemente nas rodas de samba do Zicartola. O conjunto A Voz do Morro é um exemplo: Zé Kéti criou o grupo musical em meados da década de 1960, e reuniu a nova geração de sambistas daquele momento, cujos integrantes incluíam nomes como Paulinho da Viola, Elton Medeiros, Nelson Sargento, Jair do Cavaquinho. Segundo Alípio Carmo, o grupo era formado por integrantes de diferentes escolas de samba, e evidenciava uma vontade de abrir espaço para novos sambistas.

Mas a sua ação não passou sem cismas, conforme lembra Onésio Meireles, afirmando que as principais críticas direcionadas a Zé Kéti diziam de um certo ‘embranquecimento’ do seu trabalho devido às parcerias com artistas como Nara Leão, ou que este estaria ‘traindo’ os compositores de samba, indo para o outro lado. Porém, Onésio ressalta um elemento importante na experiência artística de Zé Kéti: o que ele estava querendo era promover pontos de interação entre grupos e indivíduos para ampliar os espaços de circulação do samba e

das pessoas que o produziam: “O que ele fez foi isso, ele conseguiu unir o outro lado do túnel, a Zona Sul com a Zona Norte”.

Para o historiador e professor Pablo Spinelli, essas críticas dirigidas a Zé Kéti tinham origem nas ‘gavetas’ que tradicionalmente se colocavam os compositores: “Zé Kéti, na verdade, era bastante plural e bastante moderno, porque ele percebeu que a Bossa Nova era filha do samba e que a Bossa Nova poderia dialogar com o seu pai, que era o samba”. O pesquisador ainda complementa que essa interação promovida pelo compositor era uma forma da Zona Sul ouvir as críticas sociais da periferia: “Sair do sol, da praia, do barquinho e começar a ouvir os problemas de moradia, os problemas da violência, a falta d’água...”

Falar da realidade, das urgências dos grupos periféricos, é uma marca no samba composto por Zé Kéti. Lembremos do samba Opinião (1964), feito em protesto às remoções dos moradores das favelas da região central da cidade do Rio de Janeiro, para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, política tocada durante a gestão do prefeito Carlos Lacerda:

*“Podem me prender,  
podem me bater.  
Podem até deixar-me sem comer.  
Que eu não mudo de opinião.  
Daqui do morro eu não saio não,  
daqui do morro eu não saio não.  
(Zé Kéti. Opinião. 1965)*

Esta música integrou o show de mesmo nome que reuniu Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale no Teatro Arena, em 1965. Com o seu sucesso, o samba de protesto contra a violenta política habitacional



ganhou novos contornos, ganhou a rua e tornou-se canto dos manifestantes contra o Golpe Militar e a instauração da ditadura.

Conforme nos lembra Geisa Kéti, a postura política de Zé Kéti e sua indignação com a precariedade das condições de vida das populações pauperizadas são o combustível para suas letras de samba, e devem ser consideradas como atemporais pelas permanências que a falta de políticas públicas adequadas promove. A música *Acender as velas* (1964) é uma lembrança ‘cantada’ por Geisa, que considera esta composição como uma das mais emblemáticas:

*“Acender as velas  
Já é profissão  
Quando não tem samba  
Tem desilusão  
Desilusão... Desilusão  
É mais um coração  
Que deixa de bater  
Um anjo vai pro céu  
Deus me perdoe  
Mas vou dizer  
O doutor chegou tarde demais  
Porque no morro  
Não tem automóvel pra subir  
Não tem telefone pra chamar  
E a gente morre sem querer morrer.”*  
(Zé Kéti. *Acender as velas*. 1964)

Zé Kéti construiu em suas composições um espaço para gritar em favor das populações mais vulneráveis, conforme aponta Geisa, mas não restringiu a sua música às dificuldades da realidade social. Es-



creveu sambas sobre o amor, sobre a poesia, sobre o carnaval. Assim como, Zé Kéti não foi um homem de apenas uma faceta. Ele foi empreendedor, investindo por um curto tempo na linha de barcas entre Rio – São Gonçalo, em uma empresa chamada Mar-Kéti. Foi um homem engajado na luta pelos direitos dos artistas, liderando as mobilizações pelos direitos autorais dos compositores. Ele se articulou, politicamente, para a construção do conjunto habitacional Cidade do Som, condomínio para músicos criado em 1969, no bairro do Engenho da Rainha. Este é o local que a família, ainda hoje, habita.

Zé Kéti viveu para a comunidade, para troca, voltou seus esforços de luta para o outro. Entendeu a sua arte como instrumento para favorecer as comunidades das periferias, e para que seus indivíduos fossem reconhecidos por sua cultura, suas formas de viver e de resistir. A luta, a mobilização e a militância pela cultura e pelos artistas brasileiros estão presentes na experiência política de Zé Kéti, que foi integrante do Partido Comunista Brasileiro, assim como outros sambistas da sua geração, atuando em prol das artes e, sobretudo, para a profissionalização, regulamentação e garantias jurídicas do profissional compositor. “Zé Kéti foi um aglutinador; era ativista sim, e era, também, um tanto militante. Ele se dividiu bastante, mas tudo pensando no samba, colocando o samba para ser instrumento para valo-

rizar o próprio povo e nossa cultura”, afirma Geisa.

Garantir que as gerações futuras conheçam essa personagem é um dos projetos tocados por sua filha Geisa, que no ano de 2021, lançou o projeto Matriarcas do Samba, show em parceria com as herdeiras de Cartola, Clementina de Jesus e Candeia, cujo objetivo é apresentar aos espectadores composições importantes para a história do samba carioca. Porém o projeto visa preservar os legados desses sambistas, dar visibilidade à presença das mulheres no universo do samba e, também, reagir ao esquecimento promovido pelos poderes públicos. A escolha do repertório, segundo Geisa, foi feita por ela e seu marido, Onésio Meireles, baseada em questões afetivas, mas buscando aquelas composições e melodias de seu pai, que carregam as lembranças e significados do que a música conseguiu transformar e ajudar o povo a pôr em evidência sobre as questões políticas mais urgentes da sociedade. E afirma que suas músicas prediletas são A voz do morro, Opinião e Máscara Negra, pois para ela essas letras de Zé Kéti “[...] representam, representaram, e ainda hoje a gente pode falar sobre com essa juventude, para que eles nunca se esqueçam e nunca percam essa essência de também se indignar contra as coisas erradas nesse país”.

Apesar das diversas comemorações ao centenário de Zé Kéti, Onésio Meireles denuncia que o compositor não teve o reconhecimento que merecia pelos poderes públicos, carecendo de um equipamento público com seu nome, promovido pelo município do Rio de Janeiro, como uma forma de eternizar aquele que tão bem cantou a realidade do subúrbio carioca e seus habitantes. Atualmente, há um conjunto habitacional na região do Estácio, que

o Estado do Rio de Janeiro atribuiu o nome do sambista, porém a família indica ser insuficiente:

“Já que ele é carioca, ele nasceu no Rio e morreu no Rio, então eu acho que pelo que ele fez, pela história dele, ele tinha que ter um equipamento público, um teatro, uma rua, uma escola pública com o seu nome. Mas até hoje não apareceu ninguém para fazer isto”, afirma Onésio.

Esta luta pela memória, pelo reconhecimento e preservação dos legados dos sambistas é constante, levada com afeto, dignidade e muita resistência, como podemos apreender da fala de Geisa Kéti, ao narrar que os projetos junto às demais herdeiras de personalidades do samba, se viram desestabilizados pela pandemia e pelas dificuldades, de diferentes naturezas, que este contexto evidenciou.

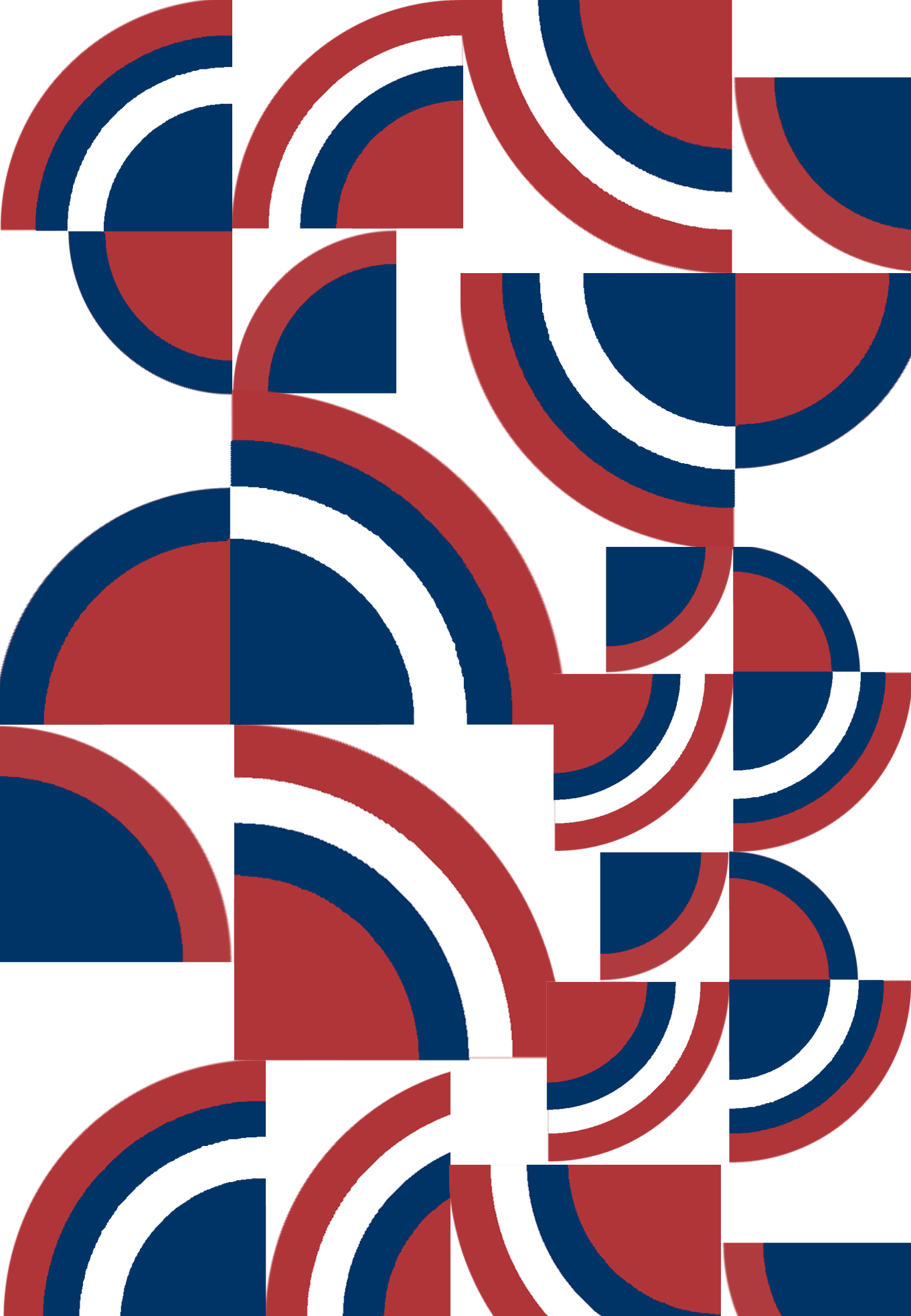
No entanto, para finalizar este texto, escolhemos ficar com as palavras carregadas de afeto e satisfação de Geisa, ao lembrar de uma gravação do seu pai em que ele dizia que sonhava ver o seu nome, como sambista, na manchete dos jornais e nos outdoors dos teatros, e que suas músicas fossem tocadas nas rádios. “Ele queria que valorizassem o samba de qualquer maneira, a todo o custo”. E tudo isso aconteceu. “A gente fica feliz porque valeu a pena viver. Houve conquistas, houve sofrimento, mas não há vitória sem luta. E isso é muito bacana, é muito gratificante contar a história do meu pai Zé Kéti”, completa Geisa.

Zé Kéti foi um artista do povo. E conforme afirma Onésio de Meireles: “Zé Kéti, vive. Vive através das suas músicas, que não rem, são imortais”.

Zé Kéti vive.







# CCJE E O GT COVID

---

GABRIELLE DIAS

No intuito de reconhecer a importância e o lugar ocupado pelos institutos ligados às ciências sociais aplicadas da UFRJ no enfrentamento à pandemia de Covid-19, entrevistamos a professora Dalia Maimon, coordenadora do Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES) do Instituto de Economia da UFRJ, bem como Míriam Maia e Diogo Costa, integrantes do grupo e participantes da pesquisa sobre as estratégias de comunicação para prevenção do novo coronavírus na Mangueira, comunidade localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Criado em 2004, o LARES tem uma história pautada pela produção de conhecimento voltado às inovações sociais e tecnológicas. Com mais de mil e quinhentos alunos formados em seus cursos, o laboratório oferece especializações nas áreas de

Responsabilidade Social e Terceiro Setor, Economia e Gestão da Sustentabilidade, Turismo e Políticas Públicas. Além disso, as pesquisas acadêmicas realizadas pelo LARES dirigem-se, boa parte das vezes, às comunidades de baixa renda. Nesse sentido, além do trabalho desempenhado na Mangueira, há também projetos em andamento no Vidigal e na Rocinha, ambos relacionados ao desenvolvimento de territórios de economia criativa e inclusão digital. Dentre outros trabalhos relevantes desempenhados pelo LARES, cabe destacar o mapeamento dos territórios criativos na cidade, realizado em parceria com a Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro, cujo objetivo final era o treinamento desses pontos de cultura para uma captação de recursos mais eficiente, capaz de gerar melhorias de renda significativas.

Questionada sobre os detalhes do projeto desenvolvido na Mangueira, Dalia Maimon chama a atenção para a importância da extensão no fazer acadêmico, afirmando que os trabalhos do grupo se iniciaram com um diagnóstico participativo, isto é, um processo de coleta de informações por questionários, seguida da identificação dos líderes da comunidade, culminando na elaboração de um projeto de extensão. De acordo com Míriam Maia, o primeiro questionário foi direcionado às lideranças comunitárias, na tentativa de identificar o papel desses grupos na frente de mobilização contra a Covid-19, enquanto o segundo, mais curto, era voltado aos moradores da comunidade, para entender melhor as vivências e percepções da população diante do cenário de pandemia.

A partir desses questionários, um primeiro impasse identificado pelo grupo foi o tom adotado nas campanhas de prevenção ao vírus, que, embora pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde, pouco amparavam as populações de baixa renda. Se, por um lado, as recomendações oficiais convidavam os moradores a lavar as mãos e manter o isolamento social, a realidade das favelas mostrava um cenário bem diferente, com espaços apertados, dificuldade no acesso à água e ao saneamento básico e precarização do trabalho. Nas palavras de Dalia, “para a população que vive apenas do trabalho e está no informal, existe um dilema: morrer de fome ou morrer de vírus. [...] Não havia uma comunicação específica para a classe de renda mais baixa. A gente teve o Auxílio Emergencial, uma coisa virtuosa, mas a confusão para implementá-lo foi tanta que as pessoas se contaminavam na fila”.

Diante disso, o objetivo principal do trabalho foi a elaboração de uma estratégia específica de prevenção a epidemias virais em comunidades de baixa renda. Mais uma vez, cabe destacar a importância do trabalho de campo nesse processo: “mesmo com toda a situação da Covid, seguindo os protocolos de segurança, estando com máscara, nós conseguimos ir a campo. Seguimos o mapeamento da Clínica da Família, que foi uma liderança importante. Eles dividem a Mangueira em cinco áreas, que nós subdividimos e entrevistamos os moradores nos mesmos percentuais”, conta Míriam. A partir desse mapeamento, o grupo chegou a duas conclusões principais: a primeira, de que havia um grau de conscientização entre os entrevistados, seja pela influência das mídias tradicionais, com destaque para a televisão, seja pela atuação das lideranças comunitárias; a segunda, de que houve alguma diferença entre as áreas da Mangueira no que tange às ações de prevenção: a higienização das ruas pela Prefeitura, por exemplo, limitou-se aos locais de mais fácil acesso.

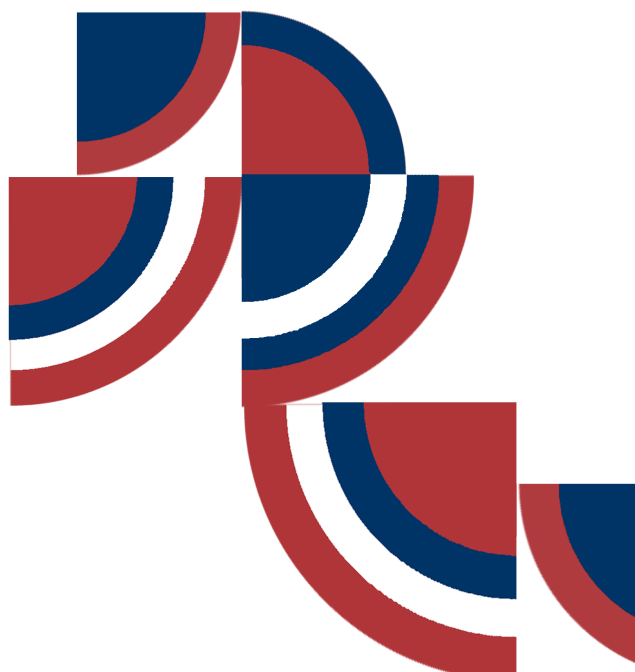
De qualquer modo, a desigualdade social e o aumento do desemprego e da fome representaram um obstáculo para a execução das medidas de prevenção em todo o território. Morador da Mangueira durante boa parte de sua vida, Diogo Costa relatou que a motivação para participar da pesquisa surgiu devido à inquietação que estava vivenciando junto aos familiares: “Sou nascido e criado na comunidade da Mangueira. Faz quatro anos que não moro lá, mas meus amigos, minha mãe e minhas atividades de lazer permanecem lá. Eu fiquei muito preocupado com essa questão da pandemia, tanto que trouxe minha família, minha tia que tem comorbidade

gravíssima, para passar um tempo aqui em casa”. Sobre a questão da precarização do trabalho, Diogo acrescentou: “Eu, por exemplo, pude trabalhar de home office, mas a maioria dos meus amigos não conseguiu se colocar nessa condição. Boa parte deles são motoboys, eles recebiam informações sobre a importância do isolamento social, mas saíam de casa e percebiam que, na prática, isso estava totalmente distante da realidade deles”.

Por outro lado, um fator interessante apontado pelo grupo foi o sucesso da comunicação comunitária nas ações contra o vírus da Covid-19. Na carência de um olhar mais cuidadoso do setor público, a população das favelas tende a organizar-se internamente, e não foi diferente com a chegada da pandemia: “se a comunicação do governo não é boa, o que eu vou fazer? Vou ter carro de som fazendo uma comunicação de prevenção, vou fazer a limpeza das ruelas com aparelhos de lava jato. As favelas passaram a ter suas próprias estatísticas do número de mortes e de morbidade [...], uma iniciativa dos moradores”, conta Dalia. Ainda nesse sentido, a professora evidencia a importância da internet não só como uma plataforma bem-sucedida de comunicação entre as comunidades, mas também como uma alternativa à precarização do trabalho nesses territórios, por meio do empreendedorismo digital: “Essa tentativa de criar parques tecnológicos nas favelas é extremamente importante. Quando você chega para um adolescente e diz ‘Vamos fazer um curso de profissionalização’, o mundo digital hoje é o grande atrativo, porque a gente tem no imaginário que os homens mais ricos do mundo são dessa área.

O mundo digital propicia oportunidades e é valorizado por essa juventude”.

Por fim, em breve análise sobre o papel das universidades e das demais instituições ligadas à pesquisa na luta contra a pandemia, a professora faz uma avaliação positiva, destacando o protagonismo da Fiocruz e do Instituto Butantan na produção e distribuição de vacinas, principais responsáveis pela diminuição no número de casos e mortes por Covid-19 no país. Além disso, Dalia ressalta a relevância das ciências sociais no enfrentamento das drásticas consequências da pandemia: “o papel das ciências sociais é fundamental hoje em dia porque há uma crise muito grande no momento: problemas que já existiam, de distribuição de renda, de oportunidades, da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, tudo isso se acirrou com a pandemia. Essa nossa postura lá no LARES, de inovação social com tecnologia, é fazer com que as pessoas possam ter outras oportunidades, ganhar mais, ir para frente em termos profissionais. É melhorar a qualidade de vida das pessoas. Estamos nessa luta”.







---

**ADRIANA MARQUES**

# Pandemia e Defesa:

a trajetória e os desafios do Ministério da Defesa no enfrentamento à COVID-19

A pandemia de coronavírus trouxe mudanças em diversos aspectos da vida das pessoas e das organizações que têm impactado diretamente os países, tanto internamente como externamente. As universidades precisaram se adaptar rapidamente ao ambiente virtual e contribuir com os esforços de outras instituições e da sociedade civil para enfrentar e compreender a nova realidade que se impôs globalmente. Diante desses desafios, nós do Observatório do Ministério da Defesa direcionamos nossas atividades para um projeto temático onde estamos analisando a atuação do Ministério de Defesa frente à pandemia do coronavírus. O Observatório do Ministério da Defesa faz parte do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD) criado em 2017. O LESD é um desdobramento do Laboratório de Estudos Estratégicos e Institucionais criado em 2013 para fomentar a pesquisa no curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) do Instituto de Relações Internacionais e Defesa.

No projeto Pandemia e Defesa, estudamos a atuação do Ministério da Defesa a partir de três eixos: o organizacional, o operacional e o internacional. No eixo organizacional, acompanhamos as mudanças estruturais e as ações operacionais, ocorridas e em andamento na estrutura do Ministério da Defesa e das Forças Armadas que foram direcionadas ao apoio às medidas do Governo Federal contra o Covid-19. No eixo operacional, avaliamos a continuidade ou descontinuidade do preparo e emprego das Forças Armadas com vistas ao cumprimento de sua missão constitucional de proteção das fronteiras, garantia da soberania nacional e integridade territorial. No eixo internacional, caracterizado pelas ações conjuntas dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, observamos o processo de repatriação de brasileiros, o apoio aos fluxos migratórios, questões sanitárias nas fronteiras e o apoio pertinente a outros países.

Um fenômeno muito importante ao qual demos atenção no começo da pesquisa foi a extensa utilização das forças armadas pelos governos ao redor do mundo, seja para apoiá-los logisticamente no âmbito doméstico, seja para realizar o repatriamento de cidadãos no exterior. No caso brasileiro, a capilaridade das Forças Armadas em todo o país foi utilizada pelo Ministério da Defesa na Operação COVID-19. Essa operação teve início em 20 de março de 2020 e empregou diariamente cerca de 34 mil militares. Comparando com outros eventos nos quais houve uma grande mobilização no Brasil, o contingente empregado na Operação COVID-19 foi próximo ao contingente enviado para o Caribe durante os 13 anos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti e maior que o contingente da Força Expedicionária Brasileira enviado a Europa na Segunda Guerra Mundial. Porém, essa mobilização de tropas tem características bem distintas: trata-se de uma operação para realizar atividades não militares em território nacional.

Se, por um lado, estes números impressionam quando comparados com outros eventos nos quais as tropas brasileiras foram mobilizadas, por outro, identificamos que outros países latino-americanos envolveram um contingente militar bem maior que o brasileiro no enfrentamento à pandemia. O Brasil empregou cerca de 10% de suas tropas na Operação COVID-19, a Argentina mobilizou mais de 80% de suas tropas no enfrentamento à pandemia, o Chile utilizou cerca de 43% do seu contingente militar em apoio a outras instituições do país.

Na página do nosso projeto disponibilizamos um balanço das principais atividades desempenhadas pelas Forças Armadas brasileiras no âmbito da

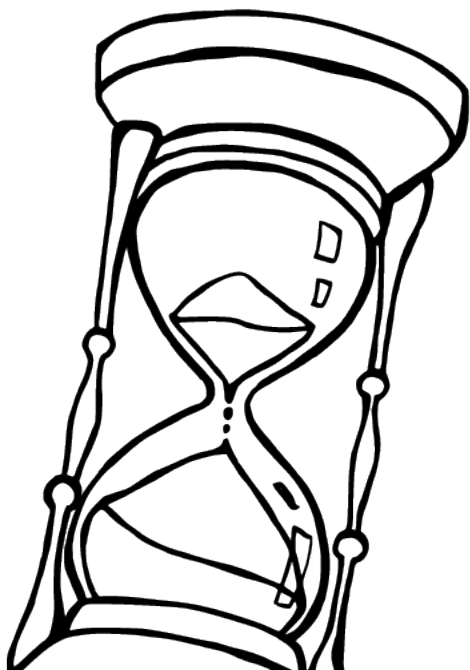
Operação COVID-19, mapeamos as regiões do país onde ocorreram o maior número de ações do Ministério da Defesa e a categoria de atividade desempenhada pelos militares nessas ações. Também analisamos as despesas emergenciais realizadas no enfrentamento à pandemia pelas três Forças Armadas e pelo Hospital das Forças Armadas no ano de 2020. Nos próximos meses divulgaremos mais dados da pesquisa em elaboração pela participante equipe de estudantes de graduação do DGEI. Adquira mais informações sobre o projeto Pandemia e Defesa na página: <https://observatoriomd.irisd.ufrj.br>



## Contos da Quarentena

# Tempos Interessantes

MARIA LUIZA FRANCO BUSSE  
RIO DE JANEIRO, BRASIL



Vizinhos? Não sabia que os tinha. Aquele coletivo de janelas havia de abrigar pessoas. Coletivo de janela. Hum, qual seria o coletivo de janela?

Está bom para falar besteira. Chutar lata, não dá. São muitos obstáculos, acaba quebrando alguma coisa e, quanto mais não seja, não há lata. Menos uma coisa para problematizar.

A filha é craque em problematização:

- Pode pegar um dinheiro para mim, filha? Aqui está o cartão. A senha você já sabe.

- Mãe, é... onde, quando, por que, para que, em que sentido, você não acha...?!?

O tempo em que as questões iam sendo implicadas, Dedé só pensava que já tinha ido e voltado. Era assim, e Lili se aborrecia, ficava zangada:

-Tá vendo, você é sempre assim, não espera...

Batata! Era a deixa para Dedé se sentir culpada. A culpa que mesmo as mães analisadas carregam. Nem seria arriscado dizer que essa relação de bola e parede é a causa primeira de frequentarem o divã. Uma mãe puxa a outra e da filha à bisavó não é um pulo. São muitíssimas sessões. Era só tirar dinheiro no caixa eletrônico. Lili não deixava Dedé parar de pensar, de motivar seu coração a seguir pulsando forte nas horas em que riam e choravam juntas e de bater no ritmo acelerado das situações em que se quer sair correndo para escapar da chateação. No caso delas, fuga que não durava mais do que a brevidade da volta. Assim iam vivendo do amor, fazia tempo. “Relação de bola e parede”. Dedé adorava usar essa imagem grafada quando o assunto era relacionamento e se apressava em dar crédito ao autor.

“Acho que o vizinho de uma das janelas, que ainda aguardam eu resolver o coletivo, me descobriu” - diz Dedé para ela mesma.

Estava frequentando o jardim de inverno nos finais de tarde e a entrada no recinto era sempre precedida da risadinha irônica de quem suspeita: - “Jardim de inverno...”. Mas o espaço tinha mesmo essa configuração. Um avarandado arrematado com vidros que abriam- naturalmente, não era uma estufa-, projetado de um modo que se podia contemplar o mar até lá longe e ainda tomar sol. Quase uma praia particular. O que é a imaginação! Essa ‘louca da casa’, como a nomeiam os franceses, é capaz de ampliar a realidade sem limites.

Na verdade, era no fim de tarde, início de noite. Crepúsculo. Dedé vem se descobrindo chegada a uma definição sintética, certa. Alguém disse que

a escrita se dá por contenção e a oralidade por acréscimo. Como não se tratava de uma coisa nem outra, já que a conversa era com ela mesma ou, dizendo de outro modo, da imaginação com a imaginação e ela no meio disso, chegou a pensar que estaria diante de uma nova perspectiva conceitual. Como o desenvolvimento da questão demandaria grandes esforços adicionais, achou melhor deixar quieto.

O vizinho estava lá. A presença dele a inibia um pouco. Ou não. Ainda estava por decidir. Acabara de ver um unicórnio. De fato, a cabeça. Um unicórnio sem corpo. Não era nada disso. Atrás da cabeça saltitante do balão estava uma garotinha. É domingo, o dia está lindo. Ela na janela. Não sabia que a garotinha existia, assim como dizem que unicórnio não existe. Dedé se felicitou por nunca ter acreditado nessas histórias de que muitas coisas não existem. Sobretudo nos dias que correm, a desconfiança é de grande valia.

A garotinha e o unicórnio trouxeram um especial sentimento de alegria. Tão real! “Nunca mais vou esquecer deles, nem que o balão arrebente, a menina cresça, e nem daqui a quanto tempo tudo isso for outra coisa” - jubilou-se já com a impressão de estar levantando voo.

Os dias eram intensos para ela. Não faltavam novidades na rua deserta. “Pela primeira vez, desde a II Guerra Mundial...”, - Dedé pôs-se a rir de si mesma nestes tempos de chorar e rir ao mesmo tempo. Observou que desde a inauguração do calçadão para o passeio de pedestres aos domingos e feriados na orla de Copacabana, há mais de trinta anos, era a primeira vez que a pista não estava fechada para o tráfego que, por sua vez, era quase nenhum. O relógio parou na sua cabeça. Viajou até o porão



no centro de Londres onde foi instalado o bunker do gabinete de guerra quando a Inglaterra entrou no conflito em 1939. Na parede da sala de Comunicações os ponteiros indicavam a hora do início em que a cidade foi bombardeada pela ação relâmpago da Luftwaffe, a força aérea alemã, em setembro de 1940. Era dia. Os ponteiros interrompidos em seu movimento marcaram Dedé, que fazia um esforço tremendo para lembrar dos números...

*A las cinco de la tarde  
Eran las cinco en punto de la tarde.  
Un niño trajo la blanca sábana  
a las cinco de la tarde.  
Una espuerta de cal ya prevenida  
a las cinco de la tarde.  
Lo demás era muerte y sólo muerte  
a las cinco de la tarde.*

Na falta da memória precisa, socorreu-se na poesia. Fazia sentido. O texto denunciava a face traiçoeira e autoritária da morte que toma a esfera da vida em circunstâncias das quais o próprio poeta foi vítima. Assassinado com um tiro na nuca, sobre ele assim declarou o fascista: “*mais perigoso com a caneta do que outros com o revólver*”. O poder da caneta, para mais e para menos, não importa se Bic ou tinteiro Caran d’Ache Modernista Diamonds. Dedé nunca esqueceu de quando a repressão quebrou as mãos do colega que, apesar, ainda encontrou fôlego para deixar registrado: “- Que tolos, eles pensam que os jornalistas escrevem com as mãos”.

O nazismo e o fascismo sempre povoaram os caminhos de Dedé. Para ela, essas duas faces do radicalismo da direita são moinhos concretos que espalham o vento da irracionalidade semeando a

intolerância, a estupidez e a fúria da ignorância orgulhosa de si. Tudo isso transportou Dedé da varanda nomeada de jardim de inverno para o Aljube, o museu lisboeta guardião da memória da liberdade e da resistência contra o fascismo, o qual pelas sendas do horror, levou-a à sala dos cravos que lhe permitiram voltar a respirar. Antes, porém, se deteve para ouvir o discurso de Salazar pronunciado de uma sacada com o povo embaixo: “*Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a pátria e a sua história. Não discutimos a autoridade e o seu prestígio. Não discutimos a família e a sua moral. Não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.*”.

Aberrações do negacionismo a serem combatidas. “-Bacurau neles!”, revidou.

O vizinho continua lá. Tanto mundo a navegar que se esqueceu dele, ali, logo ali, pertinho. Não dá para ver se ele faz seu tipo. Está na contraluz. É uma silhueta. Não parece baixo porque a cintura está na altura do parapeito. É mais para magro e o cabelo é curto. “Ai, ai”, suspirou Dedé. Saudades de Portugal. Daqui, da sua aldeia, que um dia se chamou praia de Sacopenapã, para nunca mais, desde que o comerciante boliviano sobreviveu ao naufrágio, bateu nas costas do Rio de Janeiro, e dedicou à sua Nossa Senhora a igrejinha que rebatizou o lugar com o nome da cidade ribeirinha do lago Titicaca de onde ainda hoje saem os barcos para o que era a ilha sagrada dos Incas. Ilha do Sol. Tudo a ver com essa restinga não menos solar que agora Dedé não se banha e nem pisa na areia.

Da cadeira de ferro pintada de branco, almofadada, como manda o figurino dos clássicos da decoração para as áreas que sugerem relaxamento do cotidiano das casas, Dedé recitou, em silêncio

*Da minha aldeia vejo quanto da terra  
se pode ver no Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande  
como outra terra qualquer  
Porque eu sou do tamanho do que  
vejo  
E não do tamanho da minha altura...*

*Nas cidades a vida é mais pequena  
Que aqui na minha casa no cimo deste  
outeiro.  
Na cidade as grandes casas fecham a  
vista à chave,  
Escondem o horizonte, empurram o  
nosso olhar para longe  
de todo o céu,  
Tornam-nos pequenos porque nos ti-  
ram o que os nossos olhos  
nos podem dar,  
E tornam-nos pobres porque a nossa  
única riqueza é ver.*

De imediato, veio Madureira. O bairro suburba-  
no que não é só mais um bairro e um subúrbio na  
letra e música do sambista

*O meu lugar é caminho de Ogum e Iansã  
Lá tem samba até de manhã  
Uma ginga em cada andar*

*O meu lugar  
É cercado de luta e suor  
Esperança num mundo melhor  
E cerveja pra comemorar*

*O meu lugar*

*Tem seus mitos e seres de luz  
É bem perto de Osvaldo Cruz  
Cascadura, Vaz Lobo e Irajá*

*O meu lugar  
É sorriso é paz e prazer  
O seu nome é doce dizer  
Madureira, lá laiá, Madureira, lá laiá*

*Ai meu lugar  
A saudade me faz lembrar  
Os amores que eu tive por lá  
É difícil esquecer*

*Doce lugar  
Que é eterno no meu coração  
Que aos poetas traz inspiração  
Pra cantar e escrever*

*Ai meu lugar  
Quem não viu Tia Eulália dançar  
Vó Maria o terreiro benzer  
E ainda tem jongo à luz do luar*

*Ai que lugar  
Tem mil coisas pra gente dizer  
O difícil é saber terminar  
Madureira, lá laiá  
Madureira, lá laiá  
Madureira, lá laiá*

*Em cada esquina um pagode num bar  
Em Madureira  
Império e Portela também são de lá  
Em Madureira*

*E no Mercado você pode comprar  
Por uma pechincha você vai levar  
Um denço, um sonho pra quem quer  
sonhar  
Em Madureira*

*E quem se habilita até pode chegar  
Tem jogo de lona, caipira e bilhar  
Buraco, sueca pro tempo passar  
Em Madureira  
E uma fezinha até posso fazer  
No grupo dezena, centena e milhar  
Pelos sete lados eu vou te cercar  
Em Madureira  
E lalalaiala laia la la ia  
E lalalaiala laia la la ia  
E lalalaiala laia la la ia  
Em Madureira*

Eram quase oito da noite quando Dedé parou de sonhar com o encontro entre o Tejo e o berço do samba carioca. Sempre acreditou que a mistura de dobrada à moda do Porto e boi com abóbora não daria para mais ninguém. Nazistas e fascistas jamais passariam. Não se assentam no banquete fino da diversidade. São excludentes, exterminadores do presente e de todo projeto de futuro que não seja o deles.

Sentiu que devia comer alguma coisa. Não era fome, era precisão. As janelas, aquelas, - não repetiu o que continuava se devendo- estavam vazias. Por certo foram todos jantar. Desde pequena sentia grande constrangimento quando ouvia chamar: -“o jantar está servido”. Não sabia o que era constrangimento nem entendia o porquê daquela contorção na boca do estomago e do enjoo que trincava

seu rosto de modo a parecer ter sido prensado por um torno a manivela. A sensação a acompanha até hoje, agora sabendo o que significa constrangimento, cada vez maior, já que as causas do mal-estar só fizeram se aprofundar.

No casarão em frente ao seu, Marlene não tinha um quarto só para ela. O cômodo era a casa onde vivia com a mãe e o irmão. Todos tinham nome para Dedé. Dona Margarida, a mãe, Ratinho, o irmão. Ratinho não era exatamente o nome, mas o apelido que predominava, quem sabe até hoje, sobre o original. Assim como o Lula, do Lula, que no caso não substituiu e foi, sim, incorporado à certidão. Mas Lula escapou do destino por sua trajetória. Quanto a Ratinho, nunca mais soube dele.

Dedé respirou fundo. O pulmão estava funcionando bem. Vontade de saber da Marlene. “Não, agora, não. Já pensou encontrar uma religiosa fanática ou eleitora convicta do tirano brasileiro, nazista, genocida, miliciano? Melhor não arriscar”, considerou.

Uma lembrança bateu fundo. Francisca, ah!, como os tufinhos de Francisca encantavam Dedé. Por toda a cabeça aqueles pontinhos salientes fixados por elásticos sem cor. Lindos, linda. Dedé não tinha coragem de tocar neles. Guardava respeito, não sabia dizer o porquê. Muitas vezes foi tentada. Havia oportunidades. A mais razoável era quando entravam na grande casa de boneca armada no quintal. Era de madeira pintada de azul. A dela. A da irmã era rosa. A porta tinha a altura adequada para crianças de crescimento considerado ideal pelo padrão médico da época que desconsiderava mais de 80 por cento da população infantil. Na casa de Dedé, a família tinha um jeito peculiar de

falar sobre isso: “Passa mal de boca”. Dedé custou a entender que não se tratava de problema dentário, mas de fome. Tinham a altura da desnutrição.

Não era o caso de Francisca. Nem fome, nem desfome. O pai, pedreiro, ganhava para o básico. Francisca era tão reservada à mesa! Diante dos pratos ia direto no arroz e no feijão e com muita distinção aceitava do que já tinha ouvido falar ou era informada na hora. Entretanto, impossível não notar o arregalado dos olhos com uma piscada escandida e lenta, mas no tempo suficiente para não causar embaraço a ela e a todos. Acho que pensava nos pais, nas recomendações- “se comporta direitinho, não abusa, não pede nada”.

Mesa desservida, Dedé voltava aos tufinhos. “Quando Francisca entrar na casa das bonecas, a hora é essa”, conjecturava. O argumento era plausível- “vou abaixar sua cabeça para não bater, tá?”. Seria, se fosse a verdade. Claro que Dedé não queria que ela batesse a cabeça, disse Francisca também sabia. Eram boas companheiras. Se divertiam. Francisca gostava muito dos cabelos escorridos de Dedé. Ah, se ela soubesse como os tufinhos inebriavam a amiguinha! Foram muitas tentativas para realizar o desejo. Dedé apelava para as fitas de gorgorão, mas o máximo que conseguia era o que depois passou a ser conhecido como Maria Chiquinha. Mesmo assim, sucesso momentâneo, porque a seda escorregava. Os elásticos entraram mais tarde, contrabandeados por Albertina, a cozinheira de mão cheia, entusiasta da luta contínua. Em meio às brincadeiras de casinha, lá estavam Dedé a elogiar Francisca pela boniteza de seus tufinhos e Francisca a reclamar dos elásticos. Só mais tarde Dedé percebeu que não era disso que se tratava. Quanta

alegria ver hoje os tufinhos desfilando por todos os lados, ornados por xuxinhas ou amarrados de contas multicoloridas.

A salada estava ótima. Dedé saliva diante de um pé de alface. Juntou tomate, pepino, cogumelos frescos e uma bolinha média de muçarela de búfala. Regou de azeite. Um pouquinho de sal. Acrescentou couve refogada morna, e mandou brasa. A propósito, mas nem tanto, ou sei lá, ele ligou com tudo logo na primeira hora da manhã. Ele é o rolo de Dedé, e lá se vão sete anos neste jogo em que ninguém mais sabe quem é a bola e quem é a parede. Avisou que seria um pandemônio depois que a pandemia passasse. Dedé ficou apreensiva com a intensidade do anúncio. “O negócio vai ser de lasciar o crânio”, pensou, já que em condições normais tudo corria de modo muito satisfatório. Traduzindo, era bom que nem a salada. “No fim, tudo é barriga”, refletiu.

“Tempo de tempo lento. De resistência à ordem da indiferença trazida pela modernidade tardia que abraçou a lógica da velocidade contrária à solidariedade dos homens refratários ao individualismo rival e à competição desalmada?”. Ufa. De um jorro Dedé rascunhou a pensata. Levantou da escrivaninha. Foi no corredor que o vórtice a pegou de surpresa e lançou Dedé contra a predição do fascista Marinetti e seu Manifesto Futurismo:

*Queremos cantar o amor ao perigo, o hábito da energia e da temeridade. A coragem, a audácia e a revolta serão os elementos essenciais da nossa poesia.*

*Até agora a literatura refletiu a imobilidade melancólica, o êxtase e o sono. Nós queremos exaltar o movimento agressivo.*



vo, a insônia febril, a corrida, o salto mortal, o soco e o tapa.

*Declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu de uma nova beleza: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida cuja carroceria é adornada por grandes tubulações como serpentes de alento explosivo... um automóvel que rugue, que parece correr acima da metralha, é mais belo do que a Vitória de Samotrácia.*

*Queremos cantar o homem ao volante, cuja lança ideal atravessa a Terra, ela própria lançada no circuito de sua órbita. É preciso que o poeta se consuma de ardor, esplendor e prodigalidade, a fim de aumentar o fervor entusiástico dos elementos primordiais.*

*Só há beleza na luta. Não existe obra-mestra sem um caráter agressivo. A poesia deve ser um ataque violento contra as forças desconhecidas, para fazer com que se prostrem diante do homem.*

*Nós estamos sobre o promontório extremo dos séculos! .... De que vale olhar para trás, no momento em que nos cabe arrebentar os portais misteriosos do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Agora vivemos no absoluto, pois já criamos a velocidade eterna e onipresente.*

*Queremos glorificar a guerra – a única higiene do mundo –, o militarismo, o*

*patriotismo, o gesto destruidor dos anarquistas, as belas ideias pelas quais se morre, e o desprezo pela mulher.*

*Queremos demolir os museus, as bibliotecas, combater o moralismo, o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias.*

*Cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho, o prazer ou a revolta; as multicoloridas e polifônicas marés revolucionárias nas capitais modernas; a vibração noturna dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas luas elétricas; as estações ferroviárias vorazes devorando serpentes que fumam; as fábricas suspensas nas nuvens pelos fios de suas fumaças; as pontes lançadas, como saltos de ginastas, sobre rios ensolarados que brilham como uma cutelaria diabólica; os paquetes aventureiros farejando o horizonte; as locomotivas de peito largo, que batem as patas nos trilhos, como enormes cavalos de aço embridados por longos tubos; e o voo deslizante dos aeroplanos, cujas hélices estalam ao vento como bandeiras e aplaudem como uma multidão entusiasta.*

Chegou à cozinha toda doída como quem corre de uma noite longa e medonha. Ia experimentar a receita que recebeu pelo sApp : ‘Quibe de Pronunciamento, também conhecido como abobrinha.’ No vídeo, o jovem cozinheiro mixava a relação dos ingredientes e o modo de fazer com a realidade para

além das bocas do fogão, e terminava dizendo: -“se você gostou curta, comente compartilhe, se você não gostou pelo menos faça algo útil com as suas panelas: vá para a varanda e bata sem piedade”. Dedé repassou para todos os seus grupos <https://youtu.be/.4N5GkXE-Vco>

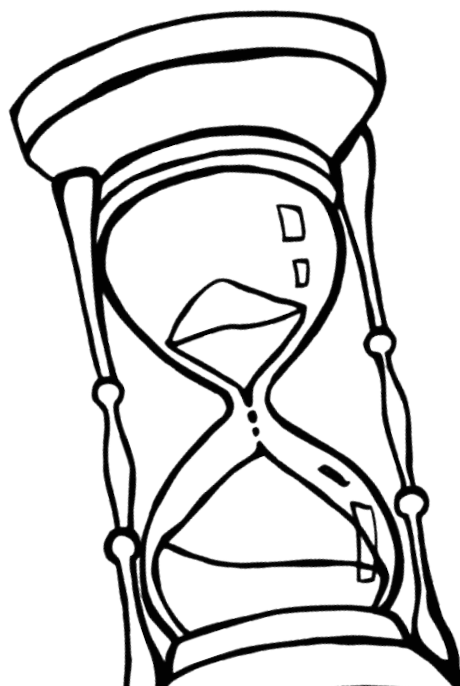
- Uma delícia. Gosto de saber com sabor.

As notícias não param de chegar. Todo dia não é sempre igual. Os presos, os privados de liberdade, que o digam. Dedé se propôs sugerir aos canais alternativos de jornalismo que entrevistem os presos políticos que atravessaram os vinte e um anos da ditadura militar. Os presos políticos são grandes entendidos em confinamento e podem dar boas dicas de como cuidar do corpo para manter o físico são, o emocional também, e valorizar as pequenas alegrias muitas vezes desdenhadas. Sem esquecer o mais importante: o que têm a dizer sobre as condições opressivas contra às quais se insurgiram e que voltam a rondar na forma de uma cepa de vírus e de uma colônia de parasitas. Estava decidida. Seria a principal tarefa do dia.

O crepúsculo se anuncia. Dedé vai para a varanda sem o coletivo de janela. Lili foi ao banco pegar dinheiro.

Que maldição é essa que faz de cada um de nós o hospedeiro e o responsável pela morte do outro?

De fato, são tempos interessantes.





# Nossa história comum

Como contar o trauma na pandemia da COVID-19

RENATA BASTOS DA SILVA<sup>1</sup>

Há dez anos, em 2012, a mesa diretora da Câmara dos Deputados recebeu, para a revisão, o Projeto de Lei do Senado n.º 368, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, que propunha regulamentar a profissão de historiador. Somente em 17 agosto de 2020 foi promulgada a lei n.º 14.038, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador em nosso país. Assim, nós, historiadores, alcançamos o status de profissionais experts em nossa área de atuação, bem aos moldes da qualificação profissional instituída na era Vargas.

Neste sentido, em pleno contexto pandêmico os historiadores acabam por se destacar também como os principais responsáveis pelo registro da memória de nosso trauma recente. Num primeiro momento, voltamo-nos para os registros da epidemia da gripe espanhola, daí que no primeiro Festival do Conhecimento da UFRJ, ocorrido em 2020 o tema foi abordado. Entre outros espaços, na

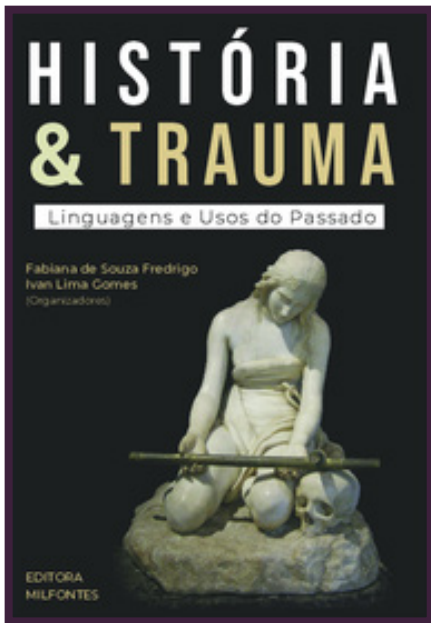
transmissão que organizamos intitulada: A Gripe Espanhola: Encontros internacionais 'O brasileiro entre os outros hispanos': afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações<sup>2</sup>.

E ao final de 2021 é lançado um livro que, acreditamos, nos estimulará a refletir e produzir narrativas e depoimentos sobre nosso trauma contemporâneo que vivemos juntos até o momento, que é o impacto em nossas vidas na Casa Comum da covid-19. Trata-se de uma coletânea de artigos, História & Traumas: linguagens e Usos do Passado, organizado pelos historiadores e professores da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Fabiana de Souza Fredrigo e Ivan Lima Gomes.

Os organizadores iniciam o tema com as formas de narrar o trauma nas perspectivas historiográficas. Em seguida, apresentam-nos duas concepções teóricas de historiadores renomados no assunto que são Dominick LaCapra e Hery Rousso, cujo os

<sup>1</sup> E Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional-IPPUR. Coordenadora de extensão do Programa de graduação Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

<sup>2</sup> A Gripe Espanhola: Encontros internacionais 'O brasileiro entre os outros hispanos': afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações, disponível em <https://youtu.be/u7Xc-l1nPk4>



### **Livro "História & Traumas: Linguagens e Usos do Passado"**

referenciais de padecimento nos remetem às experiências europeias, em especial aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Através de cinco textos na segunda parte do livro os organizadores vão além e nos oferecem, inclusive da organizadora da coletânea, uma narrativa do sul do mundo, da nossa América Latina, a perturbação que as experiências de governos ditatoriais na Argentina, no Brasil, Chile e suas respectivas opressões trouxeram para nossa sociedade. Aqui, permitam-me fazer um pequeno paralelo com a filmografia recente do diretor espanhol Pedro Almodóvar em seu filme: *Madres paralelas* (2021), no qual trás para cena o enfrentamento com o passado de resistência de civis, em uma pequena comunidade do interior da Espanha, em plena Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Essa segunda parte finda-se com o

artigo da professora, também da Faculdade de História da UFG, Libertad Borges Bittencourt sobre o a autobiografia de um menino-soldado no Sendero Luminoso, que no período dos anos de 1980 abalou a sociedade peruana, a terra e pátria do marxista José Carlos Mariátegui.

Por fim, a terceira parte da coletânea revela-nos quatro autores que buscam em arquivos e nas artes o registro de processos traumáticos. Como no artigo da professora de história da arte, Ana Lucia Vilela que destaca o Espaço de Arte y Memória inaugurado em Bogotá, Colômbia, e idealizado pela artista colombiana Doris Salcedo, instalado próximo à Plaza Bolívar, no coração da cidade, o local celebra o Acordo de Paz, selado em 2016, entre o então Presidente da República Colombiana Juan Manuel Santos e o representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — Exército do Povo (Farc – EP), Timochenko, que se apresentou com seu nome civil, Rodrigo Londoño. O artigo nos leva a recuperar o contexto de atuação da Farc nos anos de 1980. Aqui, aproximamos a reflexão do filme baseado no livro homônimo de Héctor Abad, ganhador do Prêmio Goya de 2020 como melhor filme Iberoamericano, *El Olvido* que seremos (2020), que narra a história de seu pai Héctor Abad Gómez. Héctor foi médico e professor que contribuiu para a promoção da tolerância, lutando pelos direitos humanos em seu país. No filme, o filho, expõe seus sentimentos acerca de sua relação com seu pai, descrevendo sua história familiar e o drama por trás de seu trágico assassinato pelos paramilitares colombianos.

Voltamos ao livro e seguimos o percurso no registro dos traumas pelas artes, destacando o artigo



do professor da Universidade Estadual de Goiás Eliézer Cardoso de Oliveira, que sublinha o acidente ocorrido em Goiânia no ano de 1987 com o céσιο-137, através das artes plásticas. Considerando que o maior responsável pela representação estética do acidente radiológico foi o artista Siron Franco, um artista que se situa entre a valorização das tradições e a vanguarda estética — segundo Oliveira, citando Ferreira Gullar. Para Oliveira: “A produção pictórica de Siron Franco sobre o acidente com o céσιο-137 provoca significativas indagações sobre os limites e as possibilidades da representação estética da dor, da morte e do sofrimento advindo com a catástrofe (OLIVEIRA, E. C. 2020, p. 263).” Uma memória de um acidente que abalou uma cidade e um país registrado nas obras do artista, muito preciosas as imagens e a narrativa de Oliveira sobre o caso e as obras.

Por fim, distinguimos o texto da professora de História da Universidade Federal Fluminense, Ana Maria Mauad. Seu artigo é resultado do encontro com a fotógrafa paulista Rosa Gauditano, no âmbito do projeto “Memória e história da fotografia no Brasil”, em curso no Laboratório de História Oral e Imagem. Pela metodologia da História Oral, a pesquisadora chegou a um conjunto de fontes orais para estudar a história da experiência fotográfica no Brasil contemporâneo, com as fotografias produzidas pela paulista entre as comunidades indígenas no Brasil (1989-2018). O livro fecha com o artigo do professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Alexandre Link Vargas que parte de uma história em quadrinhos (HQ) dos anos de 1970 para tratar da leitura da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos em mundo polarizado.

Assim, apresentamos as várias possibilidades que temos do ponto de vista historiográfico para registramos, parafraseando a pneumologista e professora Margareth Dalcolmo, o tempo que vivemos a covid-19. No qual muita coisa mudou e ainda mudará na nossa Casa Comum. E espero, como a nossa pesquisadora, que a mudança venha “com um olhar mais generoso de uns para os outros” (DALCOLMO, 2021, p. 19). Deste modo, possamos seguir em frente uns cuidando dos outros, pois ninguém solta a mão de ninguém.

*Niterói, Icaraí, outono de 2022.*

#### REFERÊNCIAS:

Livro: História & Traumas: linguagens e Usos do Passado. Fabiana de Souza Fredrigo e Ivan Lima Gomes (Organizadores). Vitória: Editora Milfontes, 2020.

DALCOLMO, Margareth. Um tempo para não esquecer: a visão da ciência no enfrentamento da pandemia do coronavírus e o futuro da saúde. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.



Karla Coelho - Faculdade de Medicina/Macacé



Márcio Tavares - Escola de Comunicação



Silvana Allodi - Instituto de Biofísica



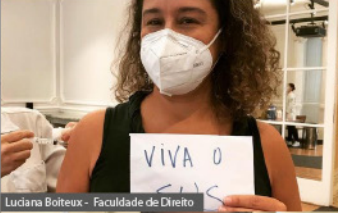
Antonio Licha - CCJE



Rodrigo Bítzer - Instituto de Química



Alexandre Cardoso - Ex-Reitor da UFRJ



Luciana Boiteux - Faculdade de Direito



Bruno Souza - Instituto de Física



Beatriz Braga - Discente



Paulo Tonani - Faculdade de Letras



Roberto Leher - Ex-Reitor da UFRJ



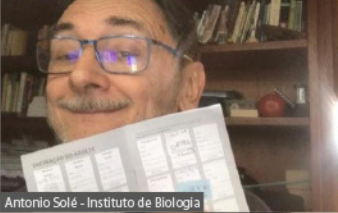
Juliany Rodrigues - Campus Caxias



Maria Paula Araújo - Instituto de História



Ana Lúcia Cunha - Faculdade de Educação



Antonio Solé - Instituto de Biologia



Beatriz Resende - Faculdade de Letras



Carlos Frederico Rocha - Vice-Reitor da UFRJ



Angela Santi - Faculdade de Educação



Cristina Riçe - Ouvidoria Geral UFRJ



Esther Dweck - Instituto de Economia





Júlia Barreto - Discente



Flavia Alves - CAp UFRJ



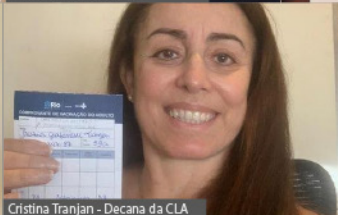
Josué Medeiros - Diretor ADUFRJ



Jacquelina Lata - Instituto de Bioquímica Médica



João Torres - Instituto de Física



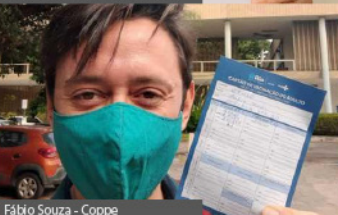
Cristina Tranjan - Decana da CLA



Ideu de Castro - Instituto de Física



Carla Bezerra - Fórum de Ciência e Cultura



Fábio Souza - Coppe



Marisa Araújo - Fórum de Ciência e Cultura



Isabel Travancas - Escola de Comunicação



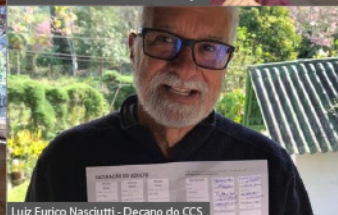
Daniela Alves - Instituto de Nutrição



Denise Pires - Reitora da UFRJ



M<sup>te</sup> Norma de Menezes - Escola de Belas Artes



Luiz Eurico Nasciutti - Decano do CCS



Maria Cordeiro - CAp UFRJ



Júlia Ávila - Faculdade de Direito



Carolina Noury - Escola de Belas Artes



Thyago Machado - Fórum de Ciência e Cultura



Marta Castilho - Instituto de Economia

VERSUS

[versus.ccje.ufrj.br](http://versus.ccje.ufrj.br)